



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 75

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 2019

ANO VIII



### SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA .....	Capa
SECRETARIA LEGISLATIVA .....	1712
SUP. DE RECURSOS HUMANOS .....	1713
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES .....	1715
ADVOCACIA GERAL .....	1715

### TAQUIGRAFIA

#### ATA DA 10ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE A AGROINDÚSTRIA COMO EVOLUÇÃO DE RONDÔNIA (Em 11 de abril de 2019)

##### Presidência do Sr.

Ismael Crispim - 1º Secretário

(Às 9 horas e trinta e sete minutos é aberta a sessão)

**O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias)** – Senhoras e Senhores bom dia! A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Ismael Crispim, após aprovação em plenário realiza Audiência Pública com o objetivo de debater sobre a Evolução das Agroindústrias de Rondônia. Convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública o Excelentíssimo Senhor Deputado Ismael Crispim, Proponente desta Audiência Pública; Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Chiquinho da Emater; Excelentíssimo Senhor Cirone Deiró, Deputado Estadual; Excelentíssimo Senhor Desembargador Walter Waltenberg, Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia; Senhor Wilson Evaristo, Superintendente Regional do Banco da Amazônia; Senhor Manoel Serra, Presidente do Banco do Povo de Rondônia; Senhor Edson Silva Lemos, Superintendente Comercial do Banco do Brasil; Senhor

Edgar Menezes Cardoso, Secretário Adjunto da SEDAM; Senhor Daniel Pereira, Diretor Superintendente do SEBRAE e Ex-Governador do Estado de Rondônia; Senhor Paulo Haddad, Diretor Executivo, nessa oportunidade representando a Secretaria de Estado da Agricultura SEAGRI; Senhor Júlio Cesar Rocha Peres, Presidente do IDARON; Senhor Luciano Brandão, Diretor Presidente da EMATER; Senhor Evandro Marques da Silva, Prefeito do município de Monte Negro, neste ato representando todos os senhores Prefeitos que nos honram com a presença.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de debater sobre a Evolução das Agroindústrias de Rondônia.

**O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias)** – Pedimos por gentileza aqueles que puderem, para que se coloquem de pé. Ouviremos o Hino Céus de Rondônia, Letra de Joaquim Araújo Lima e Música de José de Mello e Silva.

##### (Execução do Hino Céus de Rondônia)

**O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias)** – Registramos e agradecemos a presença do Excelentíssimo Senhor Cornélio Duarte, Prefeito de São Miguel do Guaporé, nosso muito bom dia. Senhor Jhovito Evaristo Correia, Gerente de Mercado Agro do Banco do Brasil, também nos honra com a presença; Senhor José de Arimatéia, Diretor Vice-Presidente da Emater, nosso muito bom dia; Senhor Jessé Brigido Machado, Gerente Geral do Sistema de Crédito Cooperativo - CrediSIS; Senhora Rosângela Castelo, que representa a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Infraestrutura do Estado - SEDI; Senhor Victor Paiva, Coordenador da Agricultura Familiar; Romanelly Diniz, Chefe do Serviço de Expansão do Município de Seringueiras; Senhor João Inácio, Secretário Municipal de Itapuã do Oeste; Alcicleia Rufino Barbosa, Secretária Municipal de Agricultura de Seringueiras; Senhora Margarete Eliane, Gerente de Inspeção da Agência IDARON; Senhor Francisco Dias, Secretário Municipal de Agricultura de

##### MESA DIRETORA

Presidente: **LAERTE GOMES**  
1º Vice-Presidente: **ROSÂNGELA DONADON**  
2º Vice-Presidente: **CASSIA MULETA**

1º Secretário: **ISMAEL CRISPIN**  
2º Secretário: **DR. NEIDSON**  
3º Secretário: **GERALDO DA RONDÔNIA**  
4º Secretário: **EDSON MARTINS**

##### SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - *Hélder Risler de Oliveira*  
Departamento legislativo - *Maria Aparecida Silva N. Lima*  
Divisão de Publicações e Anais - *Róbison Luz da Silva*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria  
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO

Guajará-Mirim; Arildo Moreira, Secretário Municipal de Finanças de Monte Negro; Almiro Souza da Silva, Secretário Municipal de Agricultura de Alto Paraíso; Senhor Renato César Morari, Delegado Morari, Vereador do Município de Rolim de Moura; Senhora Vereadora Elieusa da Câmara de Teixeiraópolis; Senhores Vereadores Darci Gomes da Silva, José Anízio da Rocha, do Município de Teixeiraópolis; Senhor Izui Alberton, Secretário Municipal de Agricultura do Município de Vale do Anari; a Senhora Rosana Aparecida dos Santos, Secretária de Agricultura de Primavera de Rondônia; Senhor Adalton da Silva Leite e Kleber José da Silva, Agroindústria do Município de Nova Brasilândia do Oeste, a nossa saudação. Senhor Altemir Graebin, Secretário Municipal de Agricultura de Cujubim, Senhores Vereadores Djalma Moreira, Professor Aroldo, da Câmara do Município de Cujubim; Senhor Daniel Rosa, Vice-Prefeito do Município de Chupinguaia, Senhor Ramirez Chaves, Secretário de Agricultura do Município de São Miguel do Guaporé; Senhor Luiz Carlos Pinho, Secretário de Agricultura de Costa Marques; Senhor Alessandro Borges, que nessa oportunidade representa a Comunidade do Distrito de Cujubim Grande; Senhor Márcio de Figueiredo Soares, Secretário Municipal de Agricultura de Pimenta Bueno; Senhor João Paulo Fambre dos Santos, Secretário Municipal de Agricultura de Alvorada do Oeste; Senhor Francisco Evaldo de Lima, Subsecretário Municipal de Agricultura da SEMAGRIC.

Senhor Francisco, nosso convite para que o senhor também componha a Mesa de honra. Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAGRIC, nós também queremos que faça parte da Mesa de honra.

Registramos e agradecemos a presença do Senhor José Duarte da Câmara Municipal de São Felipe d'Oeste; Erasmo Alves Vizilato, Secretário de Agricultura do Município de Theobroma; Saiane Barros de Souza, que representa o entreposto de ovos do Município de Cacoal; Senhor Vitor Pereira, representado a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado - FAPERON; Senhor Márcio Ferreira, Prefeito do Município de São Felipe d'Oeste também nos honra com a presença; Senhor Jorge Murer, Técnico da Agroindústria e Coordenador do Programa desde o ano de 2009 representando nesta oportunidade a Prefeitura do Município de Cacoal; senhora Vereadora Marceli Ferreira do Município de São Felipe d'Oeste; Senhora Antônia Ferreira, Vereadora do Município de São Felipe d'Oeste; Senhor Jairo dos Santos Nascimento, Secretário Municipal de Agricultura de Chupinguaia; Senhor Glauco Rodrigues que representa o Consórcio de Saneamento Cisan; Senhores Vereadores Roberto de Ros Gomes, Wilson Pereira do Município de Seringueiras, as nossas boas vindas; Senhor Vereador Ricardo Alberto, que representa também junto com os Pares a Câmara de Vereadores de Seringueiras; Senhor Fábio Lopes da Câmara Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Presidente Médici; Senhor Flávio de Araújo Teixeira, Secretário Municipal de Planejamento; Senhor José Abrantes Alves, que representa a Secretária de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG, as nossas boas vindas; Senhor Fábio Lopes, Secretário de Agricultura do Município de Presidente Médici. Muito obrigado pela presença dos senhores.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Senhoras e Senhores, desejo muitas boas vindas a todos os senhores que vieram e

que atentamente atenderam o convite da Assembleia Legislativa. Agradeço a participação e a colaboração dos servidores desta Casa, assim como a equipe do nosso gabinete que se empenhou muito para que este evento pudesse acontecer. E o nosso desejo é que ele seja resolutivo, que seja de fato não só uma manifestação pessoal, nossa aqui das pessoas, presentes, mas que venha dar resultado ao Estado de Rondônia.

Quero cumprimentar aqui com muita alegria o Deputado Chiquinho que tem o apelido de Chiquinho da Emater, que é nesta Casa o Presidente da Comissão de Indústria e Comércio. Então o Deputado Chiquinho tem muito a contribuir não só no dia de hoje, mas com o mandato e em especial por está à frente de uma Comissão tão importante. Com a experiência de vida de quem já foi Presidente da Emater, servidor há muitos anos do Estado de Rondônia, tem toda uma experiência e pode contribuir muito conosco. Muito obrigado Deputado Chiquinho pela presença e a oportunidade de estarmos juntos aqui neste debate que eu tenho certeza que irá engrandecer o Estado de Rondônia. Cumprimentar o Deputado Cirone Deiró. Outra pessoa importantíssima neste segmento que nós estamos aqui hoje. E fico muito feliz que dentro desta condição nossa, as duas Comissões para o segmento de mais importância, ambos os Presidentes estão aqui, o Deputado Cirone que é Presidente da Comissão de Agricultura aqui na Assembleia Legislativa.

Então são duas Comissões importantes, relevantes e que foram sensíveis e por isso estão aqui.

Quero cumprimentar também com alegria o nosso Excelentíssimo senhor Desembargador Dr. Walter Waltenberg.

É uma alegria recebê-lo, sua presença aqui nos honra muito, por certo nós acertamos no tema a discutir, isso traz a sua presença aqui, tenho certeza disso. Muito obrigado por estar presente aqui.

Cumprimentar o Senhor Wilson Evaristo Superintendente Regional do Banco da Amazônia agradecê-lo pela presença;

Cumprimentar aqui o Senhor Manoel Serra que é Presidente do Banco do Povo de Rondônia, importante esses segmentos aqui presentes; assim também cumprimentar o senhor Edson Silva Lemos, Superintendente Comercial do Banco do Brasil.

E eu estou falando aqui gente do povo que tem dinheiro.

Não tem um ditado que fala que dinheiro não é problema, é solução? O povo do dinheiro está aí, então por certo nós vamos ouvi-los.

Cumprimentar o Senhor Edgar Menezes, Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental; também faço um cumprimento aqui com muita alegria, me honra muito, porque eu sei da agenda, mas veio nos prestigiar. O Superintendente em Rondônia do SEBRAE o nosso ex-governador Daniel Pereira. Nosso Superintendente estava em Brasília, eu fiz uma ligação, falei: eu precisava muito que o senhor estivesse presente neste evento porque o SEBRAE é um ator interessante neste processo, que pode desenvolver junto com os demais órgãos políticas que interessam o progresso do Estado de Rondônia. E, eu agradeço muito pelo senhor ter feito o sacrifício e estar presente aqui conosco.

Cumprimentar o senhor Paulo Haddad Diretor Executivo, que representa a Secretaria de Estado de Agricultura – Seagri;

senhor Júlio César Rocha Peres, nosso Presidente do IDARON, e diga-se de passagem, o IDARON tem um grande Presidente, viu gente, mas obrigado pela presença. Cumprimentar o senhor Luciano Brandão, Diretor da Emater/Rondônia, nosso Presidente da Emater/Rondônia. Cumprimentar o Prefeito Evandro Marques, que é da Cidade de Monte Negro, no seu nome cumprimentar todos os prefeitos aqui presentes neste evento.

Monte Negro é uma cidade importante aqui do Vale do Jamari, por certo, e conheço algumas delas, nós temos algumas demandas importantes nesse segmento na Cidade de Monte Negro. Por fim, cumprimentar aqui, o nosso Secretário Municipal de Agricultura, o senhor Francisco, aqui da nossa Capital, Porto Velho. Sintam-se todos cumprimentados, cada um dos senhores, todos são muito importantes aqui nesse evento e, tenho certeza, que cada um a sua maneira tem a contribuir.

#### **O SR. RONI FRETITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias)**

– Registramos e agradecemos a presença da Vereadora Jordana, do Município de Pimenta Bueno, os nossos cumprimentos; Senhor Leônidas Lincon, Secretário Municipal de Agricultura de Ministro Andreazza; Ângelo Emilio, Secretário de Agricultura de Monte Negro. Diomarzino Souza, Gerente local da Emater de Itapuã do Oeste; Elói Maria, Secretário Municipal de Agricultura do Município de Vilhena; senhor Hélio Ferreira dos Santos, Vereador de Monte Negro; senhor Márcio Domingues dos Santos, Secretário Municipal de Agricultura de Rolim de Moura; Excelentíssima senhora Vereadora Marineide Rodrigues do Município de Monte Negro; senhor Maciel Fidellis, que representa a Gerência da Emater do Município de Candeias do Jamari.

Senhoras e senhores, nesse momento eu lerei um breve relato e peço atenção de todos, pois nessas linhas contém informações importantes a todos os senhores.

A produção brasileira no ano de 2018 apresentou estabilidade quanto ao PIB, com destaques para os insumos e a produção agroindustrial. Este último para as atividades de bicombustíveis, celulose e papel e óleos vegetais. Em nosso Estado, o PIB continuou crescendo, mas não atingiu o índice previsto. No setor agropecuário, mesmo com crescimento obtido na produção de grãos não foi suficiente para manter o crescimento dentro do planejado. Fatores climáticos e internos contribuíram para os dados. No setor de produção familiar, o desempenho está estagnado, a redução da área de cultivo do café, o baixo índice na produtividade leiteira, precariedade das estradas vicinais e a falta de organização da produção dificulta o acesso ao mercado consumidor, o que implica na baixa geração de receita da propriedade rural.

Como ferramenta alternativa ao acesso ao mercado consumidor e em atendimento ao PROAGRI (Programa de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Estado de Rondônia – PROAGRI, criado pela Lei Complementar nº 61 de 02 de Fevereiro de 1992) fora pensado pelos governos anteriores, que instituiu através da Lei Complementar nº 406 de 28 de dezembro de 2007, o Subprograma de Apoio a Verticalização da Produção da Agricultura Familiar, que estabeleceu os seguintes objetivos:

“Art. 2º objetivo do subprograma é apoiar o desenvolvimento rural, a partir da verticalização e do fortalecimento da produção familiar, como segmento gerador

de postos de trabalho e renda, estimular beneficiamento e transformação da matéria prima regional, bem como inserir o produtor rural no processo produtivo formal em bases sustentáveis”.

Parágrafo único. “A verticalização, assim entendido o beneficiamento e transformação da matéria prima feita na propriedade rural, não altera a condição do produtor rural”.

Em 2011, foi criado através da Lei 2.418 de 18 de Fevereiro de 2011, o Programa de Verticalização da Pequena Produção Agropecuária do Estado de Rondônia, denominado PROVE que tinha como objetivo:

“Art. 3º O programa tem como objetivo principal, dentre outros, inserir o pequeno produtor rural no processo produtivo, concedendo-lhe incentivos à produção e ao processamento dos produtos de origem animal e vegetal, de modo a agregar maior valor a estes, aumentando a renda familiar, fixando a família na zona rural e gerando emprego no campo”

A alternativa estabelecida promoveu o incentivo e aumentaram às perspectivas das famílias de agricultores e produtores rurais, as possibilidades com o novo norte eram incentivadoras e faziam as pessoas sonharem com futuro promissor. Poder beneficiar o próprio produto e colocar ele nas gôndolas dos mercados com preço justo, fugindo do intermediário era tudo que o produtor sonhava.

Nesse sentido, no ano de 2015, chegamos ao Estado a ter 505 estabelecimentos (agroindústrias) beneficiando a própria produção e as dos demais da comunidade (SEAGRI).

Destas, cercas de 25,9% (136) elaboravam produtos derivados do leite, 15,6% (82) elaboravam polpas de frutas, 12,2% (64) produziam pães, biscoitos e massas, 10,9% (57) trabalhavam com derivados da mandioca (farinha, fécula), 8,6% (45) beneficiavam frangos de corte e 6,7% (35) produziram doces e compotas. Outras agroindústrias também produziram mel de abelha, derivados de cana de açúcar, embutidos e defumados, conservas e marinados, pescado, ovos, carne suína, legumes e verduras, café torrado e moído, condimentos, derivados de trigo, milho e babaçu, entre outros.

Já em 2018, o levantamento do Governo do Estado apresenta 494 agroindústrias no Estado, um regresso em comparação ao levantamento de 2015, com 21% destas pendentes de regularização e com diversos estabelecimentos já desativados.

O estabelecimento de procedimentos voltados à regularização dos empreendimentos que incentivados pelo Governo através do PROVE (Programa das Agroindústrias), que foram ajustados e estabelecidos após a criação dos programas, estão promovendo um entrave burocrático e impossibilitando o desenvolvimento, o progresso e a evolução das agroindústrias.

A economia do Estado é pautada em cima da produção agropecuária, e neste o setor da agricultura familiar é o que mais gera produtos que abastecem os mercados e conseqüentemente aquece a economia local. Porém, os produtos in natura, já não atendem mais o anseio da população, e assim a alternativa que temos são as agroindústrias.

Alternativa esta que possibilita o envolvimento social da comunidade e a interação familiar, gerando aumento de receita familiar que possibilita entre outros a permanência dos jovens no campo. Porém, as ações para a regularização das mesmas, como dito, implicam negativamente para que o fator geração

de renda não seja sequer perseguido pelos agricultores, uma vez que é quase impossível a regularização da mesma, ou seja, o excesso de burocracia que tentar dar maior qualidade aos produtos processados, através de procedimentos e ou estruturas mensuráveis, estão tornando complicada a permanência ou execução do PROVE.

Hoje temos no Estado mais de 500 agroindústrias, sendo que diversas delas não estão regularizadas, algumas os processos já se arrastam a mais de ano. A burocracia promove uma lentidão que interfere diretamente na vida daqueles que pleitearam essa alternativa. Muitos agricultores já estão iniciando o pagamento de seus financiamentos e até o momento não tiveram seus registros efetivados. E quando efetivados ainda têm a dificuldade para poder comercializar em outros municípios, devidos às legislações que abrangem essa questão.

Dentre as cobranças que estamos recebendo, há relatos de pessoas que não estão conseguindo honrar com seus compromissos financeiros com os Bancos, devido ainda não ter o registro da agroindústria e não poderem comercializar os produtos. Há outros que já faz dois anos ou mais que aguardam os equipamentos fomentados pelo Estado para que possam fazer o beneficiamento da produção uma vez que a estrutura já está construída. E também, senhores, têm aqueles que o Banco já notificou as pessoas sobre a execução da dívida.

A situação posta no Estado promove desconfiança junto aos produtores que almejam investimentos para suas propriedades ou comunidades, e diante dessas cobranças é que tomamos a decisão de convocar esta Audiência para tratar da Evolução das Agroindústrias no Estado de Rondônia. Sendo a abordagem principal "Destruir os procedimentos para a regularização e certificação das agroindústrias existentes".

A ausência destas agroindústrias no mercado diminui a concorrência, o que possibilita o estabelecimento ou um balizamento de preço o que podemos dizer, uma espécie de "cartel" para com o produtores, o que implica ainda mais no "desânimo" aos produtores, que poderá acarretar na evolução do êxodo rural.

Como exemplo, os municípios que compõem a região da 429, em especial São Miguel do Guaporé, município ainda agrícola, com mais de 60% da população na área rural, não há indústrias para beneficiamento da produção local, fazendo com que os nossos produtores produzam de forma limitada. A agroindústria é a primeira alternativa para que possamos ter o estímulo de produzir mais, pois teremos como beneficiar esses produtos e levá-los a mercados não só da região, mas para as demais, todas as grandes regiões do Estado em especial de Porto Velho e até mesmo para outros Estados da Federação.

Quando observamos a forma como fora posta no Programa de Verticalização da Produção, entendemos que é necessária a reformulação deste. Não há delimitação de procedimentos ou como serão realizadas as ações por parte de cada ente envolvido. Também não está posta de que forma o Governo destinará os "equipamentos" para as agroindústrias construídas e em que tempo isso se dará.

Falta a clareza, transparência dos procedimentos e também a responsabilização daqueles que não cumprem com suas responsabilidades neste processo. Os ajustes realizados

na Lei que criou o Programa foram apenas "puxadinhos" que não previram ou permitiram entender o cenário ao qual nos encontramos hoje.

Em atenção à cobrança que está sendo feita em todas as partes do Estado, torna-se necessária a revisão urgente das leis em vigor para que os agricultores que tenham o sonho de ter uma unidade de beneficiamento da produção consigam realizá-lo. É nesse tema que se encontra o segundo ponto da discussão da nossa Audiência: Reformulação do Programa de Verticalização da Pequena Produção Agropecuária do Estado de Rondônia – PROVE.

Considerando a desburocratização e a reformulação do programa, é necessário estabelecer uma ferramenta que oportunize as agroindústrias o acesso à capital, seja ele de investimento ou de custeio. Os recursos disponíveis nas linhas de financiamento do PRONAF na maioria das vezes para os empreendimentos que se buscar estruturar, através, ou por intermédio do PROVE, não são suficientes. É pouco recurso disponível para uma proposta de um pequeno agricultor.

Ressalta-se ainda a exigência de garantias dos bancos a tão falada burocracia que exige fiadores, pois, os imóveis não podem ser dados como garantia e ainda à falta de informação quanto à forma de acesso ou recursos disponíveis deixam o nosso produtor sem motivação.

Olhando para dentro do Estado e visualizando a legalidade a forma ao qual Governo criou o Programa PROVE e como repasse dos equipamentos para as agroindústrias ou para as comunidades era realizado, já não será mais possível.

Não dá mais para fazer compromissos com determinada comunidade. O procedimento para repasse deverá atender a Lei 13.019 só através de chamada pública isso será possível.

Para agroindústria receber o equipamento, ela deverá pelo menos ter a estrutura construída, mas como garantir que esse equipamento irá ser desse estabelecimento ou dessa comunidade?

Essa insegurança fará com que os produtores que pensam em construir um Empreendimento deste, logo, desistirão. Precisamos estimular nossos agricultores e nesse sentido está estabelecido o nosso terceiro ponto de debate: 'Proposição da Criação de Programa ou Ação que potencialize a construção ou ampliação da agroindústria'.

Portanto senhores, esta Audiência tem o foco sim na evolução das agroindústrias do nosso Estado na forma de tornar nossos agricultores verdadeiros empreendedores com o mínimo possível de intervenção do Estado, mas que os produtos possam ter qualidade e segurança sanitária. Não é a forma como o rodapé está sentado ou altura da tomada ou ainda o grau de abertura da porta, que servirá para mensurar a qualidade do produto. Necessitamos possibilitar aos agricultores a autonomia na gestão do seu produto para que os mesmos de fato, possam ser grandes empreendedores e que a partir desse momento nossos produtos possam circular em nosso Estado e até mesmo serem exportados com sucesso e qualidade.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** - Muito obrigado Roni.

Nós vamos abrir neste momento, vocês ouviram uma leitura mais para esclarecer a ideia da propositura e porque das demandas que nós temos ouvido ao longo da nossa caminhada.

Vamos abrir aqui um momento de fala para as autoridades que estão compondo a Mesa e nós vamos priorizar essa fala para o Excelentíssimo Senhor Desembargador Walter Waltenberg, que nos deu alegria de estar com a gente, mas ele tem outra agenda. Então, nós vamos priorizar nesse momento a fala do nosso Desembargador que não é só um Desembargador, ele está aqui porque também o tema o interessa é uma pessoa que participa do processo da agroindústria aqui em Rondônia.

Desembargador.

**O SR. WALTER WALTENBERG** – Bom dia a todos! Senhor Presidente, Deputado Ismael Crispin, eu cumprimento toda a Mesa, na pessoa de Vossa Excelência e eu cumprimento também pela iniciativa. Audiência Pública é de fato um meio muito eficaz para que nós que estamos do lado de cá possamos ouvir as pessoas, as necessidades que se apresentam para que a gente possa adotar as ações que entendemos necessárias.

Cumprimento todos os presentes, meus colegas empreendedores do agronegócio, e, eu sei como a vida da gente é difícil. É preciso ter muita coragem para está nesse segmento do agronegócio que a gente se encontra. Eu tenho durante muitos anos da minha vida me dedicado à atividade leiteira, então eu produzo leite, eu tenho uma pequena agroindústria onde a minha esposa que é a proprietária, sócia majoritária, embala o leite, pasteuriza, entrega nos mercados da cidade; já produzi queijo também, mas deixamos a atividade temporariamente para poder focar na produção de genética.

Eu tinha, em 2015 eu tive um combinado com a EMATER de Nova Mamoré, eles fariam lá a produção da alimentação e eu cuidaria de produzir genética. Só no ano passado foram 150 matrizes que foram disponibilizadas por pessoal daquela área. Mas, a nossa vida não é fácil, ainda que a gente conte com uma estrutura de financiamento bastante importante o financiamento ele tem esse dom de antecipar o futuro que você conseguiria com trabalho daqui a 10, 15 anos, você consegue ter hoje, mas precisa continuar trabalhando, o investimento precisa ser aplicado naquilo para que ele foi destinado, para que a coisa funcione, para que dê certo. Agora, mesmo com os recursos do Banco da Amazônia, eu estou realizando mais um sonho, estou construindo um compost barn, que é um barracão de compostagem, que é o que há de mais moderno na criação de gado leiteiro confinado ou semi confinado, como vai ser lá em casa para abrigar 150 vacas de leite. Se nós atingirmos um mínimo de produção, um mínimo de gasto para fazer 15 litros de leite por animal, nós vamos ter bastante leite para oferecer para o mercado de Porto Velho.

Fazemos leite pasteurizado, comum, leite zero lactose, bebida láctea e agora o famoso leite A2A2, que está surgindo no mercado como o leite que ele é pouco alergênico, então as pessoas que tem alergia a caseína, que é a proteína do leite; as pessoas também passarão a ser consumidoras do leite. Mas, nem sempre as coisas acontecem como a gente planeja e mais uma vez é preciso que a seriedade do empreendedor

contamine o financiador do projeto para que ele saiba que você não está adiando compromissos, não está repactuando os seus compromissos por mera desídia no desenvolvimento do seu negócio, mas de fato uma realidade que se apresenta que muitas vezes você não consegue modificar. Todos nós sabemos que a venda do gado do leite não acontece como a venda de gado de corte, não há uma demanda sistemática, ainda que Rondônia venha nesses primeiros meses superando as metas traçadas para arrecadação no ano passado, desde janeiro a gente vem batendo todas as metas, o país como um todo tem problemas; nós temos aí um aumento considerável do desemprego, há um desânimo da classe produtora com relação aos rumos que o Governo nesses primeiros 100 dias tem tomado, eu me refiro ao Governo Federal; mas, eu penso do Governo o seguinte: se ele não atrapalhar, já ajuda bastante.

Então, Rondônia vive por si mesmo, eu sou um entusiasta ferrenho desse rincão, porque vai ter gente boa para trabalhar sim, só aqui, lá em Rondônia. Então, eu, ao mesmo tempo, que me sirvo muitas vezes da confiança que os financiadores depositam no meu trabalho; esse ano, por exemplo, já foi necessário que o Banco do Brasil repactuasse uma operação minha porque não tinha dinheiro para pagar. Agora esses dias o meu gerente, o Diego, lá do Banco da Amazônia, deve ter perdido uns 4 ou 5 fios de cabelo porque eu disse para ele: Diego, se você não me ajudar, se você tem um plano para me quebrar, o momento é esse. Porque esse ano, eu fiz uma venda pequena de gado de leite e eu preciso sustentar toda atividade.

Então, por você ter um projeto, um projeto sustentável, um projeto que serve para a comunidade onde você se insere. Lá em casa nós fazemos mais ou menos 15 empregos diretos, são diversos arrendamentos que eu tenho, cada um tem o seu próprio administrador; tem o local onde fazemos selagem de milho, esse ano eu aumentei a área de silagem para 50 hectares, o ano que vem serão 90 hectares de silo de milho para poder atender essa necessidade de alimentação do rebanho leiteiro com alta produtividade. Eu acredito muito nessa questão da importância da genética para o desenvolvimento do Estado de Rondônia. Ainda ontem recebi o Jacaré, para mim a EMATER, o símbolo da EMATER é o Jacaré. O Jacaré é um técnico responsável lá pelo setor de Nova Mamoré, até o ano passado era, talvez, ainda é. E o Jacaré é aquela pessoa que chega na propriedade, eu e o Chiquinho andamos muito com o Luiz Gomes por aí e a gente chega com o Jacaré nas propriedades, as criancinhas vem correndo para dar um abraço nele, para festejar a presença dele. Isso significa que, os pais falam bem para essas crianças quando o Jacaré está na propriedade; de fato, ele ajuda demais, ele ajuda como? Ele produz alimentos; vaca de leite para produzir precisa comer, o leite entra pela boca, é o que a gente escuta por aí. Então, Nova Mamoré hoje, é a maior bacia leiteira do Estado, pasme os senhores, com uma média de produção de 5 litros de leite por vaca. Já imaginaram se a gente consegue levar isso para 15 ou 20 litros de leite, o quê que vai virar esse setor, esta parte aqui do Estado de Rondônia. Então, isso deve ser replicado para todos os outros segmentos do agronegócio. A minha praia é o leite, mas, existem muitos outros seguimentos e a agroindústria de fato é uma coisa que nos anima bastante, porque a gente foge dessa ditadura das grandes empresas que são compradoras daquilo que a gente produz. Eu me sinto muito confortável

manufaturando o que eu produzo, porque eu agrego valor e os benefícios são para o próprio negócio, e continuo vivendo da vida que eu tenho. Cada um de nós precisa mesmo financiado, e nós temos aqui os maiores agentes. O Banco do Povo, eu recebi diversos cheques, sabia? Lá do Banco do Povo, muito obrigado. Então, eu mesmo tendo aqui esses agentes financeiros que são muito poderosos o Banco da Amazônia esse ano, tem mais de um bilhão de reais para aplicar em Rondônia, e vai aplicar onde? Vai aplicar conosco aqui, nós que empreendemos, nós que temos a coragem de colocar a cara na frente, de colocar a nossa propriedade como garantia da seriedade do nosso trabalho, ou muitas vezes nós que temos a coragem de pedir para o vizinho 'faz um aval para mim, eu sei que acredita em mim, eu sei que vê que eu acordo quatro e meia da manhã todo dia, me ajuda, assina aqui para mim', e depois a gente tem que render, tem que honrar aquilo que foi estabelecido. Então, eu desejo, eu lamento ter que me ausentar, eu gostaria muito de estar aqui. E eu só estou deixando esse lugar porque eu tenho uma audiência com o Governador do Estado, agora às 10h30min, e eu não gosto de chegar atrasado.

Então, eu desejo ao Presidente, dessa Audiência Pública, desejo a todos participantes, aos meus colegas de Mesa, que daqui muita coisa seja efetivamente resolvida. Eu não gosto de lero-lero, eu não gosto de conversa boba, fiada 'não deixa para depois de amanhã, a gente faz'. Não, isso aqui é para quê? Para a gente colher exatamente subsídios para tornar na nossa vida, nós empreendedores, precisamos de uma vida melhor, de uma vida mais segura. Então, desejo a vocês uma manhã muito proveitosa, que bom que gostam de empreender, eu tenho muito orgulho de vocês, eu tenho um orgulho enorme do Estado de Rondônia. Eu não sei se repararam, mas, nós somos convidados para ouvir o Hino de Rondônia, mas, eu não consigo só ouvir, eu gosto também de cantar, porque me sinto assim extremamente rondoniense nesse momento, eu que sou já cidadão honorário de Rolim de Moura, quem é de Rolim de Moura, não é rondoniense? Então, estou junto aí está bom.

Um bom dia para vocês, muito obrigado senhor Presidente, pelo convite, sempre que me convocar, eu estarei aqui a sua disposição. Chiquinho, meu querido amigo, Wilson, Daniel, todo mundo que está aqui na Mesa, são pessoas em quem eu acredito muito, confio bastante. Então, parabéns a vocês, obrigado por terem atendido ao convite do Deputado Presidente desta Sessão, e que tenham um dia muito proveitoso, um dia de muito ânimo. Eu tenho certeza que cada um aqui vai se manifestar vai dizer para vocês a que veio, e cada um aqui tem um pedaço da solução que faz com que nossos negócios possam sempre progredir. Muito obrigado a todos, peço licença para me retirar, senhor Presidente.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Agradecemos aqui a intervenção e a manifestação do Dr. Walter Waltemberg. E nós vamos dá sequência, e sei que o público que nós temos aqui Deputado Chiquinho, é um público que quer fazer do Estado de Rondônia, o Estado mais progressista dessa federação. Nós vamos dá sequência, a Mesa vai fazer uma apresentação breve, porque nós queremos fazer uma dinâmica com as pessoas que vieram, com os interessados e dessa dinâmica, vai voltar para cá a discussão. Então, para a gente tentar ser propositivo, é

mais uma apresentação de cada um dos senhores, para a gente ganhar tempo.

Passo a palavra ao Senhor Deputado Chiquinho da Emater, Presidente da Comissão de Indústria e Comércio.

**O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias)** – Antes do pronunciamento do Excelentíssimo Deputado. Nós convidamos Excelentíssimo Dr. Matheus Carvalho, Procurador do Estado, para que assuma o lugar de honra deixado neste momento pelo Excelentíssimo Senhor Walter Waltemberg. Por gentileza. A Deputada Federal, Sílvia Cristina, Jaqueline Cassol e o Senador da República Confúcio Moura, lamentam não poderem estar presentes devidos compromissos agendados em Brasília, e desejam sucesso para esta Audiência Pública.

**O SR. CHIQUINHO DA EMATER** – Obrigado Roni. Quero aqui saudar todos vocês, é um prazer muito grande está aqui nesta Audiência Pública, meu Prefeito de São Miguel do Guaporé. Junto com esse povo tão bravo que pode transformar o Estado de Rondônia, num Estado do Paraná, com certeza das agroindústrias, é o sonho de todos nós da Assembleia Legislativa que isso aconteça. Então, a gente tem que não atrapalhar vocês. O Governo do Estado, não pode Cornélio, e nem os municípios atrapalhar, e infelizmente muitas vezes acontece, a gente tem que procurar melhorar cada vez mais para que isso não aconteça.

Quero aqui saudar o meu Presidente desta Audiência, meu companheiro e amigo do meu Partido Deputado Ismael Crispin. Parabéns Deputado Ismael Crispin por esta Audiência, que é tão importante aqui para o Estado de Rondônia. Quero saudar o meu colega Deputado Cirone ali de Cacoal, e Deputado Cirone lá tem uma Agroindústria lá do seu Ovídio que veio lá de Espigão, que a gente ajudou a construir aquilo e só hoje aquela Agroindústria dá 35 empregos ao povo de Rondônia.

Quero saudar aqui Dr. Walter que acabou de sair, tem uma grande Agroindústria, meu amigo, companheiro de muitos trabalhos juntos, é o Presidente do Tribunal de Justiça hoje, é um orgulho para todos nós.

O Wilson do BASA, meu amigo companheiro desde os anos de 1992 quando começamos a financiar as vacas do Cone Sul, Wilson. A gente estava lá junto financiando aquele povo lá, e naquela época meus amigos a gente fazia financiamento e cansamos de ir com sacolas de dinheiro para liberar dinheiro para comprar 36.000 vagas para as Associações. Paulo, a gente levava o dinheiro vivo, entendeu? E era tão rápido que o Projeto não passava mais do que três dias no banco BASA. Infelizmente as Leis complicaram e hoje, Cornélio a gente não pode mais fazer isso, infelizmente. Wilson, muito obrigado, a gente deve muito ao BASA, está certo? Pelo que ele fez ao Estado e Rondônia. Obrigado a você que continue fazendo muito mais.

E eu sei que você é uma pessoa que tem compromisso, todos os BASAs em todo o Estado de Rondônia tem compromisso. Já quero parabenizar por você ser, o BASA, é um dos melhores do Brasil, e você recentemente foi a Recife receber um grande prêmio para o Estado de Rondônia. Muito obrigado por fazer isso.

Quero aqui saudar o Banco do Brasil que é um grande parceiro, tem liberado muito dinheiro, João Vitor, aqui para todos nós. Continue assim liberando cada vez mais porque o Produtor Rural precisa de dinheiro. O Dr. Walter falou de Nova

Mamoré, o maior hoje produtor de leite do Estado, deixando aí outros municípios tradicionais para trás, e quem ajudou muito foi o BASA e o Banco do Brasil, transformar aquele município no maior produtor de leite do estado. E também o Banco do Povo, o Dr. Walter acabou de falar aí que liberou muitos financiamentos para vacas de leite. Parabéns ao banco do Povo, Manoel Serra.

Saudar aqui o Manoel Serra, companheiro e amigo. E já aproveitando aqui o Manoel Serra, a gente, o ano passado ainda, juntamente com o nosso Governador Daniel Pereira, nós fizemos um convênio para instalar o Banco do Povo em diversas Emater do Estado de Rondônia. Luciano o nosso Presidente da Emater, agora, vai dar continuidade e com certeza Manoel Serra, vamos se Deus quiser aonde tiver uma Emater ter lá uma sala do Banco do Povo para financiar a cidade meus prefeitos, e também o povo da Zona Rural. Saudar aqui o Edson Silva Lemos, Superintendente Comercial do Banco do Brasil.

Obrigado ao Banco do Brasil por tudo o que tem feito, mas queremos mais, queremos levar dinheiro muito mais ao povo do campo. O povo do campo dá resposta rápida. Gera emprego, gera riqueza, traz indústria para a cidade, é isso que nós queremos.

Edgar, meu companheiro, o homem da soja plantada ali do SEDAM. Edgar, o SEDAM tem um papel muito importante. Está aí o Dr. Mateus que está aqui também junto que é o nosso Procurador da PGE, Dr. Mateus e Edgar, levem ao Secretário Elias que nós precisamos que essas licenças ambientais sejam mais rápidas, mais velozes. Eu já sei que o Elias está trabalhando, ficou de mandar para a Assembleia o mais rápido possível o grande Projeto para facilitar a vida de todo o povo, não só das Agroindústrias, mas quem cria peixe, quem planta café, quem planta inhame, quem quer irrigar, quem quer fazer um poço artesiano que as dificuldades são muitas. E nós temos que facilitar porque este povo é quem paga o salário da Assembleia, e quem paga o salário do Tribunal de Justiça e é quem paga o salário da Educação, Saúde. É quem faz chegar o dinheiro aos municípios, meu Prefeito aqui de Monte Negro, é este povo. Por isso nós temos que respeitar muito eles, porque sem eles esse Estado não vira nada.

Daniel Pereira, hoje eu sou Presidente da Comissão de Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia porque eu e Daniel Pereira começamos, nós que inauguramos muitas Agroindústrias por aí, Governador Daniel Pereira, hoje Presidente do SEBRAE, porque pediu para eu vir para a Indústria e Comércio. Eu iria brigar com o Deputado Cirone para tomar a Agricultura, mas aí eu cedi ao Deputado Cirone que também é da Agricultura e ficamos todos juntos. Então para fortalecer porque entendo que sem emprego as coisas não caminham. O poder público não tem como absorver nem os municípios e nem o Estado. Nós precisamos industrializar este Estado cada vez mais. E Daniel Pereira, nós que inauguramos muitas agroindústrias por aí, tanto ele como do Confúcio, que foi o Programa criado ainda em 2011, Mary. Cadê a Mary? Está por aqui? A Mary nossa colega e amiga que começou por Ariquemes, não é Mary? O Dr. Confúcio trouxe esse modelo do Governo Brasília, ainda do Cristóvão Colombo, quando era Governador lá em Brasília, que implantou, iniciou também de um prefeito ou foi um governador, também, lá de Sergipe.

Paulo Haddad, Paulo, obrigado por estar aqui, representando o nosso Deputado Padovani, Paulo é meu colega, meu vizinho ali de moradia, não é Paulo? Então, Paulo, a gente precisa muito da SEAGRI na questão do fomento. E as coisas têm que caminhar mais rápido. Então, você tem agora essa situação para se fazer lá junto.

Júlio César, companheiro e colega do IDARON, Presidente Júlio, que Deus te abençoe nessa nova empreitada aí, e você, também, Julho, tem muito a ver com essas agroindústrias. E eu tenho certeza, que você vai mudar muitas coisas que estavam emperradas, que viviam na burocracia da Lei, porque nem um produtor que está aqui, nem um dono de agroindústria, Serginho, você que é lá de Colorado, querem vender produto de má qualidade, quem quer vender qualidade são eles, que se eles venderem produtos de má qualidade, eles estão colocando tudo em risco aquilo que eles produzem. Então, eu tenho certeza, que nenhum de vocês pretendem vender coisa de má qualidade. Então, Júlio, você tem um papel muito importante agora no IDARON, para facilitar a vida de nosso povo.

Luciano Brandão, meu colega da EMATER, aqui está ele, o Ari, o Márcio Milano estava por aqui, Dilmazino que esteve comigo aqui, Luciano, essa semana, de uma situação lá Ari, da indústria de Itapuã, eu espero que resolva o mais rápido possível, que senão ele não pode vender produto dele, está até aqui o dono da agroindústria. A gente precisa resolver isso.

Evandro Marques da Silva, Prefeito do Município de Monte Negro, colega também do IDARON, e hoje Prefeito de Monte Negro. Deus te abençoe, recebeu um prêmio do Sebrae recentemente, parabéns Prefeito. E o Francisco vai ganhar se Deus quiser do Brasil inteiro, se Deus quiser, Prefeito. Muito bom, e parabéns.

É Francisco Evandro de Lima, meu colega da SEMAGRI aqui do Município, Evandro. Evandro, têm muitas coisas das Indústrias que são municipalizadas aqui nessa região. Essa semana eu estive com o Secretário da SEDI, juntamente, com Wilson do BASA, mas que já foi já, Júlio, para você, que é aquele frigorífico de suínos aqui da Estrada do Japonês. É uma indústria boa, que vai gerar 150 empregos diretos, e que vai abater quase 200 cabeças suíno/dia e, que nós precisamos agilizar aquela obra fantástica, botar em funcionamento. Então, meus amigos e minhas amigas, a gente sabe das dificuldades.

Melo, você que é Presidente da Cooperativa aqui do Baixo Madeira, você tem um complexo de cinco grandes agroindústrias, a de farinha lá em Demarcação, a de Calama de babaçu, do óleo de babaçu, duas aqui no Cujubim de castanha e de polpa de fruta, outra eu acho eu que é Boa Vitória, de polpa de fruta. Nós temos, Melo, que dar todo apoio a você, para colocar esse complexo para funcionar, não dá para ficar esse grande complexo sem funcionar. Então, você sabe do meu apoio, da minha admiração por vocês, o Baixo Madeira, Paulo, todos nós, o BASA, o Banco do Brasil, Banco do Povo, nós temos que ajudar a fazer com que funcione, porque o Ibama esqueceu que para funcionar agroindústria tem que ter capital de giro. E as indústrias, e a Jirau e a Santo Antônio construiu o prédio, deu as indústrias, deu equipamentos, mas esqueceu que tem que ter capital de giro, senão isso funciona. Então, Melo, vamos botar essas coisas

para funcionar, porque vai ajudar muito o Baixo Madeira sair dessa situação tão lamentável que se encontra até hoje.

Meus amigos, eu também, o Wilson do BASA, Banco do Povo e Banco do Brasil. Essas indústrias precisam, Wilson, financiar energia solar, para baratear o custo, porque senão eles não conseguem funcionar as indústrias deles, a energia está cara. Precisamos de uma linha que tenha facilidade, para que eles possam fazer isso, colocar energia solar nessas agroindústrias para poder facilitar a vida deles, baixar custo.

Paulo, o PAA, tem um papel muito importante, você e Felipe, meu colega Felipe, tem um papel muito importante para essas agroindústrias. E esse Programa não pode acabar, Deputado Crispin, esse Programa das agroindústrias do PAA - Programa de Aquisição de Alimento, não pode acabar por hipótese nenhuma. Então, Felipe, tem que ter muito cuidado com esse Programa, que é um Programa do Governo Federal, que dá muito apoio as agroindústrias, a gente tem que cuidar muito mais deles. Temos que ajudar, a EMATER e a SEAGRI que cuidou disso o tempo todo, nós temos que ter muito cuidado na questão dos repasses para os municípios, para que isso não acabe, porque senão você está colocando todo programa, tanto do PAA como o PNAE em risco, tem que ter muita cautela, para que isso não aconteça. Essas agroindústrias trazem muita geração de emprego e renda e a minha Comissão tem tudo a ver com a geração de emprego. Porto Velho, por exemplo, precisa de muito emprego, é uma cidade sem emprego, sem indústria. Nós precisamos, não só Porto Velho, as pequenas cidades, que o povo está saindo das cidades pequenas para ir, Cornélio, para as cidades maiores atrás de emprego e essas agroindústrias podem ajudá-los muito, além de fixar o homem no campo e o jovem no campo, vai ajudar que o povo continue permanecendo no campo. Hoje mesmo eu vi no jornal ontem, anteontem, é uma coisa impressionante aqui, Deputado Crispin, Deputado Cirone, Porto Velho, ainda as aulas, hoje mesmo eu recebi um documento de Calama, documento da Ponta do Abunã, aonde os filhos dos produtores ainda não começaram as aulas, isso em pleno século XXI, não podemos admitir uma situação dessas. Tem produtor ali da Penha, que está mandando os filhos para Goiás, quer vender as terras. Isso, Daniel Pereira, é muito ruim, meu companheiro governador Daniel Pereira que foi e hoje Presidente no SEBRAE, nós temos que tomar providência para que isso não aconteça. Educação é prioridade para o campo e para a cidade, nós não podemos deixar que isso aconteça, porque infelizmente vai prejudicar muita gente. Outra coisa que nós temos que lutar muito é pelos documentos das terras. Não podemos avançar sem documentar as terras de Rondônia. Eu acho que é a primeira prioridade de qualquer governo hoje é documentar as terras de Rondônia. Já faz cem dias de governo e o governo federal até hoje, Deputado Crispin, vem falando, acabou com o Terra Legal, trouxe para o INCRA, até aí muito bom, mas até hoje tudo fechado, nada avança. Então isso é muito ruim. Eu acho que o Governo do Estado e nós Deputados, eu já estive em Brasília com o Brito, duas vezes, nós vamos fazer Audiência Pública aqui com o Incra, convidar o Incra, a Sedam, para poder documentar muita terra, nós temos que resolver a questão ambiental também aqui de Rondônia, porque tem muita coisa travada, queremos fazer a 3ª aproximação, Edgar, e esse projeto tem que chegar à Assembleia o mais rápido possível, precisamos fortalecer o

campo e fortalece o campo com documento. O documento, vai levar esse documento para os Bancos e os Bancos vão financiar o produtor rural, é isso que nós queremos. E eu não vou calar enquanto eu não ver isso. Nós precisamos resolver a questão dos documentos de Rondônia. O Brito ontem fez uma entrevista ali no Léo Ladeia, se eu não me engano, aonde tem quase 70 mil propriedades sem documento. Não dá. Não podemos ficar assim, temos que resolver isso, isso traz paz para o campo também, essas matanças de gente, muitas vezes invasão de terra, é por falta de documento e nós temos que fazer isso.

Então, meus amigos, eu com o nosso mandato, por que o mandato não é meu, é do povo de Rondônia, eu quero, Cornélio, colaborar muito, eu quero ver se eu crio, meu governador Daniel Pereira, no mínimo 10 Cooperativas com o nosso mandato. Já estive, sábado passado lá em Colorado, lá na COOPERSUL, já me comprometi em fazer lá um grande silo para armazenar milho, uma indústria de ração, que eu quero ver Rondônia produzindo cinco milhões de litros de leite e só fazemos isso com ajuda ao produtor rural, quero criar essas cooperativas, porque acho que a cooperativa é que vai chegar para o laticínio e vai dizer: eu tenho 200 mil litros de leite, quem vai pagar mais pelo meu leite? Comprar as coisas em conjunto, rações, sal mineral, medicamento, até mesmo comida para o dia a dia da casa, podemos fazer isso, então, eu no meu mandato eu quero ajudar no mínimo 10 Cooperativas para que elas possam ter a produção, para a gente melhorar a produção de leite, de carne, de suíno e aves.

Então, meus amigos vão ficar aqui, a gente está aqui hoje mais para ouvir vocês, a demanda de vocês e podem ter certeza, o que depender da Assembleia Legislativa, os 23 Deputados e mais o Presidente Laerte e todos nós estamos juntos com vocês para que a gente possa facilitar a vida de vocês, podem contar com a gente. Já tivemos audiência pública com a Seagri, com o Idaron, com a Sedam, porque nós não queremos nada de ilegalidade, mas, não dá para ficar dizendo que uma tomada A ou B de uma agroindústria tem que ser mais em cima ou mais embaixo. Nós queremos que vá lá fiscalizar pela qualidade e pela qualidade tem um jeito, laboratório, laboratório, acabou a questão. O Ministério da Agricultura está tirando agora todos os Veterinários deles da plataforma, porque o dono da indústria tem obrigação de vender carne de qualidade. O Ministério vai ficar apenas com a fiscalização. Eu achei uma medida inteligente do Ministro Blairo Maggi e agora da Ministra permanecer isso, porque realmente vai resolver essas questões porque não tem gente para fiscalizar, temos aí o frigorífico da Ponta do Abunã parado por questões ambientais e tantas outras agroindústrias aí que está parada. Então, nós não podemos mais calar diante dessa situação. Então, sejam todos bem-vindos, estamos aqui para ouvi-los e vocês podem contar com a gente. Nosso muito obrigado

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** - Muito obrigado Deputado Chiquinho.

Nós vamos ouvir a saudação do nobre Deputado Cirone Deiró, que é Presidente da Comissão de Agricultura, aqui na Assembleia Legislativa. Nosso foco em especial, todos os nossos componentes da Mesa aqui, é ouvir os principais interessados,

conhecer as suas demandas dentro daquilo que nós propomos aqui para discussão e em especial ao final a gente conseguir ter uma proposta, os senhores saírem, o Estado vai ter que dizer qual é o seu comportamento, a Assembleia com os Deputados que aqui estão, também dizer qual é o seu comportamento. Então, para isso a prioridade aqui é ouvir os senhores. Vou pedir a colaboração dos componentes da Mesa, para que façam uma saudação breve e a gente prioriza o momento do debate para as falas.

**O SR. CIRONE DEIRÓ** – Bom dia senhores e senhoras, uma grande alegria ver o setor produtivo do Estado de Rondônia nesta Audiência.

Quero aqui cumprimentar meu colega Deputado Ismael Crispin, parabenizá-lo Deputado, pela Propositura do segmento superimportante para o Estado de Rondônia; quero parabenizá-lo também pela matéria inicial lida aqui pelo Roni, Vossa Excelência falou tudo que a nossas agroindústrias estão precisando aqui no Estado, então eu quero parabenizá-lo e dizer que nós vamos conseguir investir em segurança, em educação, em saúde e infraestrutura se nós valorizarmos eles, o homem do campo, o produtor rural porque nós somos um Estado vocacionalmente agrícola e para isso nós temos que fortalecer as indústrias que nós temos aqui no Estado de Rondônia, e qual que é a indústria do Estado de Rondônia? Nosso produtor rural.

Eu quero aqui cumprimentar nosso Governador Daniel Pereira, aqui presente, já parabenizá-lo Governador pelo seu trabalho no SEBRAE, o SEBRAE aqui na Cidade de Cacoal foi um grande parceiro nosso lá quanto eu estava lá como Vice-Prefeito, que aqui cumprimento o Jorge que é responsável pelas agroindústrias da nossa cidade. O SEBRAE, nós fizemos um trabalho junto com o SEBRAE e a ABDI, onde as nossas 42 Agroindústrias do município está conseguindo, inclusive, Governador, exportar nossos produtos ali em Cacoal. O quê que o SEBRAE veio? Com a gestão que, às vezes, os nossos produtores sabem fazer o produto, mas tem dificuldade na gestão. O SEBRAE deu toda a estrutura de gestão; a ABDI deu todo o comportamento, como é que essa agroindústria teria que funcionar, inclusive, trazendo para dentro Deputado Crispin, de Cacoal, a Faculdade de Viçosa, que é a maior Faculdade no agronegócio do Brasil para dentro de Cacoal ficar um ano nesse trabalho, então essas agroindústrias evoluíram bastante, e o SEBRAE além dessa gestão ainda fez a questão dos rótulos, porque, às vezes, vocês começam lá a agroindústria de vocês e faz o rótulo, aquele simples, e nós sabemos que o consumidor hoje, ele enche muito, ele não compra o produto, na verdade é o visual dele que faz com que o seu produto seja comprado. Então, o SEBRAE contribuiu muito na criação desses rótulos valorizando o produto que já era de excelência e faltava essa valorização do rótulo. Então, nosso agradecimento ao SEBRAE.

Cumprimentar a SEDAM, a EMATER, o IDARON, através do Júlio; quero cumprimentar aqui os nossos Prefeitos presentes, em nome do Wilsão, que é meu vizinho ali da nossa região, o Wilsão de Ministro Andreazza; o Prefeito Evandro de Monte Negro, o Evandro que recebeu um prêmio das agroindústrias, tem uma valorização muito grande ali no setor produtivo na região de Monte Negro.

Cumprimentar o Prefeito Márcio, da nossa região ali também; cumprimentar aqui o nosso Prefeito Evandro e cumprimentar também o Prefeito Cornélio, Cornélio, seja bem-vindo a nossa Casa. Quero cumprimentar em nome do Alfredo, todos os Vereadores que aqui presente, todos os Secretários e dizer que vocês são a parte principal disso. Nossos técnicos que faz o trabalho e vocês das Secretarias dos Municípios precisam estar engajados nesse processo, porque não adianta aqui em cima fazer, “aqui é seu guarda-chuva” e vocês lá na ponta não aplicar. Então nós precisamos aí valorizar os nossos Secretários, nossos técnicos, para que a gente possa fortalecer cada dia mais a nossa produção, Rondônia que 80% são agricultura familiar, então, nós temos que ter essa valorização em todos vocês. Eu tenho falado Deputado Crispin, na reunião da nossa Comissão, que é a Comissão de Agricultura, a qual o Deputado Chiquinho também fez parte e eu falo aqui também no nome da Comissão de Meio Ambiente, que eu sou o vice-presidente, o Deputado Jean está em Brasília. Essas comissões tem trabalhado muito pensando em vocês, nós pensamos na desburocratização, nós pensamos nos licenciamentos, nós pensamos nas outorgas e aí por diante. Porque, se nós queremos que vocês produzam, nós não podemos, o Estado no mínimo não precisa só atrapalhar, que vocês dão conta do recado. Então, esse é o nosso pedido, o Júlio tem sido um grande parceiro, tem ouvido as nossas reivindicações, 02 ou 03 vezes nós já participamos de reuniões juntos, tentando buscar essas soluções juntos. Eu peço a você, ao Paulo Haddad que está aqui da Secretaria, que, o próprio Luciano da EMATER, que nós temos que encontrar esse caminho. A minha sugestão na reunião da comissão, eu vou voltar a repetir aqui Deputado Crispin, sobre a Secretaria de Agricultura, criar uma gerência própria para as agroindústrias; nós temos que ter ali dentro, nós temos que ter ali dentro dessa gerência: a Seagri, a Emater, o Idaron e a Sedam; mas tudo na mesma gerência sobre o único guarda chuva, porque o que acontece hoje nas nossas agroindústrias? A Emater faz um parecer; o Idaron faz outro; a Sedam chega lá e faz outro. Nós não temos, em muitos casos a concordância dos três órgãos. Então, se nós criamos essa gerência sobre uma única pessoa, eles vão falar a mesma língua. Então, eu falei isso na comissão, eles estão de acordo, nós estamos pedindo inclusive que o Idaron, a Emater, elas tenham autonomia própria para que eles possam exercer a função deles com mais qualidade, flexibilizando o horário, flexibilizando ações para que a gente possa realmente desburocratizar e esse Estado avançar. Nós estamos aí no pleito, tivemos aí mês passado através do MAPA, querendo tirar aqui a vacinação da aftosa e nós temos desenvolvido aí cinco Estados e um país ainda que é a Bolívia. Então, O Idaron foi cauteloso, Rondônia está praticamente pronta, mas foi cauteloso e transferido para o ano que vem, preocupada para gente não sofrer um retrocesso. Então, Júlio, eu acho que a decisão foi acertada; nós temos aqui como nosso maior capital, a pecuária, a produção do leite. Então, nós não podemos correr risco de errar. Então, eu quero parabenizar o Idaron por isso. Então, a gente criando essa gerência, nós vamos conseguir desburocratizar, melhorar o fomento através do Banco da Amazônia, do Banco do Povo, do Banco do Brasil para que nós possamos emprestar esse dinheiro com mais facilidade. Nós temos por aí, por exemplo, o Banco da Amazônia com um bi e

setecentos para emprestar para o nosso setor agrícola e o banco não está conseguindo emprestar. Eu estive com o gerente do Banco do Brasil, meados de março, em 15 dias ele não tinha conseguido fazer nenhuma proposta por falta de documentação pela burocratização. Então, eu acho que nós criando essa guarda chuva, nós vamos conseguir desburocratizar isso e fazer que as coisas realmente andem. E nós precisamos Deputado Crispin, vou encerrar a minha fala muito rápida, porque nós precisamos ouvi vocês, aquilo que vocês vão demandar para nós, para esta Casa está cobrando junto as ações do Governo, aos fomentos, se tiver que mexer na legislação, nós estamos prontos para mexer, mas precisamos que o Estado realmente cresça e a maneira de crescer é agregando valores, é verticalizando a produção. Se nós não ficar, nós vemos aí todo dia no canal principal aí da televisão, que eles estão fomentando; essa semana estavam falando do mamão, semana passada falando do peixe, em nível nacional todo mundo já está despertando para isso, nós somos um Estado agrícola e estamos aqui a mercê de vender os nossos produtos in natura. Não podemos mais, temos que agregar valores nisso, para nós evitarmos esse êxodo rural e manter o nosso homem do campo lá onde ele deve está; mas com qualidade de vida, dar condições dele ir e vir. Essas estradas do Estado de Rondônia precisam melhorar, nossos produtores produzem depois não tem como tirar essa produção lá de dentro. Então, nós precisamos é honra esse escudo que nós temos aqui de Rondônia, que está ali o símbolo do café e o símbolo do cacau, é só assim que nós vamos conseguir crescer. Nós temos aqui em Jaru um estudo sobre clones de cacau, o cacau em Rondônia dava em torno de 800 quilos por hectares, hoje está dando até 04 toneladas. É porque as pessoas estão indo buscar. Como o Dr. Walter Waltenberg disse que a bacia leiteira de Nova Mamoré é a melhor do Estado e citou o nome de uma pessoa; eu posso citar lá também de Jaru, aonde um técnico da EMATER se interessou pelo assunto e está desenvolvendo lá na região.

Então, Luciano, nós precisamos que os técnicos da Emater se interessem e levem ao homem do campo, que precisa lá na ponta a informação, leve a tecnologia lá na ponta, não adianta nós ficarmos aqui discutindo em Mesa e esse resultado não chegar lá no homem do campo. Então, eu sei que você está aqui iniciando o trabalho, tem vontade de fazer, aquilo que for ruim; separa o joio do trigo e peça as pessoas para trabalhar, as pessoas realmente comprometidas que goste do homem do campo.

Eu quero falar um pouquinho, o Deputado Chiquinho citou aqui a nossa região, nós criamos lá em Cacoal o entreposto junto com o CONDER, junto com o Governo do Estado, a onde lá na linha 10 gera mais de 20 empregos no entreposto e produz 100 mil ovos por dia, esse ovo selecionado, lavado, qualificado e ainda com o CIF, cem mil ovos por dia, nós produzimos num entreposto. Nós temos lá também uma associação com trinta associados, um milhão, setecentos e cinquenta mil frangos a cada quarenta e cinco dias, olhem a força que nós temos na agroindústria, no agronegócio. Mas, nós só vamos conseguir avançar, se nós aqui esta Mesa, estas pessoas, o Governo, a Assembleia, conseguir desburocratizar, levar essa informação, levar a tecnologia lá na ponta. Eu vi o Dr. Walter Waltenberg, falando do leite, nós levamos lá junto para com ABDI com, SEBRAE, a Faculdade de Viçosa, está sendo plano piloto lá da

região. Ontem, eu tive o prazer de ver na televisão novamente o mesmo engenheiro que estava lá em Cacoal, que deu palestra junto conosco falando ontem na Rede Globo, sobre a qualidade do leite. Aquele mesmo projeto, nós estamos fazendo hoje aqui em Rondônia, na Cidade de Cacoal, onde o produtor está lá tirando leite e no celular dele está sabendo a quantidade de leite, de onde vem a vaca, quando foi vacinada, quando é que criou, tem todas essas informações, e no mesmo momento o laticínio está recebendo lá do laticínio essas informações. Isso é qualidade, isso é tecnologia, nós já temos aqui no nosso Estado, precisamos o que? Que lá no plano piloto seja ampliado para todo o Estado, então, nós temos que ter essa vontade. Às vezes como disse o Dr. Wilson, aqui, a burocracia também está na vontade da pessoa que atende. Então, nós temos que ter pessoas que gostem de pessoas, que atendam bem, que vê as dificuldades do técnico, anota no papel, procura um chefe superior dele e tenta resolver. Não adianta, nós na secretaria ficarmos com os produtos aí, com os equipamentos dentro estocados no almoxarifado, nós temos que colocar para trabalhar. Quero aqui aproveitar, chegou aqui o nosso Deputado Dr. Neidson, lá de Guajará-Mirim, um abraço meu amigo, obrigado pela presença. E dizer a vocês que tanto o Deputado Chiquinho, aqui na Indústria e Comércio, nós na Comissão de Agricultura, Deputado Crispin, que está em outra Comissão na CCJ, mas, está aqui preocupado propondo para vocês essa Audiência, porque ele sabe da necessidade e sabe a vocação do Estado, então, é isso que a gente precisa cada dia mais está atento. Nosso então Governador Daniel Pereira, no dia 30 de novembro do ano passado fez um Decreto onde às agroindústrias poderiam se escrever no ICMS, fazer a venda dos seus produtos, mas, quero parabenizar por esse avanço Governador. Mas, nós nas agroindústrias, vocês que são lá do município, nós tiramos o SIE, porque é a comercialização municipal. Se você mora em Pimenta Bueno, e quiser vender para Cacoal, o seu SIE, não vale, eu não entendo isso. Como é que o pessoal de Pimenta Bueno, pode comer aquele produto e quem mora em Cacoal, não pode comer porque não tem SIE? Então, isso é uma burocratização que não existe, nós vamos atender o município, o município vizinho não pode porque ele não tem o SIE; não cabe na minha cabeça isso, são umas coisas que os órgão fazem que não tem cabimento Deputado Neidson. Se você lá de Guajará pode comer o seu produto, o cara de Nova Mamoré não pode, porque ele não tem o SIE.

Então, a gente tem que realmente avançar, nós estamos aí despontando no Estado de Rondônia, a pecuária é o nosso carro chefe, o café é nosso, tem ganhado vários prêmios em nível de Brasil, inclusive com os nossos índios produzindo o café, levando aí para a Suíça, para todo o lado. Nós temos aí o Cacau vindo muito forte, e nós precisamos cada vez mais valorizar vocês. Nós temos várias indústrias de polpa no Estado, que estão trazendo mudas de fora e eles mesmos fomentando a plantação porque o Estado ainda não está conseguindo esticar esse braço e dá essa condição. Então, nós temos muito a crescer, aqui eu estou muito feliz que eu vejo comprometimento da Secretaria de Agricultura, da própria IDARON, da Emater, e que vocês olhem realmente para o produtor. Aquelas pessoas que não estão dando conta, que são servidores que não querem atender o homem do campo, quer atender mal, encosta ele, põe na geladeira, põe gente que atenda, é melhor ter menos

gente atendendo com qualidade e com vontade de atender do que a gente ter pessoas mal-humoradas, não querendo atender o produtor. É, um pedido nosso que a gente faz para todos vocês. E dizer que vou encerrar por aqui, agradecendo você meu Presidente, Deputado Ismael Crispin, parabenizando mais uma vez pela propositura, e dizer que só assim, nós vamos avançar nesse Estado de Rondônia. Obrigado, fiquem com Deus, tenhamos aí uma boa Audiência.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Muito obrigado Deputado Cirone. Quero registrar aqui a presença do Vereador Luziano Tressman, que é Presidente da Câmara de Urupá, também a presença do senhor Ruslan Magalhães, Presidente do Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural; a Vereadora Enesia Oliveira da Silva, da Câmara Municipal de Urupá; saudar também Prefeito da minha cidade, Prefeito Cornélio, muito obrigado por está presente. Prefeito Wilson, de Ministro Andreazza, Prefeito Evandro, já compõe aqui a Mesa, com a gente. Cumprimentar o Deputado Dr. Neidson, nosso companheiro aqui da Casa. E eu vou negociar com a Mesa, aqui agora, porque se eu não negociar, eu estou vendo que nós vamos sair daqui cinco horas da tarde. E eu não vou poder dispensar os senhores para irem almoçar, porque se não vocês não vão voltar. Então, nós vamos fazer um negócio aqui. Júlio, o Luciano Brandão, o Paulo Haddad, da SEAGRI, me permitam. Nós vamos ouvir duas saudações aqui só, e aí a gente entra nos debates. Porque na apresentação, os senhores aqui compuseram, porque senão a gente vai acabar não ouvindo a parte interessada, porque vai cansando eu reconheço isso, mas eu preciso ouvir a saudação do Dr. Neidson, cumprimentar aos senhores que a Deputado aqui da Casa para a solução dos problemas dos senhores, com certeza nós vamos precisar do voto do Dr. Neidson para poder aprovar os Projetos, então Dr.

Neidson, eu gostaria que o senhor desse aqui uma saudação ao povo presente aqui nesta Audiência.

**O SR. DR. NEIDSON** – Bem pessoal bom dia! Quero cumprimentar aqui em nome do nosso primeiro Secretário também e presidindo esta Audiência hoje, o Ismael Crispin, Deputado Ismael Crispin, e em nome dele cumprimentar a todos os presentes, todas as autoridades. E o que o Deputado Cirone falou aqui é o que está ocorrendo mesmo realmente hoje, no nosso Estado de Rondônia, principalmente o fomento. Quando ele falou da polpa de fruta, tem um rapaz ali, o Bruno, que ele tem uma fábrica, uma agroindústria de polpa de frutas lá em Guajará-Mirim e quem está fomentando aí à plantação, o crescimento para que as pessoas possam realizar a produção para que eles possam ter a matéria prima, são as agroindústrias, e não deveria ser assim. Eu acredito que também, tanto o Governo do Estado como a Secretarias Municipais que está aqui o Chico Dias que é o Secretário de Agricultura do nosso município, tem que realizar uma reunião, esta Audiência já vai servir para isso, para que possam unificar esse SIE, para que possa dar agilidade nos nossos trabalhos aí, principalmente na agricultura familiar. Eu sou médico, mas a maior cobrança nossa aqui na Assembleia Legislativa eu acredito que em todos os gabinetes é com relação à agricultura que é o que fomenta hoje o nosso Estado de Rondônia. Então, eu quero deixar aqui os meus agradecimentos, parabenizar esta Audiência Pública;

cumprimentar o nosso ex-governador Daniel Pereira, que tenho um grande apreço por sua pessoa Daniel, falta só uma visita lá ainda que nós vamos fazer e a todas as autoridades que estão aqui presentes. Obrigado e contem conosco para apoiar e tentar simplificar esse trabalho do nosso Estado de Rondônia. Obrigado.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Muito obrigado Dr. Neidson. Registrar a presença da dona Célia Tico, presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais aqui de Porto Velho; do senhor Valdecir Furtado, Secretário Municipal de Agricultura de Machadinho d'Oeste, senhor Vereador Marcelo Pereira de Lima, o Marcelinho, da Câmara Municipal de Urupá; senhor Hélio Guimarães, presidente da Cooperativa dos Produtores Rurais de Porto Velho; Vereador Eronildo Pereira da Câmara Municipal de Ariquemes; Isaias Testner, Vereador da Câmara Municipal de Ministro Andreazza; Vereador Renato César Morari, que representa aqui o Presidente da Câmara Municipal de Rolim de Moura – Dr. Lauro; o senhor Daniel Rosa do Paraíso, vice-prefeito do município de Chupinguaia; senhor Evandro Epifânio de Faria, prefeito do Município de Rio Crespo; senhor Joaldo Gomes de Carvalho, Secretário Municipal de Agricultura de Rio Crespo; sejam muito bem-vindos.

Vamos ouvir uma breve saudação com o Superintendente do SEBRAE, nosso ex-governador do Estado de Rondônia, o senhor Daniel Pereira.

**O SR. DANIEL PEREIRA** – Bom dia a todos, quero saudar o nosso Presidente, Deputado Crispin, parabenizá-lo pela iniciativa; Deputado Chiquinho, Deputado Cirone, Deputado Neidson; ao meu Chefe, Wilson Evaristo, chefe do Conselho do SEBRAE, em nome do qual eu quero saudar todos os componentes aqui da Mesa por economia de tempo.

Este evento aqui ele é muito oportuno e ele serve para uma pequena reflexão a respeito... A gente ouve muito a fala dos homens públicos e mulheres também do meio público, no sentido de "ah, nós temos que trabalhar para trazer grandes indústrias para cá". E o foco está errado. As grandes indústrias na verdade não vêm para cá e as grandes indústrias de hoje, no passado foram pequenas indústrias, eu enumerei algumas aqui: Eucatur, era um ônibus, hoje é bem mais do que um ônibus. Irmãos Gonçalves, era um boteco com uma porta em Jaru, há quarenta anos, hoje todo mundo sabe o que é. Grupo Gazin, era um jovem de dezessete anos que havia ficado desempregado, vendeu o Jeep velho que tinha e comprou a loja que trabalhava nela; hoje só em Rondônia tem sessenta lojas. Alimentos Bernardo em Ji-Paraná, o Luis Bernardo há quarenta anos capinava café em Cianorte no Paraná. A Rical, o Pedrinho e os irmãos dele, também não era muito diferente há algum tempo e hoje é um grupo que vende alimentos para o mundo todo. A Móveis Bianchini, lá em Cacoal também, é outro exemplo; então, são empresas, exceto duas que são de fora, todas elas são daqui do Estado de Rondônia e começaram muito pequenas. Agora, é um desafio muito grande para você trabalhar essa questão da empresa, porque ela envolve pelo menos três aspectos. Ela envolve saber fazer, envolve saber administrar e envolver saber comercializar; então a taxa de mortalidade de empresas em qualquer lugar do mundo, é altíssima; e eu estou dizendo isso não é por invenção própria

não, estou lendo um livro que trata sobre startup, é um livro de um autor chamado Eric Ries, e ele fala sobre os Estados Unidos, ele não fala sobre nós, que essas três habilidades são muito difíceis de você pegar e juntar. Então, esses são os principais problemas que a gente tem para ser equacionado para que você possa ter uma empresa com começo, meio e fim, com sucesso. É verdade que o poder público ainda tem muito que avançar, seja nos municípios, seja no Estado, e seja do âmbito Federal. Nós temos, nesse curto período que eu participei no Governo, uma coisa que descobri assim ouvindo, conversando, na última Rondônia Rural Show. Estava eu e o Deputado Chiquinho conversando com o pessoal da Emater e aí a gente começa a ver o seguinte. Dentro do próprio Governo, vocês têm vários governos e um compete com o outro. Mas daí isso replica nos municípios também. Então, não é uma tarefa muito de fácil pegar e solucionar. A gente tem o diagnóstico do problema, como é que resolve isso? Não sei, mas a gente vai ter que descobrir, porque nós dependemos muito disso. Nesse curto período que nós passamos no Governo, têm algumas coisas como Vice-Governador e como Governador, que nos dá satisfação. Por exemplo: 'a Rede Sim'. Nós somos o Estado mais ágio hoje para você abrir uma empresa, exceto se envolver a questão mais complexa do ponto de vista ambiental. Para abrir uma empresa o Estado de Rondônia é o Estado mais ágio do Brasil. O Estado de São Paulo hoje quer ter o sistema que nós temos aqui. O trabalho que foi feito com o Sebrae, com o Governo do Estado e com a JUCER. O Deputado Cirone, citou esse decreto das associações, todas as associações, todas elas não podiam comercializar. Porque a Sefin tinha um entendimento que com o novo Código Civil elas estavam impedidas de fazê-lo. Nós conseguimos convencer juridicamente a Sefin, através de um parecer da PGE, e hoje todas as associações estão aptas a poder comercializar. O Banco do Povo tinha um teto de 10 mil reais, hoje o teto é de 30 mil reais. Uma Lei que a Assembleia Legislativa aprovou. E conversando, dialogando aqui com o Luciano, parte dos problemas que estão aqui colocados, que o município tem, ele está credenciado para vender no município e não pode vender no outro, basta um simples convênio entre o Município de Pimenta Bueno e o Município de Cacoal, por exemplo: que o Município de Pimenta Bueno fala: olha, eu aceito o os produtos de Cacoal, que com o selo de inspeção municipal se é comercializado aqui. E o inverso também é verdadeiro. E o Luciano me deu uma informação boa aqui, que eles já estão articulando para que a AROM possa fazer um convênio com o Governo do Estado, cobertor, onde que todo o município reconheça que o produto de qualquer município do Estado seja permitido trabalhar lá dentro. É uma medida simples e fácil.

Então, eu acho que isso fica como um encaminhamento prático aqui viu, Deputado Ismael, para a gente dar solução aos problemas. Por fim, eu queria colocar o SEBRAE à disposição dos senhores. O Sebrae, entre outras coisas, ele tem uma ferramenta chamada Sebraetec, que é um trabalho de consultoria. Saber fazer a gente sabe que o nosso povo sabe fazer, mas administrar já é uma dificuldade e fazer a relação de venda e de comércio é outra dificuldade. E, nós temos condições de sermos parceiros. Mas aí, eu queria fazer um chamamento aqui, a quem é prefeito, a quem é vereador.

Parabenizar os municípios de Monte Negro, de Cacoal, de Chupinguaia e de Jarú, que vão representar o Estado de

Rondônia em nível nacional no Projeto Prefeito Empreendedor.

Dr. Paulo que é do nosso Conselho também do Sebrae, juntamente, com o nosso colega do Banco do Brasil que aqui está. Olha bem, nós hoje precisamos fazer algumas coisas para fomentar e comprar os produtos nossos de Rondônia. A nossa legislação permite, e agora tem uma instrução do Tribunal de Contas nesse sentido, que compras de até 80 mil reais, tem que ser direcionado diretamente para as micros e pequenas empresas, para as nossas micros e pequena empresas do Estado de Rondônia. Nós estamos organizando isso praticamente em todos os municípios, mas nós precisamos construir uma agenda com as câmaras de vereadores, com as prefeituras, com as associações comerciais, com a Assembleia Legislativa, com o Governo do Estado, todo mundo é parceiro nesse processo, para que município por município tenha essa prática. Porque se nós consumirmos os produtos que são nossos, a gente já resolve boa parte dos problemas que nós temos. O Sebrae tem Sebratec, que é uma consultoria. Se um produtor rural, precisar desse serviço, o Sebrae faz para ele o serviço, ele vai pagar 30 % disso, o Sebrae vai pagar 70%, e o mesmo com relação às empresas. E também, queremos deixar aqui um pedido de apoio a uma ideia que é, a ideia da Educação Empreendedora. O mundo que nós falamos que é maravilhoso, eles têm uma mentalidade empreendedora, que há 100 anos, eles já colocavam isso em prática. Por exemplo: a Alemanha foi destruída em duas guerras mundiais e qual é o país mais forte economicamente da Europa, é a Alemanha, porque cada alemão foi treinado há mais de 150 anos a pegar uma situação com começo, meio e fim. E nós ainda não temos essa mentalidade. Nós precisamos trabalhar isso. E isto ou você herda de alguém ou você aprende na escola. Eu quero deixar aqui como contribuição, peço apoio para que a gente instale em cada município de Rondônia, nas nossas redes municipais e estaduais de ensino, a mentalidade da educação empreendedora, educação financeira e da organização através de cooperativas. São alguns passos para que a gente possa multiplicar essa capacidade fantástica que o Estado de Rondônia tem para produzir. Por fim, quero deixar aqui, algumas sugestões. Primeiro: vamos articular Deputado Crispin, Deputado Chiquinho, Deputado Cirone, e Deputado Dr. Neidson, com as redes de supermercados. Vamos fazer com que cada supermercado tenha uma gôndola aonde ele venda produtos da agroindústria de Rondônia. Se você fizer isso, com um trabalho de bom convencimento e fazendo algumas campanhas de mídias, de que quem é de Rondônia consome produtos de Rondônia, eu acho que a gente consegue avançar significativamente por isso. Implementar em todos os municípios a Lei Complementar 123, para que o município fomenta a compra e a aquisição de produtos ou do local ou dos municípios vizinhos. O Sebrae está levando um pessoal nosso das agroindústrias para uma Feira em São Paulo, estão levando cinco empresas e em setembro a gente tem uma Feira no Peru e o Sebrae vai fazer um chamamento do público para levar algumas empresas também. Então parabênizo a iniciativa e eu tenho um olhar muito peculiar às coisas, se a gente for ver no início na fala, parece que o Estado de Rondônia só tem problemas, mas, não é assim, esses problemas surgem porque a vida do ser humano é isso, você começa a fazer uma casa, você descobre um problema lá que você não planejou. Qualquer

coisa que você vai fazer é assim. Porque o Estado de Rondônia bem ou mal, nós somos o primeiro Estado do norte do Brasil, falta apenas 12 quilômetros de asfalto para a gente chegar a todos os municípios, nós temos Junta Comercial em 100% dos municípios e a gente tem sim uma política agressiva com alguns problemas que essa audiência pública aqui com certeza vai ajudar a resolver com relação a alinhar de vez as micro e pequenas empresas. Problemas a serem resolvidos, Deputado Cirone e Deputado Chiquinho abordaram: custo. Você concorre com outras empresas, você tem empresa muito bem organizada no sul do Brasil, por exemplo, as 13 cooperativas da Aurora, que eles colocam os produtos deles aqui. Como é que nós vamos fazer para competir com eles? Como é que o frango e o suíno de Rondônia vão ser mais baratos do que o de Santa Catarina? Isso é um desafio. Porque a nossa produção aqui, Deputado Dr. Neidson, ela ainda é muito cara, muito cara por uma série de fatores, por exemplo, energia, nós vamos ter que sair daqui, o Wilson, que é o nosso Superintendente, a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, vai ter que financiar os nossos produtores para mudar a forma de geração de energia que nós usamos lá, por que a energia é muito cara, tem a questão dos insumos e o próprio Estado de Rondônia tem que ser, por excelência, o grande consumidor dos produtos no Estado de Rondônia. Eu acho que a gente já avançou muito nisso e eu tenho certeza que esta audiência pública vai apontar para isso. Coloco o Sebrae a disposição dos cinquenta e dois municípios e obrigado pela oportunidade de poder estar aqui.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Nosso agradecimento ao Dr. Daniel, Superintendente do SEBRAE. Quero registrar a presença do Dr. Rodrigo, Presidente do Sindicato da EMATER. Registrar a presença do Vereador Elias Andrade de Lima, do município de São Francisco, estou vendo também o Vereador Tonhão, lá do município de São Francisco. Registrar a presença do Vereador Eder da Van, da Câmara Municipal de Chupinguaia.

Nós encerramos com a fala do Dr. Daniel e com muito respeito, lógico, à Mesa aqui composta, aos senhores, mas, encerramos as falas aqui das autoridades, vou convidar os senhores a assistirem um vídeo institucional, depois nós vamos abrir a fala para o pessoal que se inscreveu aqui para o primeiro ponto que nós vamos debater juntos que é "Destruir os procedimentos para a regularização e certificação das agroindústrias existentes". Então, eu convido os senhores a assistirem o vídeo.

#### (Exibição de vídeo)

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Muito bom saber que as demandas levantadas pela sociedade tem caminhos, um exemplo, nós acabamos de assistir. Nós vamos abrir aqui a fala para o nosso primeiro tema que é "Destruir os procedimentos para a regularização e certificação das agroindústrias existentes".

Eu vou convidar o senhor Romonelly, que é do Serviço de Inspeção Municipal do município de Seringueiras. Vamos abrir a palavra aqui, dentro desse tema, vamos fazer um acordo aqui, senhores, que eles possam falar, acho que nós temos cinco inscrições e dentro da dificuldade, dentro das perguntas,

a gente vai ouvir todos eles e depois nós vamos dá respostas e seguimento aqui, para ficar mais tranquilo.

**O SR. ROMONELLY** – Bom dia a todos. Como estávamos aqui comentando entre nós a problemática com relação a demanda quando as agroindústrias crescem um pouco e temos problemas com essa venda dos produtos para os municípios vizinhos. E como foi citado aqui pelo ex-governador Daniel e até citou o nome do nosso Presidente da EMATER, com relação a fazer consórcios. Então, o nosso município tem um consórcio com São Miguel, que o prefeito Cornélio celebrou com a nossa Prefeita e eu estava presente, daí a nossa pergunta é: quando fizemos esse acordo com São Miguel, porque a gente tinha a mesma, a legislação dos dois municípios, são correspondentes, mas, procuramos a Regional do Idaron e aqui vai à pergunta ao nosso Presidente do Idaron, como o Idaron poderia entrar nessa situação? Já que a nossa Regional, esse acordo ia ser estendido, todos os veterinários do serviço de inspeção de Alvorada a Costa Marques, a gente estava querendo fazer uma área de livre-comércio para que todos tivessem a fiscalização municipal e comercializasse entre esses cinco municípios, eu acho que até o próprio Ismael, estava a par dessa situação, também participou e a gente esbarrou justamente na questão do transporte dessas mercadorias, já que a gente precisava do aval do Idaron, e como foi exposto para gente pela Regional que não, o Idaron não poderia, não teria legalidade para que se fizesse isso. Então a gente queria saber qual o entendimento o Idaron, qual a possibilidade e se os cinco municípios adequar à legislação municipal como os seringueiros em São Miguel, a gente fez, sentou os dois Veterinários e conseguimos fazer a regulamentação do serviço de inspeção, ficou bem semelhante os dois serviços de inspeção dos dois municípios para fazer esse acordo como o Idaron poderia dar esse aval.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Obrigado Romonelly, o Júlio já anotou a questão e ao final a gente encaminha para resolução.

Reginaldo de Nova União. Vem à tribuna aqui para poder a gente ter condição de pegar a sua imagem, o pessoal que está fazendo as imagens.

Enquanto você vem, eu vou registrar a presença do Vereador Claudair da Silva, da Câmara de Colorado do Oeste e do Vereador Gercino Garcia, também da Câmara de Colorado do Oeste; a Vereadora Antônia do Município de São Felipe.

**O SR. REGINALDO** – Bom dia a todos! Meu nome é Reginaldo de Nova União. E eu gostaria aqui de agradecer o convite foi nos estendido e na pessoa aqui do Daniel, que é um cara que a gente tem uma amizade, agradecer a toda equipe de Governo que tem nos apoiado. Dizer do quanto estou feliz por estar aqui hoje, dizer que não é muito assim também, costume de está falando, mas eu quero aqui dizer que estou muito feliz e dizer ao povo de Rondônia que muito há ainda de se escutar das agroindústrias do Estado de Rondônia. Dizer a você comerciante: compre nosso produto, a você consumidor, compre o nosso produto; divulguem os nossos produtos, fazendo assim você estará contribuindo para um grande número de famílias que hoje vivem no campo, que planta, que colhe, que processa seus produtos e ajudando assim você estará

contribuindo para um melhor, a melhor distribuição de recurso e renda. Eu sou um fruto de um trabalho que foi nos estendido para mim que vivi com a família lá sem horizonte, sem estudo e na ocasião a Mary, que no Projeto-Piloto lá nos ajudou, viu nossa batalha, eu fazia um queijinho em cima de uma mesa, vendia na garupa de uma moto, era uma dificuldade e graças a Deus com toda a batalha e conquista que minha família, o nosso Município Nova União, entendeu, pôde está sendo beneficiado, entendeu, então isso aí muito, muito nos alegra, então nos deu hoje uma sustentabilidade. Dizer que estou muito feliz eu só tenho mesmo cara é agradecer, agradecer a Deus e a toda equipe de Governo, dizer que nós das agroindústrias hoje temos produto devidamente inspecionado, produtos de qualidade, produtos provenientes da Agricultura Familiar e pode estar hoje em cada município está tendo acesso a esses produtos e dizer que nos ajude a levar nossos produtos do município para o outro, que a cada comércio a gente possa ter nossa gôndola lá. Hoje a nossa grande dificuldade sim, eu não vou negar, é a questão do comércio que nós sabemos, sabemos não, nós estamos aí se adaptando ao setor produtivo, a produzir, mas a expertise comercial, essa expertise de capacidade questão desses impostos, essa questão de adequação de fábrica, algum erro, não vou negar não, eu não estou aqui falando em nome das agroindústrias, a gente não está aqui fugindo da responsabilidade que a gente está certo em tudo não. Eu estou aqui dizendo que a gente precisa de ajuda, se a gente errar, não penalize; pega a nossa mão que nos ajude; companheiro Vitor ali, um abraço; e obrigado e conto, falando aqui no nome das agroindústrias eu conto com o apoio dos órgãos fiscalizadores, com os órgãos competentes, ao nosso Governador os nossos parabéns, boa sorte e a cada agroindústria aqui boa sorte, ao Município de Nova União, meu muito obrigado, hoje eu tenho um Prefeito que me apóia; uma equipe de vereador que não sair de lá, um secretário de Obras, eu preciso dele é na hora, a EMATER naquele município, cara de parabéns. Então, assim, muito meus parabéns ao Estado, mas especialmente ao meu município. Queria que o meu prefeito estivesse aqui hoje, infelizmente ele não está, mas estou aqui, não é fácil está falando para platéia de tamanha proporção, mas está participando de um evento de tamanha proporção aqui hoje, para mim, sem dúvida é um aprendizado que eu vou levar comigo, não esquecer, prometo a vocês.

Obrigado e Deus abençoe a cada um de vocês que aqui estar.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Obrigado Reginaldo, lá do Município de Nova União. Vamos convidar o senhor Rudi de Ros, que é da minha cidade, São Miguel do Guaporé.

O Deputado Cirone está falando que quer lhe levar para Cacoal, mas não tem jeito, se a gente trabalhar certinho aqui hoje, ele vai permanecer em São Miguel. Outro dia eu fui lá e esposa dele queria ir para o Rio Grande do Sul e eu falei: não, nós estamos na Assembleia para trabalhar, para vocês continuarem em Rondônia. Fica a vontade Rudi.

**O SR. RUDI DE ROS** – Bom dia a todos. É um prazer está aqui, nunca me imaginei está aqui na Assembleia Legislativa conversando perante as nossas autoridades e os amigos. Eu venho de uma região muito simples de Santa Catarina, uma

cidade pequena; hoje me considero mais rondoniense do que transiratiense, Por quê? Porque Rondônia é um Estado que me trouxe muitas oportunidades, tudo que se planta aqui se produz desde que se tenha amor e cuidado pelas coisas. Em 2007, 2008 eu abatia suínos, contar um pouquinho da minha história, talvez, seja chato para alguém, mas eu quero que vocês entendem a luta que a gente vem traçando há anos devido as dificuldades de se estabelecer no mercado. 2007, 2008 em torno de 08, 10 anos, um Promotor em São Miguel confiscou todas as carnes de produto de origem animal e vegetal nos mercados devido a falta de inspeção. Ele vinha dando tempo, tempo e tempo e ninguém se adaptava, ele confiscou, fez certo; o povo tem que comer alimentos de procedência, porque você tem que ter a coragem de dar a um filho um produto com procedência, com inspeção, com sanidade. Fez certo, aí o Prefeito na época era o Pastore, Ismael; agradeço muito a tua determinação na época, você estava lá também, já que está falando em Ismael, vamos falar do Prefeito Cornélio, pessoas muito apoiadoras, Evandro Padovani, que desde a época vem incentivando a gente a produzir, encarar a atividade. E nessa época, o Pastore me disse. Pastore, não vou construir um frigorífico para abater 05 animais por dia ou 20 por semana, que hoje eu ainda abato 20, 25, 30 no máximo por semana; porque é inviável. Ele disse: Não Rudi; o Dr. Érico, um grande veterinário do MAPA, ele fazia inspeção no JBS e ele estava também a serviço para o nosso município. Ele disse: Rudi, comece o teu frigorífico, não precisa fazer grande, o mínimo possível para ter segurança, a gente poder fornecer a inspeção. Aí foi naquela brincadeira que o colega falou agora a pouco aqui, eu acho que o Romonelly lá de Seringueiras, disse 'ah, vamos gastar cem, cento e cinquenta mil, quinhentos mil'. E foi indo, foi indo, chegou a quinhentos mil reais na época. Eu conseguir fazer porque sempre tive apoio das Instituições financeiras em São Miguel BASA, Banco do Brasil, o senhor Wilson, um grande gestor do banco, o Banco do Brasil também que continua até hoje encorajando a gente a investir. E aí na época eu investi do recurso próprio, fui gastando e gastando e aí fiquei travado na questão de vender para os outros municípios. O Prefeito a época, o Ismael, procurou fazer acordo intermunicipal com Brasilândia, São Francisco, Alvorada porque a lei do MAPA permite, a gente se embasou, o advogado estudou, a lei do MAPA, o Ministério da Agricultura permite acordo intermunicipais. Aí dei lá em Alvorada 'ah, vai prejudicar o fulano, ah, vai ser lá em outro lugar, vai prejudicar o cicrano'.

Hoje, lá em São Francisco ainda há quatro meses, eu vendi em torno de 500 a 600 quilos de linguiça embutidos em São Francisco. Fui impedido de vender lá, no caso não era eu que ia vender, era um terceiro que comprava no meu frigorífico, ia lá vender, porque eu não me dispus a ir, porque eu não gosto de compactuar com coisa errada; vai que amanhã, depois me aborda na estrada, o Idaron vai me dizer: 'não, você está fazendo coisa errada. Eu não gosto, tanto é que há três anos, o PROVE me convidou a fazer parte do PROBE, que era o incentivo que o Governo estava dando, que eu poderia ter o SIE, poderia vender a todos os municípios. Mas, infelizmente, fizemos os estudos, eu vi ao Idaron, inúmeras vezes, agradeço o Idaron, eles me ajudaram a formar uma planta, dá embasamento a uma planta frigorífica adequada a minha planta no caso. Mas, quando chegou à pergunta, um funcionário do

Idaron, me pediu quantos animais você pretende abater por dia? Eu disse para eles, minha capacidade são trinta animais por dia. Ai o funcionário do Idaron, me disse: infelizmente você não pode se enquadrar no PROVE, porque é no máximo cinco, ou seja, duzentos e quarenta mil reais/ano; quando que você vai investir quinhentos mil reais, seiscentos mil reais, um milhão talvez para vender no máximo duzentos e quarenta mil reais, numa atividade, sendo que você precisa ter. Eu vi numa cultura de Santa Catarina, que tem integração nas propriedades, todo mundo lá tem leite, o bovino de corte, a suinocultura, o milho, a soja, o arroz. Quando é que você vai conseguir somar duzentos e quarenta mil reais? Não dá malemal, para você sobreviver. Se você colocar na ponta da caneta o quanto vocês vai gastar com a tua família, você não vive, é muito mal, há não ser que seja uma atividade que você agregar valor, talvez pão, salgadinho, outra atividade, agora a nossa atividade, não tem como, porque a concorrência é muito grande. Ai, conseguimos, estamos sobrevivendo até hoje naquela maneira lá, vinte e cinco animais por dia. Há três anos, dois anos, seu Wilson, veio lá e disse: 'ah! Você tem que investir mais na suinocultura', eu produzo suíno. Ai encorajamos, colocamos lá duzentas matrizes, a nossa sorte hoje é que seu Adalton, de Brasilândia, tem um frigorífico, nós conseguimos fazer parcerias, eu vendo parte da minha produção para ele, para o Magnata, eu não sei se o Adriano, o Eduardo, estão por aqui, que é Frigorífico de Ji-Paraná, está o Eduardo. Que há muito tempo, há três anos, a gente vai faz reunião com o governo, com as autoridades, eles pedem para a gente explicar.

Gente explica para nós, qual que é o problema de vocês, faz o levantamento. Já gastamos dinheiro com contador fazendo levantamento, como que é a viabilidade econômica, e não dá viabilidade econômica, você ter um CNPJ. Porque a carga tributária em cima da carne suína fica em torno de 14, 15%, isso são dados de contador, não são dados meus, são dados de contador. No embutido, fica em torno de 22%, entendeu? E ainda quando você ao mercado grande. Nunca fui tentar vender para um Gonçalves, para um, Tai Max ou para uma rede grande, por quê? Porque eu tenho o meu SIE, eu estou espremido lá. Agora, eu ouço meus colegas o Eduardo, falar que vai lá vender o produto, ai eles são esbarrados pela carne que vem do Mato Grosso. Para mim, quando eu passo em Jaru, venho a Porto Velho, é muito gratificante escutar, o Mercado Gonçalves toda hora está anunciado lá, ta, ta, ta. É quando falam da carne suína, eles vendem a 5,69, a 6,69, 6,59, sendo que a gente sabe que custa 6,30 para chegar aqui. Então, talvez, ele tenha incentivo, não sei, ou quer chamar o cliente, é estratégia de mercado, não sou contra o Gonçalves. Até o Daniel, falou agora a pouco, a gente precisa de colocar lá no Gonçalves, lá no Tai Max, ou nas outras redes grandes, uma prateleira lá, Produtos da Agricultura Familiar, dar essa chance para nós incluir o nosso produto no mercado estadual. Então, a gente vem fazendo muitas indagações ao longo do tempo, até o Daniel Pereira, um dia numa entrevista, nós chegamos a comentar essa situação, não é Daniel? Eu agradeço, não sei se tu não conseguiste chegar a convocar os mercados e nós na época, por causa do tempo que já estava no mês novembro, dezembro.

Então, estamos aqui nesta oportunidade, eu lanço um desafio para o Idaron, a pergunta que a gente faz é; gente, nós precisamos de vontade política, vontade institucional, para

resolver o problema, não é só o meu problema, é problema do seu Adalto, do Eduardo, que é uma empresa grande estabelecida aqui, ele tem SIE, ele não consegue comprar o suíno do Mato Grosso, trazer para cá, para vender para o mercado aqui, por quê? Ele está trazendo resíduos, pelos, pele, e outras coisas junto com esse suíno, invés do cara que compra prontinho.

Então, até ele mesmo me falou: 'não Rudi, vamos montar uma distribuidora, o seu Adalto, me falou que vai montar uma indústria para fazer processados, ele compra a carne de lá e processa e vende'. Só que para mim, eu não me conformo com isso, eu não me conformo, tanto que há dois meses eu lancei esse desafio para o Deputado Ismael; chamei o Deputado Ismael, lá na minha propriedade e disse: 'Deputado Ismael, nós acreditamos em você, nós votamos em você, São Miguel, apoiou o Deputado Ismael, e vamos colocar essa discussão para você resolver para nós'. Deputado Ismael, até três dias, quatro dias eu estava: será que o Deputado Ismael vai? Eu me senti muito surpreso e gratificante deputado Ismael, o seu Secretário ter me mandado uma mensagem do whatsapp por ter marcado esta audiência. Nem sei mais o que comentar aqui, eu acho que já comentei praticamente tudo. Espero que desta audiência pública surja uma solução para nós que produzimos carne, o leite, as polpas, porque nós não queremos ser pequenos a vida inteira, nós queremos nascer, entendeu? A gente quer nascer, crescer e ficar grande, é a naturalidade da vida. Então essa é uma coisa muito séria que precisa ser tratado com grande carinho e determinação dos órgãos públicos. Não quero fazer nada fora da lei, não compactuo com coisa errada, porque coisa errada não vai para frente.

Então, muito obrigada pela palavra agradeço a atenção de vocês.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Obrigado Rudi. Registro a presença aqui do Vereador Mabelino Munari Presidente da Câmara Municipal de Cujubim.

Vamos convidar para a fala o Secretário Almiro Souza, Secretário de Agricultura do Município de Alto Paraíso.

Deixa eu tranquilizar vocês para o nosso evento aqui, fiquem tranquilos, todo mundo que está neta bancada aqui está preocupado em dar solução aos problemas que os senhores tiverem para apresentar. Podem apresentar os problemas sem um pingão de medo. Ninguém vai ser depois perseguido por isso. Aqui o Governo está preocupado com o progresso do Estado de Rondônia, a Assembleia Legislativa está preocupada com o progresso do Estado de Rondônia. Sintam-se a vontade.

**O SR. ALMIRO SOUZA** – Bom dia a todos. Quero cumprimentar também o Presidente desta Comissão, desta audiência, Deputado Ismael Crispin, em nome dele cumprimento todos os demais Membros da Mesa.

O meu nome é Almiro Souza, sou Secretário de Agricultura do Município de Alto Paraíso. Eu tenho uma questão pertinente para fazer a pessoa responsável que possa nos orientar sobre o que eu tenho a dizer neste momento. O Município de Alto Paraíso fez um Projeto de Lei onde que formamos uma parceria com o Município de Ariquemes para que a gente possa dar o suporte as agroindústrias do nosso município, pois sabemos que o nosso município é pequeno, nós não temos condições de arcar com custo de dois técnicos

para atender as nove agroindústrias que tem no nosso município. E pensando nisso a prefeita fez um Projeto de lei enviou para a Câmara e foi aprovado este projeto de lei e esta parceria foi firmada com o município de Alto Paraíso, ou seja, com o Município de Ariquemes com Alto Paraíso. Eu gostaria de saber no tocante da legalidade de se fazer a venda dos produtos das agroindústrias para o município de Ariquemes, pelo menos. Tem um colega aí que citou isso aí lá eu acho que em Nova Mamoré, e está fazendo mais ou menos um consórcio neste sentido, e nós já fizemos o Projeto de Lei que já está em vigor. E através esta ação a gente conseguiu já instalar o primeiro selo SIM a uma agroindústria do nosso município. Agora eu gostaria que o Idaron reconhecesse essa parceria para que a gente pudesse transportar essa mercadoria para vender no Município de Ariquemes, era essa a questão que eu gostaria de tocar. Eu gostaria que o Idaron se envolvesse e reconhecesse isso, não só para nós, mas para os demais municípios que também possam promover esta parceria. Meu muito obrigado.

**(Às 11h46min, o senhor Ismael Crispin passou a Presidência ao senhor Chiquinho da Emater)**

**O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) –** Obrigado.

Queria chamar aqui Adalton da Silva do Frigo Oeste de Nova Brasilândia. Agora antes do Adalton vir aqui no Plenário, queria também falar para vocês, a gente tem que avançar no mercado de Manaus. E para isso vocês têm que estar em uma grande Cooperativa, as agroindústrias tem que se juntar em uma Cooperativa para poder avançar no mercado de Manaus.

Adalton está com a palavra.

**O SR. ADALTON DA SILVA LEITE –** Bom dia a todos vocês! Eu acho que ainda é bom dia. Eu só tenho a agradecer a vocês. Gente, o que eu tinha para falar aqui o Rudi falou, os deputados aí falaram, o Orador daqui falou tudo. Eu agradeço a vocês por vocês saberem de onde a coisa bem pegando, Daniel; que você também já falou da nossa energia, falou do Aurora que já vem, o Rudi falou da daquele mercado grande que pega porco de fora. Então, eu só tenho agradecer, que vocês têm conhecimento da onde o bicho está pegando para o nosso lado. A coisa vem pegando, hoje têm muitos órgãos públicos que te dá uma licença com a mão e te arranca com a outra. Você está pensando que você tá recebendo a visita de um órgão público, você está recebendo uma é multa. É mais ou menos desse jeito, gente. O Victor tem conhecimento do que a gente passa lá no interior.

Tem muita gente daqui da Capital, está descendo para o interior, está chegando lá e está falando: 'ah, vocês é isso, vocês é aquilo', mas aqui na Capital a coisa pior do que lá. Lá nós estamos sendo fiscalizados pelo povo da Capital, agora eu quero ver quem fiscaliza a Capital aqui. Gente, eu não vou estender a conversa, eu sou ruim de microfone, a gente fica meio apavorado. Mas, a coisa é assim mesmo, essa caixinha de metal aqui incomoda. Mas é isso aí gente. Eu agradeço Deputado ao que convocou esta reunião. E, vocês estão com o conhecimento do que nós precisamos. Foi falado tudinho de gota em gota do que nós estamos precisando. No mais, muito obrigado a todos vocês.

**O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) –** Obrigado. Paulo da Artipa, Secretário-Geral da Câmara Municipal de Cujubim. Está com a palavra. Não está? Então convido o Emerson Fábio da Agroindústria de Rolim de Moura.

**O SR. EMILSON FÁBIO KAFFER –** Bom dia a todos. Não tenho muito aqui a perguntar, mas sim ao que dizer o que eu passo o que eu sinto. É, tudo que foi dito aqui hoje, o que deputados disseram, os companheiros disseram, isso é só um pedacinho, isso é uma pequena fagulhazinha. Hoje é muito mais difícil do que os senhores deputados imaginam. Isso daqui que a gente está discutindo é muito pouco, não é nada. Porque tudo que foi dito aqui temos duas moedas, temos dois lados. A gente favorece o pequeno, prejudica grande, a gente abre a extensão para o pequeno, o grande vai lá e arrebenta o pequeno. São pequenas coisas. Eu tenho um pequeno abatedouro, que surgiu no começo do PROVE, com a ajuda da Emater, que foi a minha mãe no meu projeto. Eu não sei se é uma satisfação ou é um pequeno calo que eu tenho. A minha agroindústria é uma agroindústria de frango. Sou a única dentro do Estado com o SIE. E, eu já não estava contente com o documento, eu inventei mais um pouco, eu consegui o selo de frango caipira. O que vocês imaginarem de documento, eu tenho que ter para eu competir com as grandes indústrias. Eu tenho um pequeno problema com esse rapaz aqui, ele treme para caramba. Então, assim é complicado muito mais do que vocês imaginam. O que você tem que ter, eu tenho uma competição, a mesma documentação que eu tenho a Avenorte tem, a mesma, mesminha. Só temos alguns números aí, uns zerinhos. Eu hoje consigo abater 200 frango/dia, eles abatem 60 a 70 mil. São dois ou três zeinhos aí que só dá uma diferenczinha, mas é a mesma documentação, é o mesmo tudo. Se eu não colocar lá dentro daquela embalagem que eu tenho o produto, a Agevisa me fiscaliza, o PROCON me executa. E eu concorro com o clandestino. Então hoje, fundamentalmente, estão aqui secretários, vereadores, tem que se começar em casa. A vigilância sanitária dos municípios tem que se trabalhar, essa é fundamental. Se Vigilância Sanitária dos Municípios não trabalharem, pode ser feita a lei que for, da forma que for que não vai se funcionar. Eu tenho uma concorrência com a galinha botadeira tingida com açafraão, que a legislação proíbe; isso é engano ao consumidor, não pode. E eu concorro com eles dentro do mercado. O meu mercado grande, eu tenho que colocar lá dentro, hoje amanhã e sempre. Tudo o que vocês imaginarem a respeito de venda, a respeito da gestão, produção, a gente sabe, só que a gente não consegue colocar isso, porque a gente não consegue passar. Eu tenho a dificuldade da Nota de Produtor Rural. O mercado, ele não quer a Nota de Produtor Rural, ela quer um CNPJ, que vai diminuir, que ele vai cortar o custo dele lá no incentivo, no crédito, e aí ele não quer. Para eu ter um CNPJ, eu me desenquadro do PROVE. Como que eu vou fazer, como que se vai trabalhar? Então, assim, às vezes, a gente fala: é lindo, maravilhoso. A Teoria é uma coisa e a prática é outra. O que vocês imaginarem de prática eu já passei, que meu produto não prestava, escutei de donos de mercado: "seu produto não presta". Só que Deus, Ele é bem bondoso. Dentro de pouco tempo mercado me procurou por telefone para comprar o produto, porque ele comprou e gostou em um corrente. A

hora que ele me viu entrando no mercado dele, ele queria mais era morrer, porque ele falou que o meu produto não prestava. E todos que aqui estão; não adianta, eu tenho uma fiscalização, se eu for matar 10 frangos hoje, eu preciso ter um veterinário do Idaron lá dentro. Ele vai fiscalizar a hora que eu começo e a hora que eu termino. Eu sou obrigado a ter, querendo ou não querendo. Como que eu vou concorrer com o clandestino que está lá dentro do mercado, que a Vigilância Sanitária do município não executa? Como que eu vou crescer? Como que vai se fazer? Então, assim, falar lindo, bonito, é fácil, mas, a teoria é diferente da prática, não tem nada a ver. Então, assim, o que vocês imaginarem de dificuldade, o pessoal das agroindústrias passam e muito mais do que vocês imaginam. Por quê? Por que a gente não consegue concorrer com o grande e não consegue concorrer com o clandestino, que ele acha mais fácil ficar na ilegalidade do que ele legalizar a empresa dele. Então, a Emater hoje, é o órgão mais fundamental dentro das agroindústrias, só que enquanto os outros órgãos andam de camionetona, a Emater anda a cavalo, de bicicleta, a pé. A Emater é o órgão mais fundamental dentro das agroindústrias que ela não tem condição de trabalhar. Por quê? Por que ela não tem respaldo. Ela tem que fazer tudo que o Governo pede, a Emater que faz. Então, assim a Emater é o ponto chave das nossas agroindústrias, só que o segundo ponto chave é que as Vigilâncias Sanitárias dos nossos municípios trabalhem. Eu fiz uma denúncia para uma Vigilância Sanitária de um município e o cara me chamou de burro, que eu não tinha noção do que eu falava. Eu tenho um professor dentro da minha agroindústria faz oito anos, que se chama Almir, é um dos melhores cidadãos de inspeção que eu conheço. Ele me deu aulas para isso. Eu aprendi na prática, eu não aprendi sentado numa sala escutando um professor falar, aprendi na prática e a prática é muito mais difícil do que a teoria. E o cara me disse que quem é responsável, a mentalidade da Vigilância Sanitária do município, que quem é responsável de fiscalizar lá dentro do mercado é a Secretaria de Agricultura do município. Isso eu escutei, como tem essas luzes aqui clareando. Agora como que quem vai fiscalizar dentro do mercado, é a Secretaria de Agricultura do município? E a pessoa me falou que eu estava equivocado, que eu não sabia o que eu estava dizendo. Eu não tenho vergonha de veterinário, não tenho curso de veterinário, não tenho um curso de administração, mas, eu tenho a prática e paguei caro, o que vocês imaginarem, eu paguei caro. Eu tenho uma agroindústria para matar 200 frangos por dia, que comecei para 200 frangos/mês. Eu tenho lá dentro mais de 600 mil frangos lá dentro, para eu concorrer eu não consigo vender. Aí às vezes a pessoa: "Ah! Eu vou montar uma agroindústria, vou fazer, vou acontecer". E ele esquece que a hora que ele bate na porta do mercado grande, ele não quer saber o tamanho da sua indústria, ele quer saber que ele está vendendo a mercadoria e ele quer. Faça chuva ou faça sol se ele vende 10 por dia ou ele vale mil por mês, você tem que entregar, você não pode mais parar de entregar ali. E o grande problema das nossas agroindústrias hoje é: a gente tem que ter sequência, a gente não pode parar. Você entra no mercado, você nunca mais pode parar, você tem que dá satisfação porque você não entregou, você tem que passar para saber. Eu tenho 50 mercados diferentes que eu entrego, eu tenho 20 que são fiéis e eu tenho 30 que pega do mais barato. Agora, como que

eu vou continuar investindo, vou fazer toda documentação que o Idaron pede mais um pouco dentro da ABNT, se eu vou concorrer com um cara que mata uma galinha botadeira, tinge com açafrão, que é proibido e vende dentro do mercado e a Vigilância Sanitária não executa. Aí eu executo o Idaron, por quê? Por que eles me executam, aí eu piso no calo deles. Se funciona dessa forma. Aí eu vou numa feira aqui em Porto Velho e vejo o cara, isso é real para quem quiser ver, eu já sai de Rolim e vim para ver isso daí; ele mata uma galinha aqui, você vai lá e escolhe, ele mata de qualquer maneira, a galinha tem salmonela, é algo super contagioso e ninguém se preocupa, ele está matando a galinha aqui e tem uma caixa de água aqui cheia de açaí e ele está batendo esse açaí. Como que se executam as agroindústrias com isso? Vocês viram como que eu disse aqui? A teoria é uma coisa e a prática é totalmente diferente. Se as Vigilâncias Sanitárias não trabalharem, não adianta. Aí eu digo assim: a Vigilância Sanitária vai trabalhar para quê? É uma questão de: "Ah! Vamos deixar quieto!". Mas, está matando as agroindústrias do nosso Estado. Aí vem aquela questão de um município poder vender para o outro. Eu tenho dinheiro, bastante, e tenho a oportunidade para eu montar um SIM, é fácil, não é difícil, a burocracia de um SIM é super fácil, do SIE, é complicado, mas o SIM é fácil. Eu vou lá e monto uma indústria de todo tamanho e pulverizo o Estado inteiro e mato todos aqueles pequenos. Eu vou dizer um pequeno, eu conheço a minha região com um salame que tem SIM de Santa Catarina e vem competir com o SIM, com um dos nossos, do nosso Estado, lá de Minas, isso eu digo por que tem na minha região e é proibido um SIM sair de dentro do seu município, que dirá entrar em outro Estado. E acontece no nosso Estado isso daqui. O que eu estou dizendo é a realidade, está nos mercados para vocês verem. E como que nós vamos concorrer com isso? Viu o porquê a questão da pergunta; por que que o município não pode entrar dentro do outro? Eu tenho uma estrutura financeira e eu monto um grande e mato todos os outros pequenos. Então assim, é muito complicado hoje você trabalhar nisso daí, então por isso que os senhores deputados têm que sentar, analisar, que a teoria é diferente da prática. E para vocês que têm as suas agroindústrias não desistam, continuem, persistam. Hoje nós temos a grande dificuldade que as agroindústrias não sabem o seu potencial. Até outro dia eu não sabia o potencial da minha agroindústria, eu achava que era pequeno, só que eu vi que eu era gigante, muito gigante, e ou eu fazia uma produção gigante ou fechava minhas portas.

Às vezes, você não está conseguindo vê dinheiro, não é porque você não tem capacidade, é que a sua despesa é tão grande pela sua produção e isso é uma dificuldade que as agroindústrias enfrentam. A hora que ele vai começar nós não temos alguém que nos oriente a dizer: "Ó! Isso daqui não é desse tamanho". Você tem que fazer ou pequeno ou médio ou grande, nós não temos isso. Quem tem condição de fazer isso daí é a Emater, mas a Emater anda a pé. A Emater não tem condições, porque tudo que o Governo pede a Emater tem que fazer. Então assim, eu peço encarecidamente que os Vereadores, que os Secretários, que os nossos Deputados olhem para essa questão das agroindústrias, que isso foi um dos melhores Projetos que eu acho que algum Governo já inventou foi esse; na minha opinião é. E agradeço a todos, e desculpa por esse microfone não parar.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Muito obrigado Emilson, foi muito feliz a sua fala, parabéns, eu acho que o que o Emilson colocou aqui é a dor de muita gente, ele foi de forma muito feliz em colocar porque qual que é o entendimento? Quem está regularizado é fiscalizado e quem não está é mesma coisa que se não existisse. Não está nos autos, não está no mundo. E aí o cara que está tentando ser correto, está tentando fazer o trabalho está lá a fiscalização. Acho que o senhor foi muito feliz na sua fala.

Das pessoas que nós ouvimos, eu entendi que algumas perguntas foram direcionadas aqui, e eu vou pedir os colegas para contribuir e tentar responder já fazendo uma Indicação de Resolução para as questões aqui levantadas dentro desse primeiro tema. Depois disso, nós vamos ver aqui com a engenheira Agrônoma da Seagri, Monalisa Pereira, é isso, não é? Da Seagri e da Emater, porque é gêmeos o negócio ali; ela vai ter 15 minutos para poder apresentar um slide de algumas ações que a Seagri têm realizado.

Júlio, o Município de Seringueiras através do Romonelly fez um questionamento direto ao Idaron, gostaria de ouvi-lo.

**O SR. JÚLIO CESAR ROCHA PERES** - Bom dia a todos! Gostaria de cumprimentar o Deputado Crispin, em seu nome todos os Deputados da Mesa e gostaria aqui de quebrar o protocolo Deputado e cumprimentar o Emilson Fábio, em nome de todos os presentes, meus sinceros parabéns pelo seu posicionamento.

Foi notória a sua falta de intimidade com o microfone, porém, o senhor falou com o coração, o senhor não falou com um discurso ensaiado, o senhor falou com sentimento e o senhor me poupou muita coisa, muito obrigado. O senhor de fato nos serve como exemplo, como exemplo de continuidade, como exemplo de garra e como um exemplo de sumo conhecimento.

O senhor aqui disse que não tem o estudo em Administração, tão pouco é Bacharel em Medicina Veterinária, porém, a vida lhe conferiu um diploma que muitos não têm, chega ao final de suas vidas sem ter a percepção que o senhor aqui deu um testemunho, meus parabéns, sendo ao senhor e a todos os empresários as minhas considerações e todo o meu apreço a homens com a sua atitude. Parabéns!

Deputado Crispin, obrigado pela oportunidade mais uma vez estar aqui na Casa; Deputado Cirone, que por vezes nos procura e tem ombreado ao setor produtivo; Deputado Chiquinho, que até esses dias atrás estava junto conosco lado de cá do balcão não é Chiquinho, aguentando a marimba, sabe muito bem o que eu vou dizer aqui. A Romonelly, Seringueiras; e eu percebo também que o Reginaldo de Nova União e também o Almir, de Alto Paraíso convergiram para o mesmo ponto e que brilhantemente o Emilson me ajuda na resposta.

A questão dos Consórcios senhores é algo que nós já percebemos que vem acontecendo de uma maneira infraconstitucional em outros Estados. Porque eu digo infraconstitucional Luciano? Os Estados do Sul já propuseram uma equivalência, o reconhecimento entre eles do Serviço de Inspeção Estadual e Municipal, porém, nos é imputado a obrigação Deputado Crispin, de uma Legislação Federal. Na Comissão de Agricultura, onde nós fizemos parte de uma edição extraordinária conversando com o Deputado Cirone, falei: "infelizmente, nós somos obrigados a ter limitação de área de atuação pelo serviço de inspeção municipal, estadual e federal.

Eu gostaria também em nome do Almir de Alto Paraíso, dizer que, Almir, nós já fomos procurados diversas vezes pelo Ministério Público e o Rudi, bem exemplificou aqui algumas situações, as quais, o ministério Público é o fiel da balança, ele defende com mais propriedade do que o Fábio colocou aqui, o direito do consumidor e outros direitos que se entrelaçam. E porque que ele fez isso? Porque ele nos procurou? Porque tem muito serviço de inspeção e eu me reporto ao senhor porque esteve aqui usando essa tribuna, que não tem um médico veterinário legalmente constituído; então eu tenho o serviço e não tem quem realize o serviço, que é atribuição da medicina veterinária e não só dos pequenos municípios, mas municípios um pouco maior, um pouco mais desenvolvidos até, mas de uma forma deslocada. E semana passada eu tive com uma reunião com a Promotora de Ariquemes e foi um dos temas abordados, a questão da vigilância sanitária e da inspeção sanitária nos municípios. Fábio, você está coberto de razão. Eu não vejo "que é só assim", é uma realidade de Rolim de Moura e tampouco dos demais municípios que se fazem presentes aqui; você deu com propriedade um testemunho de quem conhece a realidade do Brasil. Uma legislação senhores, com mais de 60 anos de propositura, num Brasil com outra realidade, outra característica, uma Legislação Federal. Uma legislação essa que vem sendo encarada desde a Ministra Kátia Abreu, Blairo Maggi e hoje a atual ministra do alto controle, da alto regulação, porque de fato, responsável pela máquina é o fabricante; responsável pela qualidade do produto é aquele que propõe colocar no mercado. E você mais uma vez está certo Fábio, Emilson Fábio, quando a concorrência lhe faz da maneira covarde, um diferencial para aqueles que estão regulares com endereço conhecido, com CNPJ ou CPF ou CEP que facilita a fiscalização. E aqui também colocado pelo Rudi, a questão tributária. Rudi, nós tivemos a época, eu trabalhava na Secretaria de Agricultura, como Coordenador de Desenvolvimento Agropecuário e o seu Neves, trouxe uma reivindicação de vocês e eu acompanhei a Secretaria de Finanças, questionando essa entrada de produtos vindos, oriundos de outros Estados e nos foi apresentado de maneira muito rudimentar, a época o Governador Daniel, sempre incentivou essa situação de ajustar; a questão da balança comercial, que além, de vir a carne suína de outros estados, nós, são eles também compradores de produtos nosso e existe uma, da forma que é organizado a AROM, em associação, existe um Conselho que fala sobre as Secretarias de Finanças dos Estados, que é o CONFAZ. E esse CONFAZ estabelece uma série de critérios para concessão de incentivos, alternância tributária. A época também nos fui procurado com relação a pauta do gado que sai em pé de Rondônia. E o governador nos determinou que buscasse esse dispositivo para que pudesse equalizar uma oferta no mercado e o Secretário a época, frente a pasta disse: Olha, nós podemos fazer isso; mas nos fragiliza frente ao cenário nacional. Então, senhor Deputado Crispin, e demais membros desta Mesa, percebemos que é uma situação que requer um pouco mais de dedicação como o Fábio colocou, de estudo, de avaliação. Com relação ao destravamento da regularização, é verdade quando o Reginaldo, trouxe as informações com relação a comercialização e percebemos em outras falas, que o Presidente do Sebrae hoje Daniel Pereira, colocou com muita

propriedade, é uma interfase recorrente a necessidade de uma consultoria. Ele produzir o quê? Para vender para quem? Quando eu transformo leite em mussarela, Anibal, eu vou concorrer com os grandes e aí eu tenho, como aqui colocou o Fábio, um custo de produção diferente. Eu tive a época também visitando a Italac, o Dr. Auricelio era o Secretário adjunto do município, hoje o Evaldo, está à frente desta missão e nós conversamos com um dos laticínios dos laticinistas e pedimos: porque vocês não vão a Porto Velho, coloca uma unidade fabril lá, o capital, a nossa produção é considerável, nós temos municípios em volta que poderia processar esse leite. Sabe o que ele me disse prefeito? Doutor, o leite anda, o leite anda. Eu tenho uma unidade de resfriamento, eu mantenho a qualidade do leite, eu processo aqui, fica caro Wilson, montar outra unidade. Eu não tive argumento para falar com ele, que o leite dele andava sobre rodas e ele processava lá. Então essa situação, eu passo a observar a dificuldade já algum tempo das agroindústrias. O quê que eu vou produzir Vitor? Para vender para quem? Em que escala Fábio? E concorrer com quem? E agradeço mais uma vez a sua fala, porque nós tivemos na Agevisa há algum tempo, fazendo um alinhamento, não é Luciano? Teve lá também com a Doutora, fugiu o nome dela agora, me perdoa a doutora. Lúcia? Não, não é esse nome, também não. A chefe da Agevisa. Vamos lá, daqui a pouco eu lembro e peço perdão a ela já de antemão; Flora, muito obrigado. Qual foi a questão crucial? O Fábio falou que foi um determinado local, eu os convido visitantes, não trabalho lá, tão pouco faço Merchan para aquela rede de aglomeração de loja, a visitar o shopping em Porto Velho, e andem nos seus corredores que vão encontrar uma venda de produtos lá, Deputado Chiquinho, colocado aqui pelo Fábio, de todos os municípios do Estado, e a falha Dr. Rodrigo Loi, é a venda do varejo, que infelizmente a gente não consegue segurar Daniel, de onde está vindo esse produto, mas, eu consigo identificar assim como tem no eixo da BR, alguns pontos de parada obrigatória venda de produtos de Minas Gerais, do Paraná e de outros Estados, sem a regularidade. E que eu digo, infelizmente pesa aos nossos ombros a condição de porque ele vende e eu não vendo? Porque que pode vir? E eu vos pergunto; cadê a Vigilância Sanitária? Deputado, eu acho que é uma discussão que nós conseguimos avançar quando nós trouxemos para a Mesa, e compartilhar as responsabilidades. Concordo Fábio, na íntegra com que você falou, concordo Rudi, imensamente com que você disse. E com relação ao seu pedido Deputado, eu gostaria de anunciar que ontem capitaneado pela equipe da Seagri, na pessoa do Henrique, Antônio Henrique, que está hospitalizado no interior de São Paulo, com problema renal, que é um defensor desde que eu conheço da faculdade, meu contemporâneo, assim como tenho a felicidade de ter outros aqui, Dra. Margareth, Dra. Silvana, viemos, somos oriundos da mesma escola, defensor da agroindústria. E foi com Mary Braganhol e o Dr. Confúcio, que começou a implantação disso lá, dessa proposta lá em Rolim, em Ariquemes, perdão. E ele trouxe a exemplo, do que acontece já na legislação federal, uma instrução normativa desburocratizando, nivelando, estabelecendo o tamanho e a condição da agroindústria, porque de fato Rudi, tem mais outros oradores que me antecedeu, nós precisávamos de uma delimitação, até quanto é só a agroindústria? Até quando, eu

tenho incentivo Fábio, da Emater, concordo com você, aos colegas da Emater, pesa demais Dr. Rodrigo, o senhor como Presidente do Sindicato, sabe do que eu estou falando, é vacinação de brucelose, é RT de agroindústria, é todo o financiamento ou assistência técnica e toda sorte Luciano, de outras situações que pesam aos ombros dos colegas. E nessa situação, nós tentamos de uma maneira conjunta Seagri, Idaron e Emater, estabelecer através da Instrução Normativa 002, a desburocratização das agroindústrias. Foi publicado no Diário Oficial, do dia 09 de abril, são trinta e seis laudos que a minuta passou por avaliação diversas vezes, contribuição de diversos técnicos dessas instituições. E Deputados, sem a pretensão de ter acertado na íntegra, mas, com a humildade de reconhecer qualquer erro que aqui por ventura possa conter a equipe Idaron, e eu falo pelo setor produtivo, não vejo dificuldade em dizer que Emater e Seagri, estão de portas abertas, em pé a ordem para contribuir com o setor produtivo do Estado de Rondônia. Espero ter contribuído de alguma forma, anotei a questão, só para a gente poder finalizar num ponto, Deputado.

A comercialização entre municípios, só para ressaltar; nós temos uma legislação federal que atualmente nos impede, porém, é possível que nós sentemos e busquemos a melhor saída para que isso aconteça de uma forma republicana, de uma forma legal como Fábio e o Rudi, todos os outros colocaram aqui, sem passar por cima de qualquer que seja a condição.

Muito obrigado a todos, e a disposição.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Eu vou fazer um pequeno questionamento aqui, e aí lógico, acho que o Júlio, pode contribuir o Paulo Haddad, tem condições de contribuir, o Luciano Brandão, também da Emater, que é justamente nessa questão da negociação intermunicipal. O Júlio colocou da questão da Lei Federal, e trata do tema, nos surpreende o fato, por exemplo, o Sul do Oeste do Estado de Santa Catarina, consegue com o SIM, com SIM, ele consegue negociar dentro do Estado. Se você vai para o Estado do Paraná, a mesma prática, e se vai ao Rio Grande do Sul, a mesma prática. Se a legislação Júlio, ela é federal, ela atinge o Estado de Rondônia, atinge Santa Catarina, atinge Paraná e atinge o Rio Grande do Sul. O que é que o Estado de Rondônia pode fazer para a gente resolver então esse imbróglio?

**O SR. JÚLIO CÉSAR ROCHA PERES** – Perfeitamente Deputado; concordo com o senhor, é digo que; de pronto o que nós podemos nos debruçar, é vê a prática que está sendo adotada nos Estados, pelo senhor mencionado, vê a regularidade e trazer, contando com o apoio dos senhores para que nós possamos legalizar isso dentro do Estado de Rondônia, também.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Nós vamos propor aqui a título de encaminhamento, e aí eu aproveito a presença dos Senhores Deputados. Lógico que eu tenho um pensamento até para não ser vício de iniciativa. O estudo que a gente tem feito, entendo que isso deve partir mais do Poder Executivo do que do Poder Legislativo, por algumas questões aí, mas nós vamos discutir isso junto com o Governo. E nós vamos propor aqui na Assembleia Legislativa de Rondônia algo que nós possamos unificar o Estado. O município que não tem vigilância sanitária, que não tem técnicos para fazer inspeção infelizmente

ele vai ficar impedido de negociar, isso é claro e lógico. Aquela comunidade, as agroindústrias lá. Vou usar aqui, vou usar o meu município como exemplo para não sacanear ninguém, se tiver alguém para ser sacaneado aqui que seja eu. No município de São Miguel do Guaporé não tenha técnico para fazer a inspeção municipal do produto dele, lá das agroindústrias que tem. O que acontece com esse município? Esse município é totalmente impedido de negociar. Agora se ele estiver técnico em condições, que a nossa legislação aqui do Estado permita que o município de São Miguel, venda para Seringueiras, venda para Ji-Paraná, venda para Porto Velho, porque é inadmissível, se o cidadão são miguelense, o Almir, se o cidadão lá de Rolim de Moura pode consumir o seu produto, por que o de Santa Luzia não pode? Por que o de Alta Floresta não pode? Essa defesa que nós queremos fazer para poder de fato desatar, o que eu entendo isso como nó, e a gente precisam desatar isso.

Mesmo preocupado, Júlio, com a defesa do consumidor a gente tem que ter esta preocupação, eu entendo. Agora o que nós não podemos mais, aí Rondônia não aguenta mais é a gente se calar, se apequenar enquanto os outros Estados estão entrando aqui, colocando produtos na nossa prateleira para que o nosso consumidor possa consumir.

Da instrução normativa, muito bem formulada pelo Idaron, eu vou precisar fazer aqui, tenho ela aqui. Vou precisar fazer um pequeno questionamento dentro dela, que é o que eu ouço de quem tem agroindústria. Nós temos um cara que faz a planta que ajuda na planta, Luciano, e aí eu acho que entra muito bem a Emater que discute. Daqui a pouco vem outro cara para poder fazer a fiscalização e as idéias não batem, e aí o impedimento Rudi, da certificação, da regularidade, da agroindústria lá, não dá, não dá porque essa situação aqui é uma questão de entendimento. E dentro da resolução, eu vi um negócio aqui que me chamou a atenção e talvez eu meio leigo não consegui entender. Mas eu vou fazer e vou pedir o esclarecimento. Me permitam e me perdoem pela ignorância.

O artigo 5º traz o seguinte, quem vai por agroindústria presta atenção nisto aqui: a área do terreno onde se localiza o estabelecimento deve ter tamanho suficiente para construção de todas as dependências necessárias para a atividade pretendida. Ok? Ninguém vai fazer um estabelecimento que não tenha a área compatível. O cara já vai fazendo ele sabe o tamanho da área que ele precisa. Está correto. Olha o que me chamou atenção. A pavimentação das áreas destinadas à circulação dos veículos transportadores deve ser realizada com material que evite formação de poeira e empoçamentos. Lá na Linha 10 em Cacoal o cara vai colocar lá uma agroindústria, como é que vai ser este terreno para chegar lá? Uma pavimentação que não permita poeira e que não dê empoçamento. Como é que nós vamos fazer? Tem essa possibilidade? Quanto custa? O Governo não está fazendo asfalto, gente. Nós estamos tendo problemas para todo lado aí.

**O SR. JÚLIO CÉSAR ROCHA PERES** – Deputado!

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Talvez tenha... Júlio, só um minuto. Ah, mas tem um outro caminho. Mas quanto custa isso? Qual é o outro caminho? Ah eu vou colocar brita. Tudo bem. No período da seca vai dar poeira, e se der uma

ondinha no período das águas vai empoçar água. Eu não consegui entender, e aí eu peço perdão pela minha ignorância.

**O SR. JÚLIO CÉSAR ROCHA PERES** – De forma alguma deputado, é passivo de entender o desconforto do senhor. Assim como também já houve de outros interlocutores vieram buscar essa informação. Porém pela dedicação da equipe, pavimentação das áreas destinadas a circulação de veículos transportadores deve ser, se restringe tão somente a área interna da agroindústria. E eu entendo que a sua preocupação com relação às linhas, as fontes geradoras de poeira, e eu gostaríamos de deixar claro que eu ouvi da platéia de alguma forma um manifesto asfalto. Não é asfalto, é pavimentação. Pode ser por pedra brita? Pode. Pode ser por grama? Pode.

Pode ser por bloquete, pode ser de qualquer forma. A sorte em volta em torno da agroindústria.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Não pode ser por cascalho porque cascalho faz poeira, pode estar pensando em cascalho, mas cascalho faz poeira, não pode empoçar e nem pode dar poça d'água.

**O SR. JÚLIO CÉSAR ROCHA PERES** – Certo. O nivelamento resolve a compactação, também.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Muito bem. O Luciano. O senhor vai falar e fazer uma questão e eu tenho um outro questionamento ainda dentro da resolução. Então vamos lá. Só para gente dar seqüência aqui. Dentro do artigo 7º Júlio, e no seu parágrafo 3º, eu acho que talvez uma questão de interpretação. Qual que é a minha preocupação? Quem é que vai fazer a vistoria? Nós temos um problema na cidade de Primavera de Rondônia, não sei se tem alguém aqui de Primavera. Nós temos uma dificuldade lá. Ele organizou a agroindústria dele, está tudo arrumadinho, quando o cara foi fazer a vistoria falou: o rodapé está errado, a tomada está errada. Questão de entendimento, uma questão de entendimento, de bom senso até. Então assim, para gente fugir disso, eu acho que a gente tem que ter uma regra, porque tem quem não gosta da produção, tem sim, nós temos quem não gosta de quem trabalha, nós temos quem gosta de encher o saco. A gente tem esse povo, infelizmente, a gente tem esse povo. Então tem que ter algo muito claro ali na legislação, algo muito claro, que se ele gostar ou não gostar tem que ir lá e cumprir e acabou a conversa. Aqui eu encontro uma situação dessas que, eu vou ler aqui. As portas devem ser de material lavável, não quebrável, não possuir frestas e possuir dispositivo para se manter sempre fechada até aqui, perfeito. Nos estabelecimentos regularizados ou em processo de regularização, até aqui, perfeito. As portas existentes devem possuir acabamento adequado. Aqui eu faço a minha pergunta, porque para mim ficou uma questão de entendimento. O que é esse acabamento adequado? Se isso não tiver claro Júlio.

**O SR. JÚLIO CESAR ROCHA PERES** - ok. Concordo com o senhor.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** - Se isso não tiver claro, eu vou lá e tenho um entendimento falo: não está adequando, não vou te certificar. Essa porta aqui meio amassadinha, tem um negócio eu não vou de certificar. E aí a gente começa a cair com os mesmos erros do passado.

**O SR. JÚLIO CESAR ROCHA PERES** - Concordo com o senhor. O quer tange essa parte que o senhor colocou, que deve ter o acabamento adequando, faz alusão ao que deve ser material lavável e não quebrável. Então, assim Deputado, eu concordo com o senhor. Aí o senhor falou: o que é lavável? Uma tinta epóxi é lavável. Só para concluir...

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** - Não, até entendo que é assim. Na questão do material lavável não quebrável, está correto, eu entendo que...

**O SR. JÚLIO CESAR ROCHA PERES** - Só para concluir, Deputado. O senhor está bastante correto na sua linha de raciocínio. E eu faço coro com seu fala, porque nesse, do dia 4 de janeiro para cá, eu tenho recebido diversas visitas, informações, pontuações, e que de fato muitas delas não têm embasamento. E propondo com a Dra. Margarete, que é reassumi a Gerência de Inspeção, a nossa ideia é capacitar Deputado Cirone, os nossos colaboradores que estão interiorizados. Porque a demanda por tempo, o deslocamento da Capital, o que está tudo represado aqui, para que a gente faça que isso aconteça, no tempo e o anseio da sociedade, nós estamos nivelando conhecimento, traduzindo essas informações, Deputado, para facilitar, para que, hoje, um recurso com esse que todos os senhores têm à mão, ele gere informação. Eu tenho um colega médico veterinário no município, ele pode ir lá Rodrigo, depois de ser devidamente capacitado e treinando, alinhado o que ele tem que ver, fazer esse laudo de vistoria, mediamente, municiar com foto. E, hoje nós temos um sistema chamado 'SEI', que encurta o espaço. Então, Deputado, é pertinente a sua fala. Eu não quero aqui advogar em função de quem quer que seja, mas eu gostaria de fazer um registro, que todas as tentativas que nos antecederam, elas foram sempre louváveis. Porque aquele que não tenta, ele não erra. Eu concordo com o senhor, que tem que ficar claro, porque a subjetividade da interpretação dá margem para essa situação de interpretações pontuais e individuais. Me comprometo, como tenho feito semanalmente reuniões com a Gerência de Inspeção, com a Gerencia de Defesa, com a Diretoria para poder alinhar, para tentar facilitar, para poder agilizar. E como o senhor bem disse, a desburocratização. E gostaria só de complementar que, fazer mudança de comportamento, Deputado, mudar paradigmas, mudar entendimento, não é uma tarefa muito fácil, porém, ela não é impossível.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** - Muito obrigado Júlio. Vamos ouvir o Luciano, tem microfone aí?

**O SR. CHIQUINO DA EMATER** - Fazer bem rápida uma Questão de Ordem. Viu Júlio, eu acho que se você assim. As plantas saem todos do Idaron, da parte animal.

**O SR. JÚLIO CESAR ROCHA PERES** - Só para contribuir, Deputado Chiquinho. Na verdade elas são aprovadas pela...

**O SR. CHIQUINO DA EMATER** - Aprovadas. Então, a Comissão que fiscaliza?

**O SR. JÚLIO CESAR ROCHA PERES** - Certo.

**O SR. CHIQUINO DA EMATER** - Eu tinha uma planta lá em Cerejeiras, daqueles de aves, que até eu e Daniel tivemos lá num domingo para inaugurar.

**O SR. JÚLIO CESAR ROCHA PERES** - É a dona Vera?

**O SR. CHIQUINO DA EMATER** - Eu acho que não sei se já resolveu aquela situação? Que era uma coisa que estava prejudicando ela questão.

**O SR. JÚLIO CESAR ROCHA PERES** - Nós já fomos lá. Ela já esta na boa.

**O SR. CHIQUINO DA EMATER** - Que era uma coisa que estava prejudicando ela, ela estava indo à falência. Vivia para os Bancos, Banco do Brasil, acho que o BASA, não sei, e estava com o problema lá de funcionamento dela. Então assim, Júlio, é uma questão de padronização. O que um técnico veterinário aqui da Capital pede, deve ser o mesmo lá que Colorado pede pela mesma coisa.

**O SR. JÚLIO CESAR ROCHA PERES** - Deputado.

**O SR. CHIQUINO DA EMATER** - Eu sei que não é culpa sua, eu te conheço, eu sei da situação todinha. Que a gente vinha acompanhando isso de longas datas. A gente sabe onde estava o gargalo. Então, acho que de agora pra frente, Júlio, para que é isso não aconteça mais. Porque aquela indústria lá de Primavera, coitados, o tanto que sofreu por causa de besteira, por causa de tomada, por causa de rodapé. Então, Júlio, essas coisas, a gente não pode, eu acho que você agora como Presidente do Idaron e Presidente do Conselho também não pode deixar acontecer, tem que ter uma padronização. E nesse momento para informação Deputado Crispin e Deputado Cirone, está acontecendo ali no Riacho Azul, uma grande festa, não é, Diana? Da fabricação de farinha, neste momento, daqui a pouco, se Deus quiser, eu quero ir lá para a roda da festa, porque comer beiju é muito bom e muito importante para todos nós, uma indústria de farinha muito bonita, que nós tivemos o prazer de acompanhar e ajudar a realizar.

**O SR. JÚLIO CÉSAR ROCHA PERES** - Deputado, só para concluir o seu pensamento e tentar corroborar, a sua fala faz coro com o nosso pensamento. Quando o senhor usou a tribuna e disse que o que estabelece a qualidade do produto não é a altura da tomada, eu concordo com o senhor e já conversando com a Dra. Margareth e com a Cristiane, nós tivemos esse encaminhamento de que quem tem que falar sobre a qualidade do produto é o exame laboratorial, dá profissionalismo, dá isenção, dá transparência no processo e aí o Fábio vai poder

encher o peito e dizer: eu tenho análise, eu tenho condição de concorrer.

**O SR. RUDI DE ROS** – Então, o senhor falou agora que o exame laboratorial vai dizer a qualidade do produto, concordo plenamente com o senhor, mas, é muito fácil você fazer um produto e mandar para o laboratório e passar seis meses sem fazer outra análise, eu acho que tem que se pensar um pouco diferente. Claro, concordo plenamente como senhor e fazer uma análise do produto e após isso é o alinhamento entre Idaron e o fabricante, porque o técnico do Idaron não vai ficar o dia inteiro junto lá dentro com o cara assistindo produzir linguiça, carne vazada ou qualquer outra coisa ou mel. Todo mundo sabe que o processo pode ser falho por causa de cinco minutos ou dez minutos a carne ficou a mais fora, ela já perde a qualidade. Então, não é exatamente que o exame laboratorial vai e sim o comprometimento, a educação, a índole de quem está fabricando e o órgão que está fiscalizando, é o entendimento interno e mesma coisa, estava se discutindo agora a pouco a questão da porta, a questão do rodapé, a questão da tomada. Eu agradeço ao senhor, a Margareth está aqui também, conheço ela muito bem, já discutimos, entramos em acordo, Margareth, concordo com vocês, agora tem os parâmetros também, tem um buraco no chão lá, não pode haver um buraco no chão. Então, ah! Aquela porta tem um amassadinho ou está desbotada. Tudo é conversado, tudo é ajustado, tem que ter a paciência, tem que ter a tolerância de você chegar a um consenso. Então, agradeço pela oportunidade que vocês deram para nós, Deputado Ismael, eu vim aqui expor as nossas dificuldades, e eu acho que o caminho daqui para frente é alinhar, traçar, desenvolver e chegar a um consenso e daqui a um ano, dois anos ou cinco anos, poder dizer: Ah! Aquela audiência pública foi um fruto de um processo de evolução grande no Estado de Rondônia. Obrigado.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Arildo, Montenegro.

**O SR. ARILDO MOREIRA** – Como aqui tem muitos Vereadores, quanto a Vigilância Sanitária, que o colega ali expôs que é fiscalizado pela Vigilância e os que ficam na clandestinidade não são, que quando a Vigilância Sanitária do município for fiscalizar os clandestinos, que não tenham interferência política nesse processo de Vereadores ou de qualquer outra coisa. E que eles possam fazer o trabalho deles e não possa vir ninguém que seja qualquer outra pessoa e dizer: vocês estão prejudicando um pai de família, um produtor que está tentando sobreviver e alimentar sua família, mas, ele está na clandestinidade, ele tem que legalizar, senão prejudica o outro para a frente. Obrigado. Era esse o meu comentário.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Muito bem. Intervenção muito bem vinda e é importante a presença os senhores Vereadores aqui e dos prefeitos, porque o que a gente está buscando é legalizar, dá possibilidade para quem está organizado, não é? Então, são essas pessoas que buscam aqui, ninguém está falando: olha, eu não quero pagar tributo, se bem que é ruim, mas, o cara quer pagar o menos possível, mas, ele quer está legal.

**O SR. CIRONE DEIRÓ** – Questão de Ordem, Presidente. O pessoal de Alta Floresta mandou aqui alguns pedidos deles, estão me questionando aqui no WhatsApp para ler para eles aqui, pontuando sobre as agroindústrias lá do município de Alta Floresta, o senhor vai falar, pode ser que tenha alguma coisa que já é pertinente aqui a fala dele. Citamos alguns pontos a qual temos observado que facilitaria para as agroindústrias: unificação do Sistema SISBI, de forma automática nos municípios, uma vez que Rondônia está aderido desde julho de 2018 e a adesão torna-se burocrática para as agroindústrias do SIM.

Segundo ponto: escoação dos produtos registrados no SIM em nível regional, uma vez que os produtos podem ser consumidos em um município, por que não pode ser consumido em outros municípios circunvizinhos? Já foi falado. Incentivo as fábricas de embalagem e rótulos, uma vez que há extrema dificuldade na aquisição destas, algumas encontrando somente em outros Estados, tendo custos com frete e ainda num preço exorbitante, tendo o produtor que crescer o valor do produto final para compensação dessas aquisições.

Auxílio em Convênio entre Laboratórios de Análises, que daí vai de encontro o que o Rudi está falando, auxílio em Convênios entre Laboratórios de Análises e agroindústrias, uma vez que há exigências para análise semestralmente ou trimestralmente dependendo do produto, além, da análise de água e os valores são altos.

Divulgação mais ampla do PROVE, principalmente, em redes mercadistas para que transpareçam os benefícios dos produtores nos regimes de agroindústrias.

Auxílio financeiro a órgão fiscalizador por meio de cooperações técnicas para implantação de projetos voltados para as agroindústrias, uma vez, que elas não saem do papel por motivo de burocracias, de licitação ou empenhos que devem ser seguidos pela Administração Pública.

Modificações em relação a contribuição do INSS para que as agroindústrias possam ser reconhecida como aposentadoria de forma de produtor rural.

E o último pronto, padronização da Lei SIM em todos os municípios do Estado de Rondônia, para que se determine as exigências de formas semelhantes, porém, com algumas particularidades feitas pelas leis municipais.

Então, alguns pontos aqui já foram debatidos o Deputado Crispin já falou, O Júlio falou, mas estão pedindo para lê que tem algumas coisas aqui que vem de encontro ao que os nossos produtores estão falando e aí o Luciano já tem a oportunidade de falar sobre esse assunto.

Obrigado Presidente.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** - Nós vamos, Luciano, deixa só eu fazer um encaminhamento dentro de tudo isso que a gente está discutindo e aí o senhor já vai ter a palavra.

Eu queria propor aqui o Superintendente do Sebrae, Dr. Daniel; a possibilidade de já amanhã na próxima, amanhã sexta-feira, às 9 horas, a gente se reunir, o Idaron, Júlio; o Idaron, a Emater, Luciana; o Sebrae, a Seagri, Haddad; a Sefin, e aí porque que eu estou inserindo a Sefin nesse processo aqui; Sefin, Sedam, a Vigilância Sanitária nós vamos tratar dentro do Projeto de Lei porque daí os Prefeitos vão ter que se virar, eles vão ter que fazer a parte deles lá também, tá? Aí, o quê que eu estou sugerindo aqui: que a gente faça, a AROM

com a representação do Prefeito Cláudio, nosso Presidente da AROM e a gente faça uma discussão até por causa, alguém trouxe a questão do suíno e da concorrência quando a agroindústria que é pequena ela se regulariza ela começa a concorrer com os grandes, ela está regularizada, ok! Só que, se tiver alguém se manifeste aí porque até agora não veio, eu não tenho esse conhecimento; o grande tem incentivo, tem desconto no ICMS, tem não sei o que, um monte de incentivo, tem acesso a muito dinheiro e o pequeno tem o quê? Aí nós vamos impedir o cara de produzir porque vem de outro Estado e entra aqui no Estado nós vamos falar: “não, você não pode, porque a gente não pode, vamos perder, porque nós vendemos para o Mato Grosso; nós compramos do Mato Grosso” como é que fica essa situação? Nós vamos matar o nosso povo, nós vamos pedir que o cara, o nosso pequeno sonhe em ser médio, o médio sonhe em ser grande. Nós vamos fazer isso? É isso que nós queremos fazer? Não. Então, gostaria de propor isso para amanhã, às 9 horas, e a gente já traçar dentro dessa proposta a possibilidade do nosso povo crescer, que eu entendo que dessa forma a gente regulariza.

Luciano fique à vontade, nosso Presidente da EMATER.

**O SR. LUCIANO BRANDÃO** – Bom dia! Eu queria aqui cumprimentar o Deputado Ismael Crispin, já parabenizar pela essa brilhante Audiência Pública; cumprimentar nosso colega Chiquinho, Deputado, Deputado Chiquinho da Emater; cumprimentar aqui o nosso Presidente da Comissão de Agricultura Deputado Cirone, em nome dele cumprimentar os outros pares aqui que eu ainda não tive a oportunidade de cumprimentar, mas, eu queria ser bem prático aqui e breve. É muito interessante isso e eu acho que o Programa de Verticalização – PROVE, ele veio a calhar quando foi instituído lá em 2010 pelo o então Governador Confúcio Moura, isso ajudou, nós não tínhamos agroindústria Sérgio, dentro do Estado e hoje nós estamos aí com 501 agroindústrias. Então eu acho que todos contribuíram dentro do processo. Fomos esbarrando em algumas legislações, em alguns procedimentos e aí o ano passado dia 20 de julho de 2018 foi assinado um Protocolo de Intenção lá no CENTRER – no Centro de Treinamento da EMATER, Chiquinho, com todos os órgãos e entidades relacionadas ao setor, já com o objetivo da gente ir solucionando alguns gargalos dentro do processo da agroindustrialização, então foi colocado muito bem aqui pelo nosso colega, o Emilson Fábio, com bastante propriedade, então para eu ser prático aqui. Primeiro o SIM, já foi colocado por alguns aqui. O SIM, ele tem que ter sim uma padronização e já foi colocado aqui pelo Deputado Ismael, tem que haver essa padronização, o Deputado Cirone, leu ali agora uns pedidos de Alta Floresta Deputado, é o único município da região da Zona da Mata que tem o SIM em vigor, atuante. Então, o SIM, primeira coisa, é o dever lá do município tem que ter padronizado e atuante, com isso a gente consegue inserir todas as Prefeituras que estiverem com esse SIM adentro do SUSAF, que é o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial da Agricultura Familiar, que já existe uma minuta Deputado Crispin, sendo trabalhada e que ela tem que ser analisada junto com a Assembleia, junto com as outras entidades para que a gente consiga aprovar.

Após isso, uma outra situação muito interessante, que através do SUSAF, a gente também pode inserir no caso da

área animal, o SISBI, que foi colocado aí pelo pessoal de Alta Floresta, mas isso é relacionado aos produtos de origem animal. E aí, o SISBI, a gente consegue comercializar não só no Estado, mas também em nível nacional. Uma outra situação, é o PRAISAN, que é o Sistema Integrado de Fiscalização da AGEVISA que também precisamos ter atuante, justamente porque já foi colocado aí de outros produtos vindo de outros Estados que são comercializados aqui, que só tem o SIM. E com isso, com esse protocolo de intenção também, o Júlio já colocou muito bem, foi publicado a Instrução Normativa nº 02 agora, dia 09, terça-feira e está sendo trabalhado também no sentido da gente padronizar, como o Rudi colocou muito bem, Rudi; um manual de procedimento operacional das agroindústrias no Estado de Rondônia. Então, uma agroindústria de ovos, vai ter o procedimento para ele seguir. Uma agroindústria de suínos, abate de suínos, vai ter lá o procedimento para ser seguido. Então, esse protocolo que foi assinado o ano passado, já vem sendo trabalhado, então a gente tem muita coisa para acontecer rapidamente. Uma outra coisa que nós somos muitos questionados deputados, é o chamamento público, quando a gente tem que disponibilizar os incrementos para as agroindústrias. Então, assim, eu vejo com muito louvor essa Audiência Pública, nós da Emater, nos colocamos a disposição; o Daniel, juntamente com o Crispin, colocou muito bem esta Audiência Pública, dependemos muito da AROM, deputado, para que essa sequência que eu falei, ela aconteça exatamente e que a gente consiga desburocratizar realmente dentro da legalidade, a gente não quer nada fora da legalidade, mas dentro da legalidade, desburocratizar, para que realmente as agroindústrias do Estado de Rondônia se fortaleçam cada vez mais, tá bom? Seria isso aí.

**O SR. ISMAEL CIRSPIN (Presidente)** – Obrigado Luciano. Paulo Haddad.

**O SR. PAULO HADDAD** – Bom, bom dia a todos; Deputado Crispin, Presidente desta Assembleia aqui. Eu quero inverter a pauta de cumprimento, eu vou aproveitar, eu vou fazer isso.

Eu venho da iniciativa privada como consultor e até muitas vezes funcionários do atual Superintendente do SEBRAE, nosso ex-governador Daniel Pereira; eu quero começar cumprimentando o Sérgio de Colorado do Oeste e quero cumprimentar o Fabinho lá de Rolim de Moura, porque vocês são bastião nesta luta, você são os pilares de toda essa preocupação que os nobres deputados e aí incluo o nosso Presidente da Comissão de Agricultura e Pecuária, Cirone Deiró, muito responsável com essas preocupações, o Chiquinho que já vem de longa data, militando no segmento tem demonstrado ao longo do tempo. Cumprimentar o Prefeito Cornélio, que sempre está preocupado, sempre está pela Seagri buscando caminhos, buscando encontrar espaço, o Prefeito Evandro de Monte Negro, com grandes conquistas; o Prefeito Wilson que também estava aqui; o senhor Olavo que vem do setor social, sempre atento, sempre em cima e falar um pouquinho do que acontece atualmente na Seagri. A gente vem conseguindo costurar uma maior união entre as organizações do segmento produtivo, não que ela não existisse, ela sempre existiu, mas a gente sabe que a informação entre Emater, Idaron e Seagri, precisa está bastante bem alinhadas, bastante fortes e pujantes

para que a gente volte a crescer, como o senhor bem colocou deputado. A união do setor é extremamente importante.

Cumprimentar aqui o Secretário de Agricultura, na pessoa do Chico Dias, obrigado pelas cobranças, pela exigência, eles, acreditem aos diversos proprietários de agroindústrias aqui, o seu Secretário de Agricultura luta muito e diariamente na Seagri por caminhos melhores. Cumprimentar o meu colega Vitor, Coordenador da Agricultura Familiar e responsável pela área de agroindústria, a gerência de agroindústria com a Larissa, que são os nossos técnicos e demais técnicos aqui presentes, que tanto procuram manter essa responsabilidade, a importância e o compromisso com o segmento. É determinação do Governador Marcos Rocha, é prioridade do Secretário Padovani, fazer com que a agricultura de pequeno porte, que fomenta a nossa agroindústria começando, faça o seu papel de manter o homem no campo com dignidade, com renda justa e desenvolvendo o nosso Estado. Bem lembrou o Deputado Chiquinho, se nós estamos aqui, todos nós devemos muito a vocês, ao quanto vocês contribuem com seus impostos para que a gente possa também fazer a nossa parte aqui, é obrigação nossa fazê-la. Eu só queria destacar dois pontos rápidos, um deles, é o nosso compromisso em construir um PPA para os próximos anos junto com o Deputado Chiquinho, com a sua experiência, a Comissão de Agricultura, com o Presidente Cirone Deiró, à frente e as diversas entidades mesmo as federais, como Embrapa, como a SFA e o Sebrae. E para falar no Sebrae, eu queria falar na OCB e no Senado, vocês têm uma responsabilidade muito grande, e nós queremos apoiar e precisamos apoiar que é fazer com que as associações, com que as agroindústrias, com que as cooperativas tenham maior domínio de gestão, consigam efetivamente participar dos chamamentos públicos que hoje é lei, nós temos que cumprir. Então, nós precisamos empoderar o conhecimento lá na base para que todos tenham um domínio e a participação assegurada.

Então, da parte da Seagri, nós nos comprometemos em trabalhar juntos a OCB, ao Senado e ao SEBRAE, para que cheguem essas consultorias lá na ponta, ajudem as cooperativas e as agroindústrias e as associações a prestarem contas, a terem sua documentação organizada e a cumprir um dos três pilares bem lembrado pelo Fabinho, que foi gestão. Nós precisamos também que não só, aliás, bem lembrado pelo Daniel, não é? Que era o saber fazer, saber administrar e saber vender, é imperioso hoje o saber administrar, contem conosco também. Eu gostaria de registrar o início da colheita do café, foi lançada ontem com o concurso do Concafé, parabéns a Emater, a própria Seagri. E destacar aí Deputado, que o chamamento público precisa de uma atenção nossa conjunta bem mais forte. E por fim lembrar uma coisa que foi falada pelo Deputado Cirone Deiró, acho que era o segundo ou terceiro item; eu gostaria de destacar e levantar a bola para o Deputado Chiquinho. As empresas do segmento de arte e impressão do Estado, estão só sobrando, estão se acabando, nós precisamos fazer algo por isso também. Eu quero agradecer a oportunidade e, sobretudo parabenizar a iniciativa.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Muito obrigado Paulo Haddad. Nós vamos ouvir o Dr. Daniel, Superintendente do SEBRAE, e na sequência a Monalisa, vai apresentar o vídeo aqui com os slides.

**O SR. DANIEL PEREIRA** - Pessoal, eu só vou pedir licença, eu tenho que sair para um compromisso que eu já vou reportar a importância dele. Mas, eu fiz algumas anotações aqui e presumo que nós vamos ter problema com uma Instituição chamado Ministério Público, que eles aplicam a Lei, às vezes gera algumas complicações para nós. Por exemplo, a Assembleia Legislativa, aprovou uma Lei reduzindo o custo de ICMS de combustível de avião, a nossa Lei foi declarada inconstitucional. Mas, o Acre faz isso, o Amazonas faz isso, o Mato Grosso faz isso, nós não, aí eles tem mais facilidade de transporte aéreo lá do que nós aqui, inclusive interno no Estado.

E a Lei é a mesma, no Acre, no Amazonas, no Estado de Rondônia e no Mato Grosso, ou seja, lá passaram a mão por cima e aqui não. A gente precisa de ter uma conversa provavelmente, a gente tenha que ter uma conversa com eles, confirmada essa situação aqui que o Deputado Crispin, Deputado Cirone, e os demais aqui presentes, que é essa legislação no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que permite um município interagir com outro sem precisar ter o Selo de Inspeção Estadual, então, isso é uma situação prática, vamos encaminhar isso amanhã. Olhando aqui os apontamentos do Professor Edgar, o nosso mestre em florestas do Brasil, não só de Rondônia. Nós fizemos uma, tivemos que revogar uma Lei, que o próprio Estado tinha ter criado o ano passado. Em 2017, foi criada uma legislação talvez com a melhor das intenções para promover a questão ambiental no Estado, só que essa Lei trazia uma série de exigências, e aí vieram e falaram; não, os grandes estabelecimentos, os grandes empreendimentos, eles vão ter um prazo alongado para fazer isso, mas, não fazia o mesmo, a distinção e o mesmo tratamento dos pequenos. Ora! 98%, dos empreendimentos, empresárias e comerciais em Rondônia, é micro e pequena empresa. Então, eu abri uma flexibilidade para o grande e lascava o couro do pequeno, eu falei: vamos pegar e vamos revogar a Lei toda, pegamos e mandamos para aqui a Assembleia e revogamos a Lei toda. Para você ter uma ideia como é complexo isso; em 2015, eu assisti um evento em Brasília, no Ministério do Meio Ambiente, a Ministra do Meio Ambiente e os vinte e sete Estados estavam lá, e o que eles estavam discutindo? Como é que você pega a área ambiental e você tem o mesmo entendimento do CONAMA, do Ministério do Meio Ambiente e de cada uma das secretarias estaduais, nem chegamos às secretarias municipais. Porque cada um interpreta de um jeito, e aí o coitado do contribuinte, o cidadão fica exprimido nesse negócio. Eu estou pedindo licença para me retirar. Eu estou indo agora, eu fui eleito há quinze dias, Presidente Honorário do Instituto de Comércio Brasil, Comércio e cooperação de forma geral, Brasil e Coréia do Sul. Nós temos uma reunião agora, e nós estamos tentando trazer dois produtos para cá, um produto melhora a produção agrícola e outro produto baixa o custo para pavimentação asfáltica. Então, eu tenho uma reunião agora de almoço para a gente tratar sobre esses temas. Mas, amanhã, vamos está recepcionando lá os Deputados, os representantes do Governo do Estado, da AROM, para a gente buscar uma solução para a gente equalizar isso. Termina aqui, muito feliz com a realização desse evento, e esse evento hoje, ele fica na história do Estado de Rondônia, talvez seja a primeira vez que você reúne todo mundo para tratar única exclusivamente da agroindústria. Parabéns pelo

evento, eu tenho certeza que o Estado de Rondônia, com relação às agroindústrias, é um Estado que avançou muito, mas, a partir de hoje, vai avançar mais ainda. Parabéns a todos

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – A gente vai assistir os slides com a Monalisa.

**A SRA. MONALISA PEREIRA** – Bom dia! Prometo que eu vou ser rápida. A soldada rasa, não é? Eu cumprimento os agricultores; o pessoal da agroindústria; através da Dona Cida de Ariquemes. O colega vai ajudar aqui.

Quando chegou o convite do Deputado para nós. Nós entendemos que a gente tinha que fazer um apanhado do que a gente faz, do que a gente trabalha em conjunto para estar subsidiando algumas conversas aqui. E como já se estendeu eu vou ser bem rápida. Então o tema que o senhor deu para a gente foi este: A Evolução das Agroindústrias no Estado de Rondônia, das Agroindústrias Familiares.

Aqui é um sumário do que se trata essa apresentação, que a gente fez uma contextualização que a gente vai passar rápido. Legislação, situação destas Agroindústrias no Estado de Rondônia com os dados que nós temos, e os trabalhos que a gente faz, a competência dos órgãos que são participantes do PROVE. Certo? E a perspectiva de ação que nós temos. Que na verdade nós que trabalhamos com isso a nossa alegria, o nosso sucesso, é o sucesso das Agroindústrias irem para frente.

O colega vai passar aqui.

A Legislação que eu coloquei, eu pontuei que é do PROVE; a Federal que a gente tinha agora e que foi colocada para a gente a Instrução Normativa nº01, que ela pegou a nº05 e a nº016 que era para produtos de origem animal e condensou, e tem uma para estadual com as nossas peculiaridades de Rondônia. Então essa aí é a situação das Agroindústrias. Desde 2014 nós fizemos um levantamento, um cadastro onde quais as informações das Agroindústrias que tem aí? Aí tem informação da Emater, tem informação da Semagric, juntamente com a Seagri que condensou essas informações. Então elas foram crescendo e a gente computou todas as Agroindústrias que passaram por nós, passaram de alguma forma pela Seagri e pela Emater e pelas Semagrics.

Este demonstrativo aí, esse gráfico, a gente fez da relação que tínhamos quando começou que a gente fazia o controle em 2014 de quantas regularizadas e de quantas em processo de regularização. Um detalhe: nesta informação de processo de regularização estão aquelas que intentavam também que não tinham nada, que, por exemplo, que não começaram do zero a agroindústria, que elas já estavam atuando de forma informal e a gente queria trazer para a formalidade. Então elas foram cadastradas porque elas receberam assistência técnica, elas foram contactadas de alguma forma, então elas foram contabilizadas aí, como empreendimento em potencial.

Esse aí é um valor de um repasse de equipamentos que vem através de Emenda Parlamentar e da fonte. Fonte 100, que é a nossa gravidinha, ali, que é a Chefe disso aí, mas como ela está grávida eu que estou fazendo esta parte. Então

vocês podem observar aí como era disposto um montante alto do valor que era repassado para a agroindústria, e aí quando entrou a Lei Federal 13.019 que fala dos chamamentos públicos ela deu uma caída significativa. Por quê? Porque a pessoa tem que saber qual município tem que se adequar. E, aí é repassado.

Os equipamentos eles ainda têm os kits e eles são repassados para prefeituras que tem que se organizar, certo? Então assim não se pode passar diretamente para o produtor. Então assim, tem que ser adequar as Associações de Produtores Rurais, tem que se adequar, que tem alguns documentos que eles têm em falta, como associação para pleitear o benefício do governo.

Está bom?

Uma coisa que eu PROVE ajuda e assim, isso aí não é contado, mas, por exemplo, as plantas, os projetos que o Arquiteto que é disponibilizado pela Seagri faz, ele já fez desde 2013 até agora 795 projetos e alterações. Um projeto arquitetônico e predial de instalação predial e sanitária, elétrica, ele é tem um custo alto no mercado fora, aí, e isso é disponibilizado para o produtor. O que a gente tenta fazer? Adequar, alinhar a fala com que a legislação pede. Então, assim, a equipe da Seagri da Agroindústria Familiar o nosso Arquiteto sempre está tentando alinhar com o IDARON o MAPA, AVISA a planta correta para o produtor fazer da forma que não tem que quebrar depois.

As competências dentro da Lei do PROVE a SEAGRI é execução do PROVE e fomento. De modo geral Emater Assistência Técnica e disponibiliza o RT, Idaron a fiscalização e inspeção de produtos de origem animal, estadual. Agevisa que faz a inspeção dos empreendimentos de origem vegetal, Sedam com Licenciamento Ambiental da atividade de outorga e o MAPA que faz a inspeção e regulamentação de vinhos e bebidas. Só um stop aí para falar de uma coisa aqui. A Agevisa e a Sedam trabalham com descentralização, que muitas das reclamações que vocês fizeram e por a gente trabalhar, a gente vê a dificuldade às vezes de sair uma licença, de sair a regularização da agroindústria. Então, assim, como eles trabalham a descentralização a AVISA Municipal eles estão tentando trabalhar uma forma de alinhar a fala deles. Cada município tem sua autonomia, faz do jeito como acha que compete, mas quando tecnicamente ele começa se amoldar ao outro, pelo menos, há uma definição, fica mais fácil, inclusive, para essa questão aí que vocês estão falando sobre comercialização no outro município. A Sedam, a mesma coisa, houve uma descentralização, mas, por exemplo: a resolução do CONAMA 385, que ela define baixo impacto poluidor para pequena agroindústria, ela deixaria que você fizesse uma licença ambiental no município, certo. E aí, eles tinham outro. Ontem foi publicada uma, até acredito que o representante da Sedam vai falar sobre isso, que houve a descentralização. Mas aqui havia descentralização, mas, por exemplo: Chupinguaia, se quisesse fazer leite, mesmo que a capacidade de produção da agroindústria dele fosse dois litros de leite, a licença ambiental dele tinha que vir aqui para Porto Velho, para ficar aqui, porque é alto impacto, então alto impacto só aqui que poderia fazer. Então, acredito que isso aí mudou; que ele vai falar isso aí. Só um adendo, é uma parte muito técnica. Pode passar, por favor.

Então, as perspectiva do Estado na agroindústria, seria a publicação dessa instrução normativa 02, que foi publicada, que querendo ou não é um norte para se trabalhar a fiscalização, assim, não é o RIISPOA, não é a 05, não é a 16. Não, é a nossa aqui, e todos vão falar a mesma língua. Isso para a gente que é técnica foi um ganho muito grande. A aprovação da nova lei do PROVE, por que Nova Lei do PROVE? Ela já tem oito anos, nove anos. E algumas coisas foram evoluindo, como foi falado aqui por muitos que pegaram microfone. O que a gente a gente tem uma minutinha dela junto com a equipe técnica do Idaron, da Emater, Sedam, outros participantes, que estão pontuando a questão da agroindustrialização de produto artesanal. Então nessa minuta que está circulando, que a gente vai apresentar para o senhor, ela tem especificação para esse artesanal, para ele poder, também, ser qualificado e ser atendido, dentre outras definições e enquadramentos.

E a publicação do Novo Manual Operacional da Agroindústria Familiar, que está totalmente relacionado com o checklist, com as novas medidas que vão ser tomadas. Pode passar, por favor.

Aí, o que a gente gostaria da Assembleia, que a gente vai aproveitar oportunidade. Apoio da Assembleia Legislativa para alteração do anexo I da Lei Estadual 4.130, que essa Lei, ela é de taxas de cobranças do Idaron, mas, assim, a gente com a equipe do Idaron, nós chegamos a conclusão, que essa Lei é feita, ela pode ser alterada o anexo, onde a gente vai fazer um adendo ali, para o pequeno porte, para o pequeno produtor, para ele não pagar, por exemplo, 10 UPF's, ter uma taxa mínima para ele poder pagar, para ele poder começar.

Então, assim, a gente não despreza a Lei, o trabalho de quem fez a Lei, mas a gente tem a possibilidade de mudar esse anexo no tributo, no tributo, porque, às vezes, o agricultor vai começar, está começando e tem que pagar pela Lei. Mas aí, a gente pode pelo Legislativo ter um esperança nisso aí. Apoio junto às visas municipais, que seria essa falar a mesma língua, para não haver divergências, na questão de produtos de origem vegetal. Apoio ao Praisan, que os chefes de gabinetes, eles participaram dessa reunião. E esse Projeto aí, visa essa qualidade, essa inclusão produtiva e segurança unitária no Estado, trabalhando com os municípios, munindo esses municípios que têm dificuldades para poder exercer um trabalho técnico qualificado para atender a sociedade, os produtores, a agroindústria e tudo mais.

Apoio às prefeituras para a regularização da inspeção dos produtos de origem animal, SIM. Ouve-se falar muito do Consórcio, o Consórcio aqui dos 44 municípios, que tem aqui, que é da região da 429, do pessoal ali. Então, assim, eles têm falado no profissional para atender agroindústria. E, se eles se unirem dessa forma, assim, também, com essa questão do SIM, que foi como colega falou. O Susaf, o Susaf/RO, nós temos uma minuta como presidente da Emater falou, o nosso veterinário Henrique, trabalhou muito nela, e ele foi para Santa Catarina, Rio Grande do Sul, pesquisar nas agroindústrias lá, como que eles faziam para poder fazer essas coisas. E, ele trouxe isso aí, como uma forma de poder ajudar o produtor da parte de origem animal, de comercialização intermunicipal. Por quê? Porque ele alinha na técnica cada município às características do Susaf. Então, ele permite na nossa minuta a

comercialização e intermunicipal. A gente vai entregar ela para a Comissão aqui, para eles apreciarem e ver o que eles acham sobre isso. Já coloquei o apoio do Susaf e o maior alinhamento entre as instituições parceiras. Graças a Deus começou o ano a gente conseguindo alinhar o Idaron, Emater e Seagri são sempre junto, igual falar dobradinha, eu sou da Emater cedida pela Seagri e a gente tem o coração assim mesmo no campo do produtor rural, ser firme, conseguir as coisas que ele idealiza conseguir. Então, assim, a gente alinhar com os outros órgãos, MAPA, ANGEVISA, Banco para financiar a agroindústria familiar, com uma planta correta para ele começar a correr atrás do sonho dele, é a nossa alegria como profissional, como bem o Deputado agradeceu a equipe colaboradora para ocorrer esse evento aqui, nós, muitos de nós técnicos extensionistas, nós também ficamos muito felizes quando as coisas andam e o produtor vai para frente, e é isso aí.

Eu fiz um comentário, mas, eu vou passar porque a gente está bem alongado. Os pontos chaves do que a Instrução Normativa Estadual trouxe de benefício para a gente, que é uma coisa que o Deputado pontuou, como que eu sei que a nota do rodapé, a tomada, são coisas assim para enquadrar mesmo, ser único.

E como eu já disse a minuta do PROVE, da Lei do PROVE seria a inclusão do processo da agroindústria artesanal, do produtor artesanal. E eu concluí. Muito obrigada, desculpe pelo horário, acho que fui rápida.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Muito obrigado Monalisa. Acho que a apresentação, ela respondeu uma série de questionamentos aqui e nós vamos ouvir o Edgar, que é Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e depois dele, com a apresentação que fez a Monalisa, eu vou fazer um encaminhamento, eu entendo que a gente já consegue fechar e aí vou fazer uma proposta aqui. Senhor Edgar.

**O SR. EDGAR MENEZES CARDOSO** – Bom dia senhoras e senhores. Antes de iniciar, Deputado Ismael Crispin, na verdade quero dar aqui uns avisos, umas informações, que são importantes, até por que nós temos vários prefeitos aqui e vereadores do interior do Estado. A primeira delas é a questão do cascalho para as estradas, esse é um pleito que eu lembro que os Deputados fizeram junto a Sedam, logo no início do ano, que é a questão da liberação do cascalho para as prefeituras. Então, nós avançamos nesta questão, os prefeitos que nos procurem lá para que façam os encaminhamentos, através da Instrução Normativa, a Sedam com isso desburocratiza. Outro pleito dos prefeitos é a questão da madeira para a construção de pontes e o grande problema é que o produtor. Ainda hoje conversava com o Prefeito ali de São Miguel, que as pessoas, às vezes, o produtor rural tem medo de doar madeira, e ser punido. A madeira, nós estamos com um pouquinho de dificuldade, mas, até no decorrer da semana que vem, a gente tem a solução também. Então, esses dois mecanismos são importantes e atendem aqui, Deputado, os Deputados que fizeram o pleito lá junto com os prefeitos. O outro aviso é até um convite, Deputados, por favor, ponham isso na agenda dos senhores, naturalmente que virão os

convites, no dia 22/04 haverá a discussão da questão do zoneamento socioeconômico e ecológico. Então eu pediria, atendendo um pleito do Deputado Jean, da Comissão de Meio Ambiente, para que fosse protelado para outra data. Então, foi escolhida a data do dia 22/04, será no 11º andar, ali do Palácio do Governo para tratar da questão do zoneamento. E finalmente eu gostaria de lembrar aqueles que estão no interior, precisam de crédito, eu acho que isso aqui é importante, esse instrumento. Tenho a felicidade e o orgulho de dizer que fui dos criadores do Banco do Povo há uns anos e hoje é um sucesso e é uma realidade, são 33 agências hoje que atendem um público bastante grande, agora foi ampliada a margem do empréstimo, então é um mecanismo fácil de acesso ao Banco do Povo. Eram essas informações, Deputado que eu queria passar para os presentes aqui. Obrigado pela oportunidade.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** - Muito obrigado. Nós temos duas questões aqui dentro da nossa programação, cadê o Marcos? Se têm algumas pessoas inscritas, porque eu até entendo que a propositura que trouxe a Monalisa aqui, Júlio, o Haddad, o Luciano, corroborou muito para a gente encaminhar para fechar. Mas, eu queria o quê? Ouvir essas pessoas que na nossa segunda proposta, tem a reformulação do programa de verticalização da agropecuária do Estado de Rondônia dentro do PROVE, porque se a gente ouvi-los, talvez dentro da minuta com o que vem de lá a gente consegue somar. Então, eu gostaria de ouvi-los, para enriquecer o projeto, a gente poder discutir isso com mais tranquilidade.

Enquanto, dentro do segundo tema, Seu Jorge Mürer, está aqui ainda? Isso. Nós vamos ouvir o Jorge enquanto ele chega aqui na frente Júlio, tem um adendo que você gostaria de fazer, vamos.

**O SR. JÚLIO CÉSAR ROCHA PERES** – Deputado, só para registrar, tudo o que nós mostramos até agora, aqui de presença dos senhores, agradecer imensamente toda atenção que vem dando a Agência IDARON, mas, já para aproveitar o ensejo, desde o dia 25/03, repousa nesta Casa uma Mensagem de pedido de Superávit do Fundo FESA, para mais R\$ 7 milhões 547 mil de investimento na Agência Idaron. Eu conversei com o Deputado Cirone, conversei com o Deputado Chiquinho, estou conversando com Vossa Excelência e peço encarecidamente que aprecie a matéria, é fonte do Fundo e nós temos o financeiro e está dependendo do orçamentário, além do que, outra situação que é pertinente a região de Vossa Excelência é a Fazenda Bom Futuro, Seringueiras. Nós conversamos ali em reservado, mas, peço imensamente o apoio do parlamentar para que nós possamos trazer esse assunto em pauta porque eu tenho colegas da Agência IDARON que está tendo ameaça de risco de morte e por questão de invasão de terra. Gostaria de deixar claro que a Agência IDARON, não regulariza terra, é só a questão Sanitária. Obrigado Deputado.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Muito obrigado Júlio. Vamos ouvir o senhor Jorge Mürer.

**O SR. JORGE MÜRER** – Boa tarde! Deputado Crispin, em seu nome cumprimento à Mesa e o meu Deputado Cirone, que é

um grande guerreiro pelas agroindústrias de Cacoal, ele e a Prefeita Glaucione, trago o abraço dela para vocês também.

Primeiramente, quero dizer que em 2009, nós fomos à Ariquemes copiar o programa do então Prefeito Confúcio Moura e da Secretária Mary Braganhol, o Programa de Agroindústrias Familiares, e resultou naquele vídeo que vocês viram ali que já está defasado gente, está! Tem muitos valores ali que já dobraram, já aumentaram bastante, graças a Deus e graças aos Produtores Rurais, eles é que fazem está.

O que me traz aqui Deputados, é a preocupação seguinte: nós temos entrepostos de ovos em Cacoal, nos produzimos em torno de 180 mil ovos dia/Cacoal, temos dois entrepostos que foram construídos com o apoio do Governo, com o apoio da Seagri, com o apoio do Charles, que foi o Secretário Regional, o nosso companheiro lá também e os ovos de Cacoal passam por lavagem, classificação ovoscopia, embalagem e vão para o mercado, certo! Mas, dentre esses entrepostos tem muitos pequenos produtores que tem duas mil galinhas, três mil galinhas, cinco mil, 1.500. A norma que a Idaron exige hoje para adequação do galpão está sendo muito ferrenha, está complicando muito e muitos estão desistindo porque a rentabilidade do ovo é muito pequena, que a galinha come ração que é cotado em dólar e a margem de lucro é muito pequena. Quando você aumenta muito o compromisso dele em melhorar o galpão, enfeitar o galpão, em cercar o galpão, em pavimentar o galpão, ele não aguenta pagar a conta, e está desistindo. Ele prefere ficar clandestino que participar do entreposto. Então está meio que inverso o negócio.

Gostaria que vocês analisassem bem essa questão para simplificar, considerando que eles passam pela ovoscopia, classificação no entreposto. Então a garantia da segurança alimentar está garantindo ali, certo. O ponto latente, eu vim aqui para isso hoje. Os nossos produtores de ovos pagam 26% de imposto entre IPI e ICMS só para embalagem, para caixa e para as cestinhas, 26% de ICM e de IPI, já fica ali sobre o valor que ele comprou. Então, o concorrente dele, o Governo já é um concorrente do Agricultor. O ovo do Mato Grosso chega aqui, ele consegue colocar R\$ 15 reais a caixa mais barata que o nosso ovo, um concorrente desleal, porque Mato Grosso dá Incentivo Fiscal de redução da alíquota de ICMS para eles.

Então, conclamo aos nobres Deputados que crie uma política diferenciada de tributação para quem traz ovo para Rondônia, que ele pague uma taxa acessória para não inviabilizar os empreendimentos que aqui estão. E que também reduza também, por favor, reduzam a carga tributária do agricultor no que for possível, porque eles é que produzem, quanto mais produzem mais movimenta, mais arrecada imposto. Então, vamos trabalhar em escala de arrecadar imposto, mas dá condição do agricultor está vivo ali produzido com dignidade e ficando na propriedade rural.

O nosso Programa que foi copiado do Confúcio Moura e da Mary, lá em Ariquemes, existe hoje como vocês viram ali, que está concentrando o filho do agricultor na atividade, dando dinheiro para ele e ele ficando gerindo atividade. E lá, além de a gente ter esse trabalho também com a agroindústria a gente preserva o meio ambiente, toda a agroindústria é orientada a preservar o solo e a água. Eu coordeno também um programa que planta água, também em Cacoal, então a gente faz um trabalho paralelo. E falo para vocês de agroindústria também;

se preocupem em registrar a marca da sua agroindústria, a marca do seu produto. O Sebrae ajudou a gente em Cacoal com R\$ 100 mil reais, o Município entrou com 20 e as agroindústrias todas com 10% e foram registradas as marcas, porque se você não registra, não é sua a marca. Se alguém entra com ação depois, você perde, e tem que pagar royalties porque está usando uma marca que não é sua. Então, marca é Patrimônio, se você tem um queijo, Queijo Ouro Branco, e você não registra ele, ele não é seu. Se tiver qualquer um no Brasil, você perdeu. Então, o Sebrae fez isso com a gente, fez também licenciamento ambiental, identidade visual, ou seja, marca, fachada, folder, folhetos, banner, tudo muito bem elaborado pelo Sebrae, e agora o Sebrae veio com outra proposta para nós, eu queria agradecer o Daniel, vamos entrar agora com a nova ferramentas do Sebrae, que é para quê? Um projeto de eficiência energética, ou seja, o construtor entra na sua agroindústria, vai ver onde que está o consumo perdido de energia, onde você está perdendo, está ganhando para você otimizar energia. E também Projeto de Energia Solar pago pelo Sebrae. E o Sebrae me disse lá assim, que de repente alguma agroindústria pode ser sorteada com fomento das placas de energia solar, pelo menos uma de Cacoal. Eu quero torcer para dar certo. Eu queria conclamar aos nobres deputados, enxergue a agricultura familiar como realmente semeadores do pão que a gente come, esse povo precisa de ser olhado, ser visto e precisa ficar na propriedade rural, são heróis que estão lá, vocês são heróis. Estão lá no campo produzindo para colocar comida na mesa da gente aqui e estão sendo cobrados por isso, vocês tem que ser pagos para produzir. Muito obrigado.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – O Paulo Roberto Fogaça de Monte Negro, cadê, está presente? Vamos ouvir o Casarão, assim que fala lá, não é? Casarão, lá de Monte Negro.

Na sequência, nós vamos ouvi o Serginho, que é de Colorado do Oeste.

**O SR. PAULO ROBERTO FOGAÇA** – Boa tarde a todos, represento Monte Negro, Agroindústria Casarão. Como nós vimos no início, nós todos somos bandeirantes de Rondônia. Eu tenho orgulho de ser rondoniense, sendo paulista amo o Estado que eu estou morando e escolhi como morada. Adquirimos o PROVE, Vale do Jamari e fomos uma das primeiras agroindústrias, porém, os filhos cresceram, mas esbarrando nas burocracias, procurei incansavelmente regularizar a agroindústria sem descaracterizar a pequena agroindústria. Foi onde me deparei com Suasa, Susaf e agora o Sisbi. E apresentei alguns dos deputados, o Crispin, tomou conhecimento do nosso trabalho, eu já venho a mais de quatro anos brigando com esse, para tentar implantar isso, não conseguimos, estamos aqui lutando para ver se isso sai do papel, se desburocratiza para os pequenos poder ter oportunidade de está colocando os seus produtos em qualquer região, porque se vamos dizer, nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, eles todos tem Suasa, Susaf, não são só três órgãos fiscalizadores que é o SIM, SIE E SIF. Porque se criou Susaf? Porque se criou Suasa? Isso é minha pergunta. Por quê? Porque existe o grande e no meu entendimento, como que uma empresa grande, é o que o nosso amigo estava falando ali; como que ele vai ser fiscalizado, se ele abate uma quantia, um teto, respeitando o

teto você é pequeno; mas passou o teto, tu passa a ser grande. Então, você tem que ter a escada para você crescer, se você não respeitar a escada, não adianta vir o banco e dar empréstimo para você, dar um curso, um curso de quatro horas vai ter ensinar a produzir o que eu faço? Lingüiça? Nunca, é o que eu falo para quem está querendo empreender no meu setor. Falo: rapaz, se você nunca fez, pegue o número do telefone do cara que está dando essa palestra, porque você vai precisar dele, porque é o seu dinheiro que está lá e não o dele, ele já recebeu quando te deu a palestra. Eu venho dizer que a gente já está fechado há um ano, devido as amarras do Governo, do quanto a gente briga e corre. Mas, o meu pai falou: vai lá e corre. Porque o meu pai cresceu fazendo lingüiça, trabalhando, meu pai encarou a Sorocabana, para quem não conhece; fazia lingüiça, ó, o tempo que ele fazia, no tempo que ele fazia em Boituva, que são 100 km de São Paulo, ele colocava lingüiça dentro de caixas de madeira, embrulhado em jornal. Vai fazer isso hoje. Então, é assim, a gente pede só que tenha entendimento, procurar saber, lá em baixo; porque que lá embaixo está funcionando? Como lá embaixo está funcionando? O Henrique foi lá mesmo, eu tenho, eu amo o que eu faço, eu parei porque não tem condições, eu trabalho quem nem um bandido, eu não sou bandido. Então, é assim, tem que ter, o grande também não pode sofrer pelo pequeno, todo mundo tem que ter..., porque que eu acho que tem esses seis, sete? Porque não adianta, uma fiscalização de nível de Estado, que o cara tem X para comercializar; como que uma pessoa vai fiscalizar o meu empreendimento que faz cinquenta quilos e vai sair dali e vai fiscalizar o cara que faz mil quilos por hora? Ele vai esbarrar, aí ele vai chegar ao grande e o grande vai falar: “mas, porque tu deixou colocar porta de madeira ali e aqui você pede porta de inox?”. Então, tem uma, se você é pequeno, você pode até alguma coisa, é o que eu falo, não que, a gente tem que se adequar, existe caminho? Existe, estamos brigando. A questão desse termo de cooperação, nós fomos praticamente quase um dos primeiros a participar desse Plano de Cooperação, eles induziram a gente a fazer isso aí, acreditamos neles, entramos em financiamento, encarei seis anos pagando conta, parei quando eu paguei as minhas contas. Aí o que aconteceu? No segundo ano, mudou-se a gestão dos prefeitos, aí um prefeito brigando com outro por pirraça, aí tem a gente, desculpe a palavra, mas, pedi penico para o cara, se abaixar para ele assinar um termo de cooperação para honrar com o que o prefeito anterior fez. Porque eu expondo isso? É porque assim; não que não funciona, funciona, para mim funcionou, foi bom, eu trabalhei sete anos, eu consegui pagar conta, mas, assim; cresceu, só que eu não tenho o amparo para vender nos outros municípios, e como é que eu faço isso? Fazia no peito, porque eu fazia no peito? Porque eu tinha conta, se eu não tivesse conta, eu não ia não.

Então, eu peço assim, se o caminho for para encaixar na Lei do PROVE, ele tem que ser fortalecido, ele não pode ser amarrado entre prefeitos, quem tem agroindústria, não pode depender de um prefeito gostar do outro ou não, aí assim, a gente pede a colaboração das autoridades para que olhem com carinho para os pequenos. Eu venho brigando não é pela minha agroindústria não, porque eu sei que se regulamentar a minha, regulamenta a de todos, espaço para todo mundo no

comércio tem, gente, ninguém é dono de tudo, se fosse assim; ou era só SADIA ou era só AURORA, ou eu estou errado no meu ponto de vista? Trabalhando sete anos no comércio, tem comércio que eu não entro, e tem comércio que o meu concorrente entra; isso é protegido por Deus, é para todo mundo, todo mundo tem família, todo mundo quer trabalhar, não adianta, se você chegar lá do meu lado e falar: eu quero fazer o produto que você faz! Dentro de casa, se você pegar o arroz, manda a tua esposa fazer e manda ela te mandar fazer, para vê se vai ficar igual ao dela, não fica. Então, é assim. Eu também tive crítica com o meu produto, o meu produto é bem aceito graças a Deus, mas, também têm pessoas que não gostaram, e eu tive que absorver isso. Então, gente, eu vou pedir desculpa pelo meu despreparo, porque eu não vim preparado para isso, aí quando falaram que iam dá oportunidade, eu preparei aqui um mero de um discursinho empáfio e peço emocionado, e peço as autoridades presentes, obrigado pelo espaço de poder estar falando. E eu tenho fé em Deus, que vocês vão conseguir passar essas barreiras e a gente vai poder trabalhar, e o meu sonho é voltar a trabalhar, voltar a produzir. Obrigado gente, desculpa a emoção aí.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Muito obrigado Roberto, enquanto o Serginho, chega. Vocês acabaram de ouvir assim um discurso do coração; e para nós que temos um mandato, viu Deputado Chiquinho, e temos a responsabilidade de representar, é isso que a gente tem que olhar. Porque aqui, a nossa missão é defender quem trabalha, é defender quem produz, essa é a nossa missão.

**O SR. SÉRGIO YASSUO** – Boa tarde! Eu me chamo Sérgio, eu sou de Colorado do Oeste, a gente está representando o interior de Rondônia; aqui agradecer ao Secretário de Agricultura, o Flávio, o Secretário de Agricultura de Vilhena, Adjunto também; o Veterinário lá da Vigilância Sanitária, tem mais aí os Vereadores do Município e donos de Agroindústrias. Então, assim, tudo que foi falado, essa Lei, eu acho que vai atender. Inclusive, eu andei conversando muito com o Presidente do Idaron, da Emater, o Luciano. Eu não vou criticar, eu não vou falar nada, o que eu tenho que fazer? Na verdade, eu vou baixar essa Lei na íntegra, dá uma lida nessa lei na íntegra e assim, ela vai funcionar, se tornar um Projeto de Lei com certeza, tornando-se um Projeto de Lei, e fazer funcionar. Se a responsabilidade da Vigilância Sanitária Municipal, o que eles precisam? De um treinamento, que muitos da Vigilância Sanitária dos Municípios não têm conhecimento na área de agroindústria, alimentos. Então, eles teriam que ter um conhecimento, um treinamento e estrutura, condições para atender a demanda, eu acho que aí funcionaria. E todo produto, eu acho que tem que ser higiênico, tem que realmente passar por análise, porque daí vai mostrar que é um produto realmente de qualidade, que a gente já vende o nosso produto diretamente para o consumidor. O rapaz ali eu conheço ele já de algum tempo, a gente sempre está debatendo sobre isso daí, o que ele falou é verdade; eu acho que todos que falaram aqui é verdade, eu não vou ficar aqui me atendo a discutir o que já foi discutido, que já realmente, eu acho que vai atender, só o que a gente pede é essa porta, essa ponte para gente poder chegar e debater diretamente com os senhores, eu acho que vocês

vão fazer a lei, vocês que realmente vão determinar para gente.

Muitas vezes o pessoal critica o Idaron, o Idaron para mim é um parceiro, nunca critiquei o Idaron, eles fazem um trabalho excelente na minha agroindústria, eu tenho um fiscal que acompanha. Então assim, eu acho que é a visão de cada um. Então, para mim, pelo menos a gente, eu fiz um trabalho correto; porque se você faz uma coisa certa, eu acho que você não precisa ter medo de nada. Inclusive nós estamos lá, em Colorado do Oeste, éramos para estarmos com 30 agroindústrias, nós estávamos com 27 cadastradas na Associação, eu, atualmente eu estou com Presidente da Agrociopro, nós estendemos agora nosso Estatuto para atender, não só cone sul, mais Rondônia quem estiver ali nos municípios vizinhos e quiserem se associar a nós; porque a gente quer fazer com que o Cone Sul se torne forte, porque a demanda do mercado, porque um dos nossos maiores problemas é a comercialização e para gente trazer aqui para capital, é muito complicado. Então, a gente tem que se unir, unir forças para gente poder, quanto mais agroindústrias com selo, podemos comercializar o Estado todo, seria muito interessante, porque a gente tem demandas e eu sei que em Porto Velho, outras cidades maiores tem demanda e nós, lá no Cone Sul, a terra é boa, todo mundo produz, a gente sabe que realmente produz, o nosso problema é a demanda logística, o nosso, o Presidente do Sebrae, ele foi embora, mas eu tenho muito que agradecer o Sebrae que eu estava com um projeto de três anos, venceu o ano passado dando toda essa parte de assistência, agregando profissionais para dar uma assessoria para as agroindústria de Colorado e Vilhena, Vilhena também, eu acho que era para está uma 40, 50 agroindústrias, só que deve tá em torno de umas quinze, e nós de Colorado estamos agora, no máximo umas 10 agroindústrias que estão ativas, o pessoal desistiu da atividade por esses problemas; comercialização, dificuldade na regularização do selo. E esse projeto do Sebrae, o que nós iríamos fazer? Era, o projeto era de 03 anos, de Colorado iam passar 05 agroindústrias para serem estadual e não conseguiram passar nenhuma. Mas, muito também não era por problema da fiscalização, é muito problemas, à vezes, do próprio produtor, porque a gente percebe que muitas vezes o pessoal reclama, reclama, reclama, mas na hora de se adequar o pessoal sai fora, a gente fica batendo numa tecla que o pessoal, às vezes, não se ajuda, às vezes, muita gente briga pelo produtor, mas as vezes o produtor ele quer que as coisas aconteçam, mas de uma forma tranquila, ele não quer se envolver. Eu acho que, se vestir a camisa de uma luta é para brigar e conseguir as coisas. Eu acho que isso que está acontecendo aqui é muito importante por quê? A gente ver que todo mundo está com a mesma intenção e eu acho que assim, eu vou esperar sair essa nova lei, essa nova normativa, essa minuta, inclusive eu tinha conversando com o Presidente da Emater, ele estava até com uma normativa, uma minuta de Mato Grosso, que seria muito interessante, poderia até adequar para Rondônia, é aquilo lá tem que se tornar um Projeto de Lei, tornando-se um Projeto de Lei, acabou, aí é só adequar o pessoal da Vigilância Sanitária Municipal, inclusive o Idaron não ficaria fora, porque o Idaron iria fazer a fiscalização dos municípios e a Vigilância Sanitária faria a fiscalização das agroindústrias, porque daí atenderia todo mundo. Então, eu quero só agradecer o convite, a Mary que mandou o convite

para mim, o deputado, e eu acho assim, acho que é o caminho, acho que aqui é o marco de um novo começo, eu estou percebendo assim, que todos que estão aqui tem o mesmo objetivo. Então, só tenho a agradecer. Obrigado.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Obrigado Serginho. O Deputado Cirone, está querendo se despedir que ele tem um compromisso lá em Cacoal. Só vou dar um recado aqui; quem quer dinheiro fica quietinho aí, não vai embora não, que o povo do dinheiro ainda não falou. Mas, vamos ouvi o Deputado Cirone, se despedir aqui, depois do Cirone, nós vamos ouvi a Dona Elianete Gomes.

**O SR. CIRONE DEIRÓ** – Obrigado Presidente. Eu quero aqui só agradecer a cada um de vocês que vieram das suas regiões, eu acho que foi de suma importância Presidente essa propositura sua das agroindústrias, vamos tirar isso do papel fazer avançar, avançando a gente faz uma outra reunião para equalizar essas propostas dos nossos produtores, das nossas agroindústrias. E quero deixar o meu gabinete à disposição de vocês, quem está comigo lá como chefe de gabinete é a Mary, tem uma vasta experiência também em agroindústria pode contribuir com cada um de vocês, independente da região e de onde vocês são. Fico aí a disposição de vocês. Quero aqui cumprimentar o meu parceiro, o Chiquinho da Emater, que está na Comissão de Indústria e Comércio, em algumas demandas aí Chiquinho, nós vamos precisar da sua comissão, que é no caso de compras, de rótulos dessa organização da cadeia do setor produtivo, aí e precisamos de você, também, na pós fabricação, que é a venda, que a gente possa aí junto com o Estado buscar espaço para essas pessoas que produzem. Nós temos aí regiões que produzem muito e não tem consumo e tem região faltando. Então, nós precisamos equacionar isso aí e dar oportunidade para aqueles que produzem. Quando o Fábio fala da questão do pequeno que não tem oportunidade, eu já vi lá na nossa região pessoas que vendiam aí 500 frangos mês na feira e estava sobrevivendo; aí eles quiseram aumentar, quando ele quis passar para 2.000 frangos, ele voltou para o zero e teve que acabar, porque aí a burocracia foi tanta que ele desistiu do projeto dele. Então, isso já foi uma fala que eu falei com o Júlio, o Júlio tem nos atendido. Assim, eu quero até agradecer Júlio pela presteza, você, o Paulo Haddad, o próprio Luciano tem sempre nos atendido. Eu sou empresário, venho do setor produtivo; então a gente busca por essa melhora de cada vez mais de vocês. Obrigado pela atenção de cada um, obrigado Jorge, obrigado a vocês, uma ótima Audiência. Obrigado Presidente.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Dona Elianete e depois o Senhor Nevaldir de Candeias do Jamari. Cadê o Nevaldir, está aí? Tá ali, nós vamos ouvir depois da Dona Elianete, o senhor Nevaldir e aí nós vamos ouvir o povo que tem dinheiro.

**A SRA. ELIANETE GOMES FERNANDES** – Primeiramente boa tarde a todos, agradecendo a oportunidade de poder expor os meus sentimentos aqui. Tenho a falar para vocês, que eu também não tenho muito costume com esse negocinho eletrônico aqui não, tá. Bom, gente, fazer um mero resumo. Sou filha de agricultor, graças a Deus por isso, depois de certa

idade precisei vir para cidade. Então, porque eu perdi o meu pai cedo, então a gente teve que tomar um jeito de ajudar minha mãe a criar os dois pequenos. Então, eu vim para Porto Velho, sou de Rondônia mesmo e a gente montou uma pequena panificadora, eu e o meu atual esposo; trabalhei 19 anos nessa panificadora com muita dificuldade, porque eu comecei fazendo pãozinho caseiro no forinho a lenha, lá atrás no quintal. Mas, então como a gente é do campo, a gente tem uma raiz do campo. Eu percebi que o meu lugar era no campo. Na primeira vez a minha panificadora primeira faliu. Na minha casa tinha uns coqueiros e eu comecei a fazer uns doces, hoje o nome do meu doce é: Kolly. Então, comecei a vender na escola quando voltei a terminar os meus estudos. E começou a aumentar, aumentar, precisei de um lugar maior para que eu pudesse produzir o meu doce. Fui para o campo, porque lá eu tinha um espaço grande para poder plantar o meu próprio coco e produzir os meus doces. Beleza, aí um dia, um determinado dia eu estava lá na comunidade, eu sou da Comunidade Terra Santa, aqui em Porto Velho, a nossa mãe EMATER, foi fazer um curso que não tinha nada a ver com doce, de galinha caipira lá na minha comunidade, eu fui lá; porque eu esperei aquele curso acabar para eu poder dizer para eles o que eu poderia fazer com a minha ideia. A Emater, então me disse o seguinte: monte uma agroindústria. Eu falei: que diacho que é isso? Aí eu falei assim, na época foi até a Lariessa, obrigada a ela porque me incentivou. Aí eu fui lá à Emater, ela mandou que eu fosse lá na segunda-feira, eu fui, cheguei lá, ela me falou tanta coisa que parecia assim um turbilhão de negócio. Mas, eu fui para casa, falei com a minha família como é que era. E ela falou assim: será que isso funciona? Funciona, ela disse que funciona, então funciona. E aí taquei a cara como se diz o brasileiro, meti a cara na ideia que a Lariessa meu deu, e fui atrás dos documentos. Aí acontece que, não consegui na primeira demanda, porque eu não tinha o chamado título da minha terra. Obrigada. Então, graças a Deus apareceu a mãozinha do governador lá e botou: Terra Legal. Terra Legal fez o quê? O meu título. Aí eu falei: é agora. Foi quando já tinha entrado a Secretaria de Agricultura, Semagric na minha vida. Me levou para onde a primeira vez? Rural Show. Mesmo sem esses quesitos todos, aí desses títulos que tem que ter, fui para Rural Show. Perdão da palavra; foi um show, foi um show mesmo, porque depois que eu fui para lá, parece que abriu, não foi um caminho, abriu um campo de espaço para eu passar. Voltei de lá cheia de ideias, cheia de motivação, porque lá eu peguei muita coisa boa e coloquei em prática. Então, gente, depois disso, quando eu fui para Rural Show, levei esses documentos que não tinham dado certo; para onde eu fui? No stand do Banco da Amazônia, fui lá ao stand do Banco da Amazônia, mostrei os meus documentos e com os olhos cheios de lágrimas eu disse assim: eu fui barrada no primeiro Banco. Espero que não seja nesse. Aí ele falou bem assim: Olha quando você retornar em Porto Velho, você vai lá, atualiza essas datas, do mesmo documento que eu já tinha feito, só atualiza as datas e monta outro projeto lá na Emater, que a gente vai te ajudar. Eu falei: beleza! Então voltei, está ali a minha amigona Silvana, joguei a bola na mão dela, eu falei: eu quero vencer e você está com a bola na mão e o gol sou eu. E eu perturbo, não perturbo? Eu sou uma pessoa de buscar muito, o que as pessoas me dizem que eu consigo, eu não sou de desistir, eu

chego a um lugar e fico esperando até chegar meu momento.

Se o cara chegar lá e falar assim: não dá para hoje, vem amanhã, amanhã eu estou lá de novo, não desisto não. Então, conseguimos montar o projeto, levamos para o Banco BASA e foi aprovado. Hoje a gente tem uma agroindústria, a minha agroindústria Kolly, é esse docinho que vocês têm na mão aí. Vou dizer para vocês o seguinte: todas essas burocracias que foram colocadas aqui, eu enfrentei, enfrentei com muita garra e com muita união familiar, porque eu vou falar para vocês, gente, ninguém chega a lugar nenhum sozinho, se não tiver união familiar, se não tiver Deus na frente das suas coisas, você não consegue, porque como que eu ia sair da minha casa para eu resolver uma coisa burocrática nas Secretarias, se eu não tivesse uma família lá atrás, fazendo o trabalho que eu estava fazendo manualmente para que eu possa correr atrás de benfeitoria, para que eu possa correr atrás das coisas burocráticas que eu tenho sanidade para ir atrás, entendeu? Hoje a cocada Kolly está no mercado, trabalhei sete anos clandestinamente como se diz, mas é como alguns colegas que passaram, o clandestino quer se regularizar, mas a burocracia que a gente encontra é muito grande. A minha burocracia não chega aos pés da burocracia desses outros cidadãos aí que mexem com linguíça, com carne, com frango, porque eu me liberei do Idaron. Eu me liberei do Idaron. O meu trabalho é vegetal. Então, gente, eu encontrei burocracias, esse pacotinho que vocês estão vendo aí, esse pacotinho me custou um absurdo. Por que ele me custou um absurdo? Por que no nosso Estado está faltando pessoas que o fazem. Eu precisei comprar uma máquina de São Paulo, veio só a máquina; e o papel? Tive que ir atrás, em São Paulo também, porque o cara lá de São Paulo já tinha quem vendia o saquinho para eu trabalhar com a máquina dele, ele já foi me vendendo a máquina, me falando que vendia o saquinho. Então, isso é uma dinâmica de pessoas que têm indústrias. Então, beleza, comprei o saquinho, ele veio todo transparente. Eu não mandei colocar a marca no saquinho, porque eu ainda estava na burocracia de registro, ou seja, trabalhei ainda um tempo, a pessoa comendo o meu produto sem saber de onde ele vinha.

Só quem tinha o meu rótulo, quem tinha a minha marca era o comerciante, mas, o consumidor final não tinha. O que eu fiz? Um amigo meu lá da Secretaria chamado Flávio, ele falou assim: Nete coloca tua marca no teu saquinho, porque todo mundo que levar para casa, tem tua marca. Bingo. Coloquei a marca no saquinho. Foi fácil? Não. Precisei procurar, terminar com a Agevisa, que a Agevisa que registrou o meu produto, terminei lá, peguei o meu selo de inspeção, o PROVE me ampara hoje, e paguei R\$ 2.200,00 só para colocar o meu nomezinho nesse saquinho. Valeu à pena, o senhor está certo, valeu à pena, porque hoje todo mundo que come a cocada Kolly sabe de onde ela vem. Graças a Deus, é um produto bem aceito no mercado. Assim, gente, o que eu quero falar para vocês, é o seguinte: devemos avançar, porque que nem um colega disse aqui, eu não quero continuar sendo pequena, na minha família, eu tenho um apelido muito peculiar, me chamam de perna curta, mas, eu tenho espaço, o mundo para eu andar com elas. O que eu tenho para falar para vocês? Tenho que agradecer a Emater, A Secretaria de Agricultura que não me desamparou, agradecer ao BASA que ele acreditou na minha ideia, apostou na minha ideia, inclusive estou até devendo ainda, mas vou

pagar. Assim, gente, quero dizer para vocês que o nosso Estado a meu ver é um Estado muito rico, e os nossos governantes, o que eu quero pedir para eles, primeiro, desburocratização, porque a burocracia é grande. Eu comecei a mexer com isso aqui desde 2014, agora em fevereiro foi quando peguei minha inspeção. Olha o tamanho do tempo. Não precisava ser assim, em minha opinião. Assim, dizer para vocês que devemos acreditar no nosso produto, aquela ideia que alguns colegas colocaram aqui, da gente ter um espaço nos grandes mercados.

Aplauso. Gosto muito, porque o meu está prontinho para ir para essa gôndola, prontinho, e, eu quero colocar ela lá e a gente depende de vocês. Nós agricultores estamos 100% na mão de vocês, porque se vocês não aprovam, nós não avançamos, de jeito nenhum. Eu queria saber se tem alguma ideia para implantar esse trabalho aqui? Porque hoje eu ainda estou pedindo de São Paulo, peço de uma empresa o papel, a bobina; e de outra empresa a impressão. Isso a gente pode conseguir se quisermos, não precisa eu está pagando imposto para São Paulo, eu posso pagar para o nosso Governador, para o nosso Estado. Então outra coisa que eu quero colocar que eu estou buscando muito. Eu fui, depois que eu terminei de efetivar cocada, o doce em si, estou procurando saída, pois foi colocado aqui o nosso custo de energia elétrica é muito alto. Já fiz um Projeto de Energia Sustentável pelo sol, energia solar, vou te perturbar de novo Evaristo. Evaristo não, não é? Pois é. E também fui agora ao Sebrae, que agora o meu calo é o Sebrae, porque eu preciso logística, preciso saber vender, preciso saber expor em outro lugar, e eu fui convidada para representar o nosso Estado gente, nessa feira que o Daniel falou, a única agroindústria de Porto Velho que vai representar o Estado de Rondônia é Agro Kolly. Então, eu vou está lá falando o que nós temos de bom, do que eu posso passar de bom, principalmente, esse daqui, mas, vai vir outros, eu vou fazer outros doces de outras frutas.

A fomentar também gente, eu quero dizer para vocês, para os nossos governantes dá capacidade, estrutura, eu não sei como dizer, para as pessoas plantarem essa fruta. Um dos quesitos que eles pedem na legislação para a gente ser agricultura familiar é: ter seu próprio, ter a fruta, produzir.

Mas, gente eu não consigo produzir sozinha, eu não consigo, e tem um monte de agricultor do meu lado que não tem uma agroindústria, mas ele tem uma terra, se tiver incentivo ele pode plantar e eu posso comprar a fruta dele, ou seja, vai está eu sendo remunerada e o meu vizinho, e o outro vizinho, e o outro vizinho; através de uma pequena agroindústria, entendeu.

Outra coisa que eu queria colocar aqui para vocês é uma parte que o selo me ampara e ao mesmo tempo eu queria saber o que fazer, o que está me pegando agora é: como fazer com meus funcionários? Porque, no começo, agricultura familiar diz bem assim, lá tem uma cláusula que diz assim que 'é familiar, mas a gente pode dar emprego e renda para pessoas da comunidade', eu tenho dois funcionários que não é da família lá em casa, lá na minha agroindústria, ele trabalha o coco, mas como eu vou me amparar nele? Porque eu não posso ter CNPJ que eu saio do quadro de agroindústria, também não posso assinar só no CPF. Gostaria de saber o que fazer, isso gostaria de ter uma resposta.

Em relação aos insumos fui procurar o Sebraetec e foi feito um projeto também vai vir uma empresa para trabalhar meus insumos porque eu só aproveito a polpa do coco, eu jogo a casca fora, eu queimo e utilizo a cinza como calcário natural lá na minha lavoura, eu queimo a casca, eu jogo a água fora, eu tiro a película, uma pequena porcentagem da massa, sai junto com essa película que a gente aperta o película e ela sai água, sai óleo, e onde eu jogo ela não nasce mato porque tem um óleo imenso naquilo lá. Então, o Sebraetec vem vai fazer esse projeto para mim, é que nem o Daniel falou; pagar 30% desse projeto o resto ele vai arcar, mas, para saber o que fazer com esses insumos? É um negócio que eu estou jogando fora e que tem aproveitabilidade. Então, isso aí também nós devemos trabalhar porque tudo isso jogado no meio ambiente, prejudica. Essa fumaça que eu queimo àquela casca não precisa existir. Então, isso aí também a gente está trabalhando e quero apoio de vocês para vê em que resultado chegar.

Dizer para vocês gente, que eu estou muito feliz com o resultado que eu estou alcançando, obrigado a todos que me ajudaram e eu espero que essa pequena reunião, chamada Pública aqui seja de incentivo para nós agricultores, porque como todos os colegas disseram 'sem o agricultor o Deputado, o Juiz, o Papa, todos passam fome, porque se nós não plantarmos vocês morrem, morrem de fome, porque vocês não querem capinar para plantar arroz, vocês querem comer ele empacotadinho lá no mercado'. Então, nós agricultores é quem sustentamos a cidade. Muito obrigada e que Deus abençoe a todos.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Dona Elianete, se ela tivesse intimidade com o microfone, vocês viram? Isso é porque não tem, se tivesse!

Seu Nevaldir, Candeias do Jamari, Agroindústria Lacklein.

**O SR. NEVALDIR KLEIN** – Então, cumprimentar a todos, boa tarde aos Deputados, e boa parte eu não conheço, só o nome saiu errado Deputado e o nome da Agroindústria. O nome é Nevaldir, Agroindústria é Lacklein, faz jus ao meu sobrenome. E dizer que eu tenho 20 anos que eu moro no Candeias, fui um dos pioneiros a buscar essa regularização da agroindústria, eu trabalho no ramo de laticínio e através da Emater, a gente conseguiu ter acesso ao PROVE e conseguimos então regularizar toda documentação que era necessária; o Dr. Tony conhece a minha história; a Dra. Margareth, que eu acho que já se ausentou, também sabe e tudo que eu precisava falar já foi falado aqui. Então, vim aqui para agradecer aos órgãos, Emater, principalmente na pessoa do gringo, nós chamamos de gringo, mas o nome dele é Anilton; o Maciel, acho que também já se ausentou, e ao próprio pessoal do Idaron que muita gente tem medo do pessoal do Idaron, eu não tenho não, eles não são o bicho da goiaba. Então, é assim, e ao Confúcio Moura, que foi ele que trouxe esse projeto para o Estado, copiou lá de Brasília e dizer para vocês que isso funciona, se não fosse esse projeto, eu não estaria mais no setor agrícola e fui criado na agricultura, desde o Paraná e com isso eu conseguir formar os meus três filhos, todos são formados, através da agroindústria, você agrega valor aquilo que você produz. Então é de suma importância, gera alguns empregos e quem compra o meu produto gera outros empregos e por aí vai. Então, é muito

importante isso aí, não deixar essa peteca cair, os governantes têm que olhar bem para esse lado. E é isso aí, dizer que me sinto honrado em está aqui podendo falar para vocês, dar um testemunho aí daquilo que o Governo trouxe, implantou e funciona. Então, no mais é só agradecer, muito obrigado, obrigado a todos e que todos da agroindústria tenha boa sorte como eu tive.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Muito obrigado. Eu não conseguir até agora falar o sobrenome do homem. Lacklain, não é? É indústria Lacklain, vamos lá Klain, é a Cooperativa Lacklain.

**O SR. NEVALDIR LACKLAIN** – Não, só agroindústria. A moça que colocou, mas não é cooperativa.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – É Lacklain. Pronto, está resolvido.

**O SR. NEVALDIR LACKLAIN** - E o nome é esse.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Nevaldir, é porque veio Neuvandir, alguma coisa assim. Vou pedir perdão. Mas, foi proveitosa a fala. Antes do banco falar, os representantes do Sistema Financeiro falar. Eu vou, Júlio, Paulo Haddad, SEAGRI; o Luciano da EMATER e o Edgar da SEDAM, são os órgãos que representam o Governo aqui. Eu fiz um entendimento e eu acho que deve ser o entendimento dos senhores também, que nós temos duas ações a serem feitas para poder resolver esse imbróglio aí, essa dificuldade que a gente tem. O Luciano falou que a minuta do Susaf está pronta, aí a Monalisa, apresentou a possibilidade dessa alteração do PROVE dentro dessa questão. Agora o quê eu queria pedir de vocês. Além, da reunião que nós já vamos ter amanhã e pelo amor de Deus, eu estou cancelando uma agenda minha lá em Burity, para gente falar de Regularização Fundiária, numa Audiência Pública lá, eu estou deixando de ir para gente cuidar disso. Então, eu preciso muito que todos nós estejamos lá presentes amanhã. Fora isso, o quê eu quero ouvir de vocês, nós precisamos de prazo, prazo, porque a gente não pode alongar isso aqui para dezembro não, a gente tem que pegar e trazer logo essa discussão, porque depois quando chegar aqui na Assembleia, tem outro decurso de prazo de novo, a discussão, tem quem concorda, quem não concorda, aquela coisa toda. E eu acho que os representantes do Governo aqui, podem dar para nós um prazo de quando essa minuta entra aqui na Assembleia. Vão falar em nome do Governo, e quero ver quem vai se atrever. Porque, quem veio de lá e tudo isso que nós ouvimos aqui, de gente que já foi embora, eles querem ir embora falando 'Poxa. Cadê o Serginho? Você não quer que a minuta entre aqui, se torne Projeto de Lei para poder ser discutido? Agora, a gente não pode eternizar isso. Você concorda comigo? E eu sou um parceirão, eu gosto de ser parceiro, faço...Cinco dias? Tá, dar para entrar esse processo aqui na Casa? Compromisso é do Governo gente, não é meu não, tá. Compromisso é do Governo, estão falando em nome do Governo. Porque isso é importante, eu ia dizer o seguinte

'eu sou muito parceiro, faço isso aqui, me desprendo, venho para discussão. Mas, se não cumpre comigo, eu meto o pau, eu desço o cacete, não respeito daí; entendeu?'. Aqui está o prefeito, que é o prefeito da minha cidade, fui vereador lá com ele, sabe muito bem como é que funciona. Não é obrigado a fazer compromisso, mas se fizer, tem que cumprir, porque se não cumprir é bordoadado mesmo e aí não tem que olhar a cara de ninguém. Esse é o meu compromisso então, nós vamos aguardar. Vamos fazer essa discussão. Vamos colocar 15 dias para chegar na Casa então, 05 dias para chegar à DITEL..

**O SR. PAULO HADDAD** – Exatamente.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – 15 dias para chegar na Casa? Não, o governo tem que se posicionar, pelo amor de Deus, tem que falar. Vai chegar à DITEL alguém vai ter que ir lá movimentar esse negócio.

**O SR. PAULO HADDAD** – O Governo tem que assumir sua parte no negócio..

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Claro, 15 dias Paulo? 15 dias...

**O SR. PAULO HADDAD** – Eu acho que é um prazo razoável, por para cima da DITEL, o por o Secretário em cima.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Hoje são 10, hoje são 11? Então, até o dia 26 de abril. Coloque aí na agenda de vocês, tem que chegar à Casa a proposta, está bom? É o compromisso do Governo, e, uma cobrança nossa. Porque não adianta, gente, a gente reunir, ficar discutindo, e lero-lero, e conversa vai, conversa vem, e não resolve as coisas. Nós precisamos pontuar e resolver. Muito obrigado pelo posicionamento do Governo, vamos ouvir o Manoel Serra, do Banco do Povo, vamos ouvir o homem.

**O SR. MANOEL SERRA** – Já é boa tarde não é? Embora a gente ainda não almoçou ainda, mas, é boa tarde. Quero cumprimentar aqui o Deputado, Presidente desta Mesa, Ismael Crispin, cumprimentar aqui os demais que estão aqui na Mesa.

Dizer para todos vocês aqui, é uma satisfação, é um prazer estar aqui para falar um pouquinho do que é o nosso trabalho no Estado de Rondônia. Várias pessoas que nos antecederam, falaram que nós somos donos do dinheiro, não é? Não é. Infelizmente se fosse meu estaria muito bem. Mas, o que nós fazemos no Estado de Rondônia, através do Banco do Povo? Quando se fala em dinheiro, tem que saber de onde vem, não é? O que acontece com as vias de financiamento que nós trabalhamos no Estado de Rondônia? Dá onde é que vem esse dinheiro? Todas as indústrias que vem implantar no Estado de Rondônia, eles recebem incentivo tributário do Estado de Rondônia, às vezes, recebem lá 85%, recolhe sobre 15%. E esta Casa de Leis, votou há muitos anos a Lei 1040, que regulamentou esse dinheiro, 40% vai para financiamento do Microcrédito Produtivo e Orientado. O Microcrédito Produtivo e Orientado é uma ferramenta que iniciou há muitos anos, tem quinze anos que iniciou esse trabalho, não só no Estado de Rondônia, mas, em todo Brasil, e aos poucos nós estamos

crescendo como instituição em todo o Estado de Rondônia, graças às parcerias que foram feitas. Aqui disseram, que é o Manoel Serra, que é o Presidente que manda, eu não mando não. Gostaria de falar e apresentar o nosso Diretor Administrativo Financeiro, Dr. Aníbal Martins, os nossos agentes, que é um trabalho de parceria. Quem é parceiro nosso? As Prefeituras Municipais. Parceiros nossos, associações, cooperativas e esse trabalho que iniciou há quinze anos, ele vem dando certo graças ao apoio que nós recebemos através do Governo do Estado de Rondônia, através aí da Secretaria que é a Seagri, através da SEDI, que hoje é uma Superintendência de Desenvolvimento que também faz os repasses desse dinheiro. E esse trabalho, é um trabalho que cresceu tanto no Estado de Rondônia e no Brasil, que recentemente o Governo Federal, através de uma Portaria, de um Decreto que é 802/2017, inseriu também as OSCIPs, Crediticias no Brasil, a trabalhar as cadeias produtivas no Estado, financiando através do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado. Esse Programa é um Programa que iniciou assim acanhadamente no Estado de Rondônia, mas, eu não posso deixar aqui de elogiar o Dr. Confúcio Moura, quando ele assumiu o Governo do Estado de Rondônia, ele fez um chamamento. Porque nós somos uma entidade privada, devidamente certificada no Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho, habilitado a trabalhar esse programa. Somos uma entidade muito bem fiscalizada, eu gosto disso, porque a gente fica muito a vontade para trabalhar, o Ministério da Justiça nos fiscaliza, é Ministério Público, são os parceiros públicos, e esse dinheiro realmente, ele está indo ao pequeno produtor. Gostaria de dizer aqui a vocês, que não é só a ACRECID/Banco do Povo que trabalha esse programa, a Faepar também de Ariquemes, são duas instituições hoje que trabalham os trinta e três postos de atendimento no Estado de Rondônia. Temos aqui, hoje, tive o prazer aqui de ouvir várias histórias bonitas e nesse relatório nosso aí que nós apresentamos, vocês viram que têm várias pessoas, têm centenas de pessoas que buscaram esses recursos, e hoje estão dando emprego. Têm pessoas lá que iniciaram com um emprego, hoje está dando trinta empregos, e quando eles te fortalecem, nós o mandamos para o Banco do Brasil, lá para o Banco da Amazônia, que é lá que está o dinheiro grosso, porque o dinheiro que nós trabalhamos é muito pequeno. Recentemente a Assembleia Legislativa, aprovou a Lei que, nós trabalhávamos o limite nosso era até dez mil reais, e recentemente, foi aprovada a Lei aqui, o Governador já sancionou e elevou até trinta mil reais. Gostaria também de agradecer aqui o atual Governador que é o Marcos Rocha, que recentemente, ele congestionou os Fundos, mas, lá, ele colocou exceto a ACRECID/Banco do Povo e a Faepar, porque isso? Porque esse dinheiro tem que ir para onde? Para o bolso do pequeno empreendedor que realmente está dando emprego, está precisando. O Estado de Rondônia, hoje se você analisar, nós estamos aí com desemprego pegando todo mundo, e o microcrédito, ele tem feito toda essa diferença. Quantas e quantas pessoas, dona de casa, pessoas que às vezes estão sem emprego que procura lá o Banco do Povo, e às vezes a gente tem que ser até meio que psicólogo, porque as pessoas chegam assim apavoradas, faltando até o que comer dentro de casa, e essas pessoas nós atendemos e ele tem todo o espírito empreendedor, às vezes, o Sebrae já procurou ele, já

qualificou ele, às vezes até a Emater. Mas se não tiver aquele empurrãozinho que os pequenos recursos para fazer com que ele inicia suas atividades, dificilmente ele tem condição de ser alguma coisa lá na frente. É o que nós ouvimos aqui da cocada, que eu compro essa cocada todo dia na padaria e não sabia que é produzido aqui no campo. Então são exemplos e mais exemplos que nós temos, que a gente tem que realmente fazer com que esses recursos que estão disponibilizados cheguem, realmente, a mão desse pequeno empreendedor que tanto precisa aumentar suas rendas.

O Banco do Povo está aqui na João Goulart 2182. As pessoas se quiserem mais informações depois distribuir um relatório nosso aí com o endereço com site. E nós estamos à disposição, à disposição do pequeno empreendedor da Assembleia Legislativa para qualquer tipo de informações, o trabalho nosso é bem transparente e nós estamos para atender este pequeno empreendedor, basta procurar ACRECID, é fácil você buscar estes recursos, embora tenha seus critérios. Falaram aqui muito em burocracia, burocracia, mas infelizmente, tem os critérios e nós como instituição temos que obedecer esses critérios. E é tão fácil você buscar esse dinheiro, que o que é? A identidade, CPF porque nós podemos atender tanto formal como a informal, o CPF, a identidade, um atestado que residência em Rondônia há mais de dois anos e que tem uma atividade produtiva. Se provou isso preencheu os requisitos. É rápido o financiamento, não demora seis meses, não, no máximo sete dias, oito dias você estará com um cheque nominal em nome do tomador para você, realmente, realizar aquele que se propôs a fazer.

Então é isso aí, me coloco à disposição, viu deputado, outras vezes que precisarem da gente estamos aqui para prestar todas as informações que foram necessárias. E nos municípios de vocês, procurem lá o prefeito, às vezes, nós estamos lá na prefeitura, às vezes lá na ... Recentemente o Chiquinho fez um grande trabalho junto conosco lá, onde nós fizemos os termos de parcerias, cedendo uma sala para que nós possamos atender esse pequeno empreendedor, não só o urbano, mas também o rural. É isso aí. Muito obrigado a todos.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** - Obrigado nosso amigo Manoel Serra.

Vamos ouvir o Evaristo, representando o banco BASA. Enquanto o Evaristo fala, eu vou comer uma cocada da Kolly.

**O SR. WILSON EVARISTO** - Pessoal boa tarde! Boa tarde a todos da Mesa, Luciana, Edgar, Manuel Serra, Edson, Paulo Haddad, Júlio. Parabéns todo especial aqui ao Deputado Ismael Crispin, ao Deputado Chiquinho, ao Deputado Cirone, ao Prefeito Evandro do Município de Monte Negro.

Eu acho assim, eu estou com 42 anos de BASA e poucas vezes, assim, a gente entra em uma reunião e de repente você chega com expectativa aumenta o nível de preocupação, mas, ao mesmo tempo você acaba tendo satisfação de ouvir testemunhos tão positivos em relação ao agronegócio, a agroindústria e a empresa que eu tanto amo e que trabalho, meu primeiro e único emprego da minha a vida. Assim, falar em recursos, nós temos recursos para a agroindústria dentro do PRONAF e fora do PRONAF, recurso não é problema. Nós temos prazos compatíveis a todas as atividades, as taxas de

juros. Hoje a maior taxa de juro por menor porte chega aí a 6% ao ano, sem IOF. Então não é preocupação em custo, em prazo e eu acho que aqui a preocupação maior que essa audiência pública trouxe é a rentabilidade do negócio de vocês.

Porque se você for lá no banco pegar recurso com baixa rentabilidade, na sua empresa, provavelmente o projeto não passa, ou se passar você poderá ter sérios problemas, transformando sonhos em pesadelos. Então há uma preocupação e nós somos o maior agente, respeitando o 'primo rico' aqui do Banco do Brasil nós somos o maior agente financeiro da região norte. 68% de todo recurso de fomento da Amazônia é colocado pelo Banco da Amazônia. A cada R\$100,00 de longo prazo 68 vem dos recursos do FNO.

Então, assim, a gente tinha em janeiro um bilhão, setecentos e trinta e um milhões para aplicar aqui em Rondônia, aplicamos trezentos milhões até agora, portanto, temos um bilhão, quatrocentos e trinta e um milhões, desse volume trezentos milhões é dirigido à agricultura familiar e para o banco ter muito dinheiro é uma grande preocupação, porque a gente só passa a ter receita depois que libera esses contratos, e a gente entende quando todos vocês falam de burocracia. Eu anotei aqui alguns pontos, então saindo desta parte de recursos que a gente está à disposição, eu já me coloquei à disposição de todos os deputados estaduais, federais e senadores, para estar em todos os municípios, em todos os distritos no momento que as vossas excelências solicitarem, porque é o papel do Banco. Nós temos dificuldade em achar o tomador de crédito. Então, nós temos a Emater como nossa principal musculatura, nós temos a Visão Rural e estamos credenciando a grande maioria das empresas de assistência técnica, para que a gente possa ter um nível maior de aplicação aqui em Rondônia. O Banco tem uma série de problemas, no setor não rural nós estamos fazendo a terceirização, tem um edital aberto e nós estamos convocando as empresas para fazerem avaliações, vistorias, fiscalizações. Porque o nosso time dentro do Banco é pequeno para atender toda a demanda. No setor rural, além da gente está credenciando as empresas de assistência técnica, nós estamos credenciando empresas fora do Pronaf para fazerem avaliação, vistoria, levantamento de dados no valor de até três milhões e seiscentos mil reais. A garantia pode ser realizada por essas empresas. Estão, assim, 80% dos créditos, hoje, não são por projetos, são por limite de crédito. Então, se faz um de levantamento de dados, o Banco constrói uma prateleira de produtos e você quando você necessita a velocidade de contratação é bem maior. O Banco alterou toda a sua estrutura ali na Sete com a Salgado. Hoje ali é uma Central de Crédito que faz Amazonas e Rondônia, e a Superintendência passou a ser institucional, gestora de metas e contatos com grandes clientes. Então, nós temos uma estrutura de praticamente 100 pessoas na área de análises. O nosso problema é que a gente tem pouca gente para muita demanda. Qual que foi a solução, que o Banco está terminando de colocar, iniciar na prática? É essa de fazer os credenciamentos e fazer uma parte, a maior parte terceirizada. Então, mais uma vez, eu acho que o Banco, o ano passado nós contratamos um bilhão e cem milhões de reais. A grande maioria para o pequeno porte. Hoje nós estamos com cento e trinta e três milhões aplicados em pequenos portes, e cento e setenta em média e na grande. Agora, Deputado, para não

tomar muito tempo, eu coloquei algumas preocupações aqui, assim, para contribuir embora não seja de governo, se for possível, eu gostaria de participar dessa reunião, para colocar um pouco da nossa experiência. Então, eu acho que o ponto mais crítico é sobre tributação. A tributação, olha só que coisa, como que você, a empresa possa passar por todos esses problemas de legislação está pronta, quando ela começa a crescer, ela tem o problema da tributação. Então, acho que esse é um ponto a ser bastante discutido. A legislação também, essa coisa de; quando eu escuto dizer de do SIM, de um município se unir a outro, a outro, ele descaracteriza um pouco CIE. Se eu fizer 52 convênios, eu descaracterizo o CIE. Eu não sei até aonde, possa ser que amanhã ou depois venha a ter problemas. Acho que a gente precisa, sim, encontrar uma solução, para que, quem precisa do CIE tenha acesso e não seja penalizado na tributação. E, uma estrutura de apoio. Assim, é muito fácil a gente falar de agroindústria, aí vamos usar, vamos à Corumbiara, o produtor quer fazer uma agroindústria lá. Ele vai para onde, ele vai conversar com quem? Ele vai para Emater? Mas ele vai para Emater, mas ele precisa da Sedan, do Idaron, precisa de uma série de pessoas. Eu tenho uma ideia e, é muito humilde e ela acaba por ter que mexer em estruturas, mas para cidade criar um centro de valorização do cidadão. Então, por que não criar um centro de valorização do produtor rural, se não nos 52 municípios, mas utilizar uma base como a Emater tem seus escritórios regionais e lá o produtor ser atendido em todas as suas necessidades, se precisa da Sedan está lá, precisa do Idaron está lá, se precisa da Emater está lá, se precisa da Regularização Fundiária está lá. Assim, o Estado é muito grande, as distâncias são muito grandes, os produtores têm uma enorme dificuldade de se deslocar. Então eu acho que essa coisa de centralizar regionalmente, porque o produtor, nós no Banco é difícil ter o entendimento do que precisa chegar lá para um projeto de uma agroindústria, imagino o produtor, aquele que está fazendo a sua agroindústria individual no PRONAF PF, ele pode fazer no PF isolado, ele pode fazer no PF de grupo familiar e ele pode fazer através de associação e cooperativa. No caso da Kolly, é um PRONAF individual; então ela pode ter até trezentos e trinta mil de crédito, cento e sessenta e cinco para o Plano Safra. Como já pulou o Plano Safra, você pode buscar o BASA que a gente vai olhar o seu projeto e energia solar, as suas necessidades e fazer tudo para que você receba o seu financiamento. E a gente coloca o Banco da Amazônia à disposição de todos vocês, nós somos quase que uma instituição de governo, a gente também tem uma série de dificuldades, mas a gente está lutando para que a gente possa avançar e ser mais presente na sociedade. Eu agradeço e fico à disposição.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** – Muito obrigado Evaristo. Você já tem cadeira cativa então na reunião amanhã, as nove, lá no Sebrae.

Vamos ouvir o senhor Edson, Superintendente do Banco do Brasil, fique à vontade.

**O SR. EDSON SILVA LEMOS** – Boa tarde a todos aqui, em nome do Presidente dessa audiência, Deputado Ismael, quero cumprimentar os demais da Mesa, nosso amigo Deputado Chiquinho, parceiro de longa data, a todos os presentes. Essa

oportunidade que nos foi dada aqui hoje serviu para a gente ouvir belas histórias, além, de a gente conhecer um pouco do setor, dos entraves dos empreendedorismos que não é novidade para nós, por que a gente conhece bem o Estado, mas também para ouvir belas histórias aí. Eu quero aqui, destacar o seguinte 'não dá para pensar no crescimento, no desenvolvimento do Estado de Rondônia sem a presença do Banco do Brasil', não é porque eu sou do Banco não, é porque o Banco está presente desde quando iniciou esse Estado lá. Eu cheguei aqui no Estado de Rondônia em 78, muitas cidades não tinham Banco e o quanto era difícil de se começar qualquer coisa, qualquer negócio, mas, só que o Banco do Brasil também não foi, não cresceu, não ajudou sozinho, ajudou porque nós temos entes públicos, parceiros e muito parceiros que têm ajudado o crescimento da região em todos sentidos. E aí entra a Emater, entram os governos que passaram, entra Secretaria de Agricultura, que é parceira nossa; todos os órgãos que são muito parceiros. E a gente tem uma atuação muito forte na agricultura familiar no Estado de Rondônia e desses, o Wilson, nosso amigo, parceiro também aqui, porque eu acho que tem espaço para todas as entidades financeiras, vimos ali o Manoel Serra falando do Banco do Povo, ele preencheu um espaço que muitas entidades não atendiam, ele tem o papel, o Banco do Povo de desenvolver um segmento importante, aí entra o Banco do Brasil e o BASA, a Caixa Econômica também, são todos entes que ajudam o setor produtivo e a gente tem, graças a Deus, nos últimos anos, empenhado assim com louvor o nosso papel e temos desembolsado, liberado recursos de forma bem dinâmica, só para poder colocar um pouco da característica do Banco do Brasil, nós fizemos parcerias que têm nos ajudado muito a suprir a carência de mão de obra, que são os correspondentes bancários, que hoje um produtor chega a um escritório de um correspondente nosso, passa a documentação, ele posta ali, já sobe direto com o setor de análise nossa e vem só para o gerente despachar, ou seja, coisas assim que há tempos a gente não conseguia fazer. Eu entrei no Banco do Brasil em 1998, em Ariquemes, e lá nós tínhamos 120 funcionários e hoje na agência de Ariquemes tem 25, então só para você ter uma ideia. E outra, o Banco evoluiu em um monte de outras coisas, quantidade de clientes e tudo mais. Então, a gente só consegue avançar e superar essas barreiras com a tecnologia e aproveitando-a da melhor forma possível, mas, nunca deixando de atender. Para você ter uma ideia, em 2018 nós liberamos dois bi, quase dois bi e trezentos de crédito do agronegócio, desse volume quase novecentos milhões na agricultura familiar e estamos caminhando esse ano, porque a gente quer bater o recorde, porque nós botamos meta para o nosso Gerente de atender o produtor. E é assim, quando eu atendo o produtor, ele está atendendo o fornecedor da agroindústria, está atendendo, fazendo girar recurso na cidade e aí tem todas as vantagens que todos vocês conhecem. Para o segmento de agroindústria, nós temos também a linha do Pronaf, o Wilson já falou aí, são características muito similares, tem exigências, lógico, tem exigências, mas, nós não somos donos do dinheiro, nós repassamos o dinheiro e esperamos que ele retorne para poder a gente emprestar de novo. Então, tem as regras para seguir. Mas, quero dizer mais uma vez, agradecer, Deputado, em nome aqui do Banco do Brasil pelo

convite, pela oportunidade e dizer que o Banco do Brasil continua sendo parceiro, em qualquer lugar que tiver algum evento envolvendo o agronegócio ou qualquer outro evento que prevê aí alguma coisa de fomento no setor produtivo, o Banco do Brasil está presente e eu como Superintendente Comercial no Estado de Rondônia, faço questão de acompanhar diariamente porque o sucesso do produtor é o sucesso da entidade. E aqui me chamou atenção, assim, todos os depoimentos que passaram aqui hoje nesta Casa, me chamou muita atenção, realmente, da nossa amiga aqui do doce, é Elianete o nome dela? Net, não é? Eu acho assim um depoimento que mostra o quanto o brasileiro ele é persistente e que não deve desistir dos seus sonhos. As oportunidades muitas vezes quando você tem um projeto é normal de repente alguém bater a porta na sua cara, no Brasil é assim, mas, quando a pessoa é empreendedora, luta pelos seus projetos, pelos seus sonhos, isso é possível superar e vai encontrar alguém, um parceiro para poder pegar na mão e seguir à frente. Então toda a empresa grande hoje, possivelmente, ela nasceu pequena. Então, esse é o recado que eu dou, recorra aí as nossas Agências do Estado quando tiver alguma necessidade ou mesmo se oriente muito com o Sebrae é um parceiraço nosso, entendeu, o Sebrae assim, ele tem sido muito atuante em vários municípios e nós temos ele como um Consultor Técnico, ou seja, o Sebrae validou um Projeto, ele tem já um peso muito grande; a Emater da mesma forma e outros correspondentes nossos, está bom. Pessoal, em nome do Banco do Brasil agradeço mais uma vez e parabéns pela iniciativa. Obrigado.

**O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)** - O nosso agradecimento ao seu Edson, Superintendente do Banco do Brasil, eu queria fazer um agradecimento muito especial aqui ao Gabinete do Deputado Cirone, na pessoa da minha amiga Mary Braganhol, que foi muito importante para que a gente pudesse fazer esse evento aqui hoje e tenho certeza que será nas discussões que se seguem, então a minha gratidão.

Ao Gabinete do Deputado Chiquinho em nome do Fernando, agradecer o Fernando, por ter também nos auxiliado, todo esse envolvimento mostra o interesse de quem está em manter a caminhada e o progresso do Estado de Rondônia.

Eu estou extremamente feliz, muito agradecido, entendo como uma Audiência Propositiva e Resolutiva, não tenho dúvida disso, tenho certeza que os senhores vão voltar, quem veio do interior e eu sei que veio gente de Pimenteiras, Chupinguaia, gente de muito longe aí, mas vai voltar com um pouco de tranquilidade na alma.

Casarão, você foi o cara que eu sou meio besta tem hora eu choro, e você conseguiu no seu discurso mover, me emocionar aqui, é por causa de gente como você que nós estamos aqui no Parlamento e temos uma responsabilidade de fazer essas defesas. O meu abraço ao povo de Monte Negro de onde é a sua região.

Dessa forma, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro encerrada a presente Audiência Pública.

**(Encerra-se esta Audiência Pública às 14h29min)**

## SECRETARIA LEGISLATIVA

### ATO Nº 009/2019-LEG/ALE

Nomeia Deputado como membro titular da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania - CDDHC.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições constantes da alínea "a", inciso III do artigo 14 do Regimento Interno, resolve:

**Art. 1º.** Nomear o Deputado **JAIR MONTES** - PTC, como membro titular da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania - CDDHC, na vaga deixada, nos termos do Inciso II do artigo 40 do Regimento Interno, pelo Deputado Lazinho da FETAGRO - PT.

**Art. 2º.** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 7 de maio de 2019.

Deputado **LAERTE GOMES**  
Presidente

### ATO Nº 010/2019-LEG/ALE

Altera a formação dos Membros das Comissões Parlamentares Permanentes.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições constantes da alínea "a", inciso III do artigo 14 do Regimento Interno, resolve:

**Art. 1º.** Alterar, a formação dos Membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da Comissão de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, objeto do Anexo único do Ato nº P/004/2019/ALE, de 20 de fevereiro de 2019, na forma que segue:

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### MEMBROS EFETIVOS

DEPUTADO JEAN OLIVEIRA - PRESIDENTE  
DEPUTADO CIRONE DEIRÓ - VICE PRES.  
DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO  
DEPUTADO ALEX REDANO  
DEPUTADO CHIQUINHO DA EMATER

DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL – 1º SUPLENTE  
DEPUTADO EDSON MARTINS – 2º SUPLENTE

**COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**MEMBROS EFETIVOS**

DEP. CHIQUINHO DA EMATER - PRESIDENTE  
DEP. GERALDO DA RONDÔNIA - VICE PRES.  
DEPUTADO AÉLCIO DA TV  
DEPUTADO LEBRAO  
DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL  
DEPUTADO MARCELO CRUZ – 1º SUPLENTE  
DEPUTADO ALEX SILVA – 2º SUPLENTE

**Art. 2º.** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 7 de maio de 2019.

Deputado **LAERTE GOMES**  
**Presidente**

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.052,  
DE 2 DE MAIO DE 2019.**

Aprova a indicação de nome sabatinado para o cargo de Provimento em Comissão de Advogado Geral.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso V do artigo 135, Regimento Interno, decreta:

**Art. 1º.** Fica aprovado, em cumprimento aos termos do artigo 29, inciso XXIV, "d" o candidato Sr. Walter Matheus Bernardino Silva, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Advogado Geral a ser sabatinado pelo Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, nos termos do § 2º do Art. 252, da Constituição Estadual.

**Art. 2º.** Ficam nos termos do artigo 55 da Lei Federal nº 9.784/99, convalidados os atos até então praticados pelo Advogado Geral de que trata o artigo 1º.

**Art. 3º.** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 2 de maio de 2019.

Deputado **LAERTE GOMES**  
**Presidente**

**SUP. DE RECURSOS HUMANOS**

**ATO Nº 67/2019-SRH/D/P/ALE**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina o Paragrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

**RESOLVE:**

Conceder 03 (três) diárias no período de 05 a 07/05/2019, ao Deputado Estadual JHONY PEDRO DA PAIXÃO, cadastro nº200165393, conforme Processo nº. 00006896/2019-54.

Porto Velho - RO, 03 de Maio de 2019.

**LAERTE GOMES**  
PRESIDENTE

**ARILDO LOPES DA SILVA**  
SECRETÁRIO GERAL

**ATO Nº 68/2019-SRH/D/P/ALE**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina o Paragrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

**RESOLVE:**

Conceder 03 (três) diárias no período de 05 a 07/05/2019, ao Deputado Estadual ALEX MENDONÇA ALVES, cadastro nº200160365, conforme Processo nº. 00006900/2019-59.

Porto Velho - RO, 03 de Maio de 2019.

**LAERTE GOMES**  
PRESIDENTE

**ARILDO LOPES DA SILVA**  
SECRETÁRIO GERAL

**ATO Nº 69/2019-SRH/D/P/ALE**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

**RESOLVE:**

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 13 a 17/05/2019, as servidoras relacionadas, que irão realizar visita técnica na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, acerca da Estrutura Organizacional, Modelo de Gestão, Informatização, Modernização, Sistema de Gerenciamento, Processos e área de Recursos Humanos, em Florianópolis/SC, conforme Processo nº 00006616/2019-35.

**Nome:** Erica Milva Dias  
**Matrícula:** 200165450  
**Cargo:** Sec. Administrativo  
**Lotação:** Gab.Sec. Administrativa

**Nome:** Claudia Souza Santos Alves  
**Matrícula:** 200165452  
**Cargo:** Chefe.Gab.Pres  
**Lotação:** Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 06 de Maio de 2019.

**LAERTE GOMES**  
 PRESIDENTE

**MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA**  
 Secretária Geral Adjunto

**ATO Nº 70/2019-SRH/D/P/ALE**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina o Paragrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

**RESOLVE:**

Conceder 03 (três) diárias no período de 08 a 10/05/2019, a Deputada Estadual **ROSANGELA HENRIQUE PEREIRA DONADON**, cadastro nº200160361, conforme Processo nº. 00006898/2019-57.

Porto Velho - RO, 06 de Maio de 2019.

**LAERTE GOMES**  
 PRESIDENTE

**MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA**  
 Secretária Geral Adjunto

**ATO Nº 71/2019-SRH/D/P/ALE**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

**RESOLVE:**

Conceder 03 (três) diárias no período de 08 a 10/05/2019, a servidora relacionada, que irá assessorar a Deputada Estadual Rosângela Donadon, em reuniões com o Senador Acir Gurgacz e demais assessores no Senado Federal, na cidade de Brasília/DF, conforme Processo nº. 00006898/2019-57.

**Nome:** Rosangela de Fátima Alevatto  
**Matrícula:** 200166293  
**Cargo:** Assessor Técnico  
**Lotação:** Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 06 de Maio de 2019.

**LAERTE GOMES**  
 PRESIDENTE

**MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA**  
 Secretária Geral Adjunto

**ATO Nº2430/2019-SRH/P/ALE**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

**D E S I G N A R**

A servidora **NAIARA MAIA DA SILVA PRATA**, cadastro nº 200162452, como Gestora dos Contratos nº 006/2019, celebrado entre Assembleia Legislativa e a empresa G L Comunicação Visual, conforme o Processo Administrativo nº 12525/2018-48, a contar de 30 de janeiro de 2019.

Porto Velho, 07 de maio de 2019.

**LAERTE GOMES**  
 PRESIDENTE

**MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA**  
 Secretário Geral Adjunto

**ATO Nº0371/2019-SRH/P/ALE**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

**EXONERAR**

**NAJARA LEANDRA DE OLIVEIRA**, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-26, do Gabinete da Presidência, a partir de 31 de janeiro de 2019.

Porto Velho, 31 de janeiro de 2019.

**MAURÃO DE CARVALHO**  
PRESIDENTE

**ARILDO LOPES DA SILVA**  
SECRETÁRIO GERAL

**SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES****AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0006694/2019-25**

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE torna público que contratará por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com fulcro no inciso II, § 1º do artigo 25 c/c o inciso VI do artigo 13 da Lei nº 8.666/93, o **INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL- ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INP - LTDA**, inscrito no CNPJ nº 10.498.974/0001-09, com endereço a Rua Lourenço Pinto, 196 - 3º andar - Centro - CEP 80.010-160, Curitiba - PR, com vistas à participação de servidores desta Casa de Leis no 6º Contratos Week – Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos, que será realizada no período de 24 a 28 de junho de 2019, na cidade de Foz do Iguaçu - PR, no valor total de R\$ 17.540,00 (dezessete mil, quinhentos e quarenta reais), conforme consta nos autos do **Processo Administrativo nº 0006694/2019-25**.

Milton Neves de Oliveira

**SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Ratificamos a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** nos termos dispostos no inciso II, § 1º do art. 25 c/c o inciso VI do artigo 13, da Lei nº 8.666/93.

Publique-se no prazo máximo de 5 (cinco) dias, para que produza sua eficácia, conforme determina o artigo 26 da Lei 8.666/93.

Porto Velho - RO, 07 de maio de 2019.

**MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA**  
Secretária Geral Adjunto

**ADVOCACIA GERAL****TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO N. 024/2016  
Processo Administrativo n. 2462/2016-69**

**Contratante:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

**Contratada:** LÉLIA MARIA CORREA TELES, CPF N. 106.887.812-68

**DA RESCISÃO:** Rescisão do contrato n. 024/2016, que tem como objeto a locação de imóvel situado a Rua Duque de Caxias, n. 96-b, bairro Arigolândia, onde funcionava as atividades do departamento médico da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

**DO AMPARO LEGAL:** As partes resolvem, com fundamento no artigo n. 79, inciso II da Lei n. 8.666/93 e Cláusula Décima do Contrato n. 024/2016, de plena anuência e de forma irrevogável, RESCINDIR e DISTRAR, todos os termos e obrigações do instrumento contratual.

**ENCERRAMENTO DO VÍNCULO:** O vínculo entre a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e Lélia Maria Correa Teles dar-se-á por encerrado a partir de **30 de abril de 2019**.

**DISPOSIÇÃO FINAL:** Para firmeza e como prova do acordado foi lavrado o presente Termo de Rescisão Contratual, emitido em 03 (três) vias, reconhecido e homologado, o qual depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelas partes, e registrado às fls. 17 (dezessete) do Livro de Contratos do ano de 2019 da Advocacia Geral.

Porto Velho, 30 de abril de 2019.

Deputado **LAERTE GOMES** - Presidente  
Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

**ARILDO LOPES DA SILVA** - Secretário Geral  
Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

**Lélia Maria Correa Teles**  
CPF n. 106.887.812-68

**Extrato Contrato n. 015/2019  
Pregão Eletrônico nº 006/2019/ALE/RO  
Processo Administrativo n. 2790/2019-82**

**Contratante:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
**Contratada:** EMPRESA EDITORA JORNALÍSTICA MADEIRÃO EIRELI - ME.

**DO OBJETO E AMPARO LEGAL:** Contratação de empresa jornalística para publicação de atos oficiais da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme especificações técnicas e condições minuciosamente descritas nos Anexos do Edital de Pregão Eletrônico nº 006/2019/ALE/RO, partes integrantes e inseparáveis do mesmo, que constituem o Processo nº 002790/2019-82.

**DO VALOR:** O presente Contrato será pago mensalmente de acordo com os serviços prestados, calculado pelos preços unitários, discriminados na tabela abaixo:

Especificação	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unitário	Valor Total
Publicação legal em jornal diário de grande circulação estadual em caderno de classificados, dimensão mínima de uma coluna por um centímetro – 01 coluna x 01 cm, conforme detalhamento técnico disposto no Anexo I do Termo de Referência.	Cm/Coluna	4.890	R\$ 11,00	R\$ 53.790,00

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes da presente licitação correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária: 01001;  
Programa de Trabalho: 01031102726650000;  
Fonte de Recurso: 100000000;  
Natureza de Despesa: 339039;  
Nota de Empenho 2019NE00733, no valor de R\$ 36.756,50 (trinta e seis mil, setecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos).

**DA VIGÊNCIA:** A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, iniciando-se em 24 de abril de 2019, podendo ser prorrogado conforme conveniência da Administração, como disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**DO FORO:** Para firmeza e como prova do acordado foi lavrado o presente Contrato, o qual depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelas partes contratantes, em duas vias e registrado às fls. 16 (dezesesseis) do Livro de Registro de Contratos do ano de 2019 da Advocacia Geral.

Porto Velho/RO, 24 de abril de 2019.

LAERTE GOMES  
Presidente – ALE/RO

ARILDO LOPES DA SILVA  
Secretário Geral – ALE/RO

EDITORA JORNALÍSTICA MADEIRÃO EIRELI – ME,  
CNPJ n. 18.693.751/0001-04  
EDERSON JOSÉ DA SILVA LOPES  
Representante Legal